

**GÊNERO,
SEXUALIDADE,
DIVERSIDADES:**

**perspectivas
interdisciplinares**

3

UNIPAMPA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS SÃO BORJA

Reitor

Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor

Marcus Vinicius Morini Querol

Diretor Campus São Borja

Valmor Rodhen

Coordenador Acadêmico

Thiago da Silva Sampaio

Coordenador Administrativo

Gustavo de Carvalho Luiz

Apoio Técnico e Operacional

Gustavo de Carvalho Luiz

Luis André Antunes Padilha

Rafael Machado da Silva

Livro financiado através de verba captada via Edital

AGP/ 2021 - Apoio aos Grupos de Pesquisa-UNIPAMPA/RS/BRASIL



GRUPO DE PESQUISA EM
GÊNERO, ÉTICA,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA



GÊNERO, SEXUALIDADE, DIVERSIDADES:

perspectivas
interdisciplinares

3

Jaqueline Carvalho Quadrado

Lauren Lacerda Nunes

Andréa Becker Narvaes

Organizadoras

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Thais Souza | Carlos Otávio Flexa | Roberto Azul

Joyce Guimarães | Kdu Sena

Seção de Design

Glauco Coelho | Moises Collares

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil

Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil

Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil

Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique

Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia

Luciano Brito | UFRB | Brasil

Maria Alice Resende | UFRB | Brasil

Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona

Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil

Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Projeto gráfico

Glauco Coelho | MC&G Editorial

Diagramação

Glauco Coelho | MC&G Editorial

Revisão de texto

Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Capa elaborada sobre
imagem banco Shutterstock

Esta obra foi composta com a família
tipográfica Alegreya Sans e Fira Sans.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

G326 Gênero, sexualidade, diversidades : perspectivas interdisciplinares : 3 / organizadoras Jaqueline Carvalho Quadrado, Lauren Lacerda Nunes e Andréa Becker Narvaes. — São Borja : Unipampa ; Rio de Janeiro : MC&G, 2023.
181 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-89369-58-5

1. Questões de gênero. 2. Identidade de gênero – Aspectos sociais. 3. Mulheres – Condições sociais. 4. Minorias sexuais – Condições sociais. 5. Políticas de igualdade de gênero. I. Quadrado, Jaqueline Carvalho. II. Nunes, Lauren Lacerda. III. Narvaes, Andréa Becker. IV. Título.

CDD23 : 305 . 30981

Elaborado por Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

EPÍGRAFE

A paixão de dizer/¹

Marcela esteve nas neves do Norte. Em Oslo, uma noite, conheceu uma mulher que canta e conta. Entre canção e canção, essa mulher conta boas histórias, e as conta espiando papezinhos, como quem lê a sorte de soslaio.

Essa mulher de Oslo veste uma saia imensa, toda cheia de bolsinhos. Dos bolsos vai tirando papezinhos, um por um, e em cada papelzinho há uma boa história para ser contada, uma história de fundação e fundamento, e em cada história há gente que quer tornar a viver por arte de bruxaria. E assim ela vai ressuscitando os esquecidos e os mortos; e das profundidades desta saia vão brotando as andanças e os amores do bicho humano, que vai vivendo, que dizendo vai (GALEANO, 2002, p. 13).



SUMÁRIO

EPÍGRAFE 5

PREFÁCIO 9

ELA, LINN DA QUEBRADA: TRAVESTILIDADE E REPRESENTATIVIDADE NO *BIG BROTHER 22* 13

Jaqueline Carvalho Quadrado | Bárbara Dutra Fonseca | Júlio Sylvester Vasconcelos Belchior

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ENTREGADORES POR APLICATIVO. NOTAS DE PESQUISA SOBRE AMÉRICA DO SUL 35

Leonardo Rodrigues | Davide Carbonai

A LITERATURA DE CONCEIÇÃO EVARISTO E CAROLINA DE JESUS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS E ANTISSEXISTAS 53

Nola Patrícia Gamalho

OS DESAFIOS DOS FEMINISMOS ANTE A COLONIZAÇÃO TEÓRICA E A COLONIZAÇÃO DE GÊNERO 71

Jussara Reis Prá | Iris Nabolotnyj Martinez

AS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO REINO UNIDO 91

Daniel da Rosa Eslabão

O PROCESSO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA 105

Stefania Dinatt Hartmann

**OS ATAQUES MISÓGINOS REPRODUZIDOS PELOS DISCURSOS DE
ÓDIO NAS MÍDIAS DIGITAIS: UMA REALIDADE DA SOCIEDADE PATRIARCAL 119**

Jaqueline Carvalho Quadrado | Bárbara Dutra Fonseca |
Mylenna Machado Barcelos | Thabata Vieira Arechavaletta

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DEMOCRACIA E DIVERSIDADE 133

Andréa Becker Narvaes | Daniel Romario Soares Martins Junior | Rafa Ella Brites Matoso

**O CONCEITO DE FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONSERVADORA: EM
PAUTA A FAMÍLIA HOMOAFETIVA 145**

Nizar Amin Shihadeh | Jamily Freire Luz Benevides

A FUGA CÉREBROS NO BRASIL PANDÊMICO 159

Daniel da Rosa Eslobão

**REVERBERAÇÕES DE UM CASO DE FEMINICÍDIO DO
SÉCULO XIX EM SÃO BORJA 171**

Renata Gonçalves Carvalho | Eloisa Joseane da Cunha Klein



PREFÁCIO

A presente obra intitulada *Gênero, Sexualidade, Diversidade: perspectivas interdisciplinares* 3, trata-se de um compilado de artigos científicos desenvolvidos majoritariamente por docentes e discentes da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja, ligados aos seus cursos de graduação e pós-graduação e organizado pelas docentes Andrea Becker Narvaes, Jaqueline Carvalho Quadrado, e Lauren de Lacerda Nunes. As três organizadoras têm em comum o fato de pertencerem ao GEEP – Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política da UNIPAMPA, que busca articular através da pesquisa interdisciplinar os temas de gênero, sexualidade e diversidade, aqui expostos.

Antes de trazer em linhas gerais de que tratam os capítulos aqui presentes, é preciso ser dito que prefaciá-la foi uma tarefa desafiadora. É muito importante destacar, antes do (a) leitor (a) iniciar sua jornada, que há um fio condutor por trás da aparente heterogeneidade dos artigos aqui presentes: a perspectiva interdisciplinar de se trazer diversas áreas do conhecimento, majoritariamente das ciências humanas e sociais, para se tratar os temas de gênero, sexualidade e diversidade. Estes ainda são temas complexos e por vezes, evitados e considerados tabu pela academia e pela sociedade. Entretanto, atravessam praticamente todas as áreas do conhecimento, daí a necessidade de serem tratados de forma interdisciplinar como esta obra o faz. Todas (as) os (as) autores (as) que aqui figuram, encararam esta tarefa com vigor e criatividade, fazendo deste livro, uma obra absolutamente atual sobre os temas que a intitulam.

O capítulo 1, de autoria de Jaqueline Carvalho Quadrado, Bárbara Dutra Fonseca e Julio Sylvester Vasconcelos Belchior, intitulado *Ela, Linn da Quebrada: travestilidade e representatividade no Big Brother 22*, já mostra a que esta obra veio. O artigo expõe a lógica de gêneros construída socialmente, onde sujeitos (as) travestis são tidos (as) como desviantes da normalização binária (masculino e feminino), sendo Linn da Quebrada um (as) desses (as) sujeitos (as) desviantes. O ponto é que ao se tratar de uma personalidade já anteriormente famosa, que fez parte de um programa de grande repercussão midiática, Linn exerceu papel decisivo na construção da consciência de uma identidade travesti como instrumento de luta, voltada para a emancipação coletiva. Ao fazer isso, sem dúvida, tensionou as bases da sociedade brasileira conservadora, na qual morrem centenas de pessoas LGBTQIA+ por homofobia.

O capítulo 2, de autoria de Nola Patrícia Gamalho, intitulado *A Literatura de Conceição Evaristo e Carolina de Jesus em práticas pedagógicas antirracistas e antissexistas* desnuda a aparente neutralidade da academia, que oculta visões de mundo racistas, masculinas, classistas e heteronormativas. Através de seu próprio fazer enquanto docente do ensino superior formadora de futuros professores (as), a autora toma a responsabilidade para si de cumprir aquilo que dizem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação: incentivo a práticas para promover ações, atitudes e valores que fomentem nos estudantes, orgulho de pertencimento étnico-racial e combate a sexismos. Ela o faz através do uso das obras das autoras negras Conceição Evaristo e Carolina de Jesus, que expõem com clareza incômoda as dicotomias e perversidades de uma sociedade profundamente desigual e desconhecadora de suas próprias origens.

No capítulo 3, em *Os Desafios dos feminismos ante a Colonização Teórica e a Colonização de Gênero*, das autoras Jussara Reis Prá e Iris Nabolotnyj Martinez, podemos ver os caminhos trilhados pelos feminismos ao desafiar os modelos de ciência masculinos e trazer ao debate o olhar das mulheres e de outros grupos subalternos no ambiente acadêmico. As autoras buscam localizar vozes feministas em seu espaço geográfico e temporal, destacando suas autorias e temas abordados no sul global e no norte global. Os resultados do estudo sugerem que a produção acadêmica ainda é um campo de resistência dos feminismos em relação a diversos tipos de colonização, muitas vezes, imperceptíveis.

O capítulo 4, intitulado *As Políticas de Igualdade de Gênero no Reino Unido* traz na voz do autor Daniel Eslabão, o que este país tem feito em termos de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, sobretudo, nas relações de trabalho. O autor traz diversos dados interessantes como, por exemplo,

as iniciativas no Reino Unido para o aumento da transparência em relação às diferenças salariais e o incentivo para o incremento da participação feminina nas áreas científicas. O mais importante a ser destacado, contudo, é que o governo britânico busca dar ênfase a uma *mudança cultural* e transformações de longo prazo, e suas políticas públicas refletem essa preocupação.

O capítulo 5, *O Processo da Violência Institucional na Segurança Pública*, de Stefania Dinatt Hartmann, mostra a triste face da violência, difícil de ser encarada, na segurança pública brasileira. A autora traz diversos dados históricos sobre o surgimento da polícia no Brasil, sua institucionalização desde o Brasil Império, sua militarização no período da ditadura militar e as alterações sofridas a partir da Constituição de 1988. Todos os dados trazidos apontam para a sempre presente violência nas carreiras policiais, que decorreria da ausência de um viés social em sua formação de base.

O capítulo 6, intitulado *Os Ataques Misóginos Reproduzidos pelos Discursos de Ódio nas Mídias Digitais: uma realidade da sociedade patriarcal*, das autoras Jaqueline Carvalho Quadrado, Bárbara Dutra Fonseca, Mylenna Machado Barcelos e Thabata Vieira Arechavaletta, elucida a discussão sobre a rede digital como instrumento de extensão das violências contra as mulheres, além de apontar para medidas de proteção às mulheres acerca dos ataques cibernéticos. O ponto alto do texto é apresentar a Lei 13.642/2018, a Lei Lola - uma poderosa ferramenta de proteção nas mídias digitais.

O capítulo 7, *Formação de Professores: democracia e diversidade*, de Andrea Becker Narvaes, Daniel Romario Soares Martins Junior e Rafa Ella Brites Matoso apresenta uma revisão de literatura a respeito das temáticas da diversidade e da democracia na pesquisa sobre formação de professores. Os (as) autores (as) apontam para o desconhecimento e receio, muito comum entre docentes, ao enfrentar as questões da diversidade e da democracia na escola. Os (as) autores (as) finalizam mencionando a necessidade de projetos de formação docente para que possam ser traduzidas em conteúdo do currículo escolar temáticas de diversidade e democracia.

No capítulo 8, intitulado *O Conceito de Família na Sociedade Conservadora: em pauta a família homoafetiva*, os (as) autores (as) Nizar Amin Shihadeh e Jamille Freire Luz Benevides fazem uma reflexão sobre as relações homoafetivas e a sua interlocução com a sociedade conservadora. Destacam que as famílias homoafetivas já tiveram diversas conquistas no âmbito da cidadania, entretanto, a luta contra o conservadorismo e o machismo deve ser contínua, pois a violência ainda permanece perante a sociedade brasileira, principalmente para as mulheres e a população e/ou LGBTQI+.

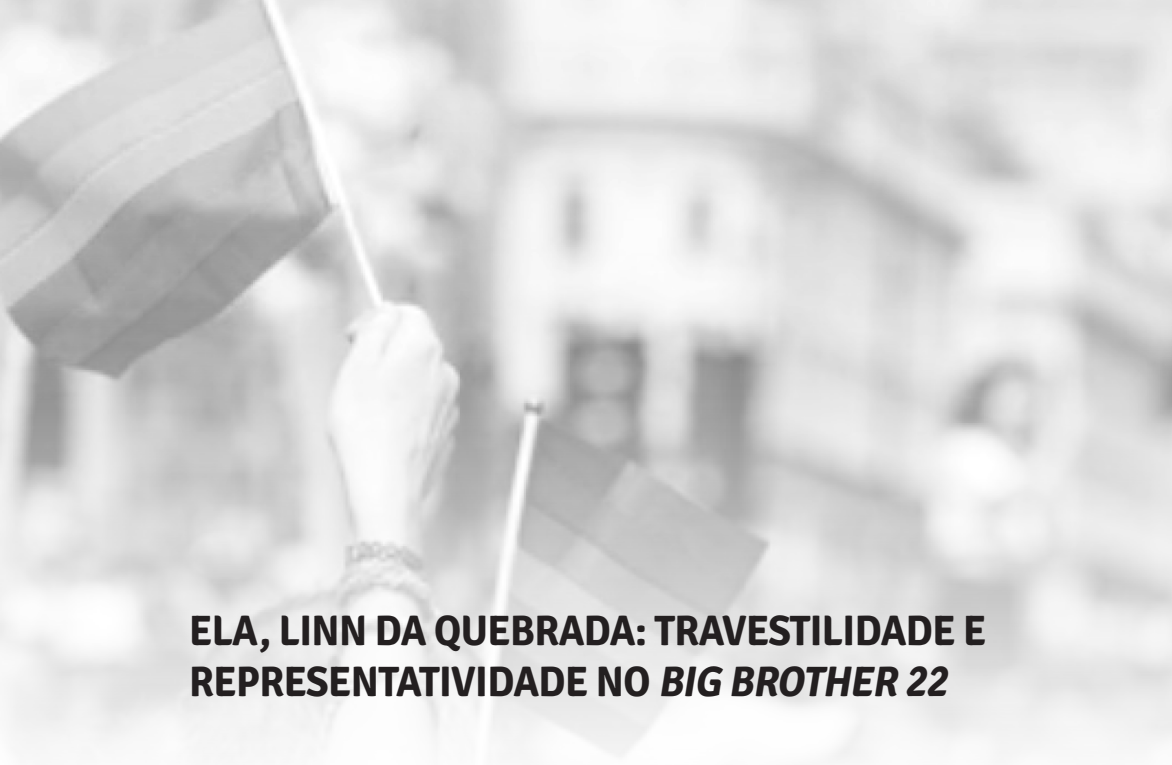
O capítulo 9, de autoria de Daniel Eslabão, intitulado *A Fuga de Cérebros no Brasil Pandêmico*, nos oferece um retrato nada lisonjeiro do cenário da ciência do país durante a pandemia. O autor mostra como a pandemia, o negacionismo e a falta de investimentos governamentais em pesquisa científica fez com o que muitos cientistas de ponta brasileiros buscassem atuar em países estrangeiros. Alvo de hostilidade de negacionistas, a microbiologista Natália Pasternak, por exemplo, foi para os EUA, pesquisar desinformação em ciência. Pedro Hallal, responsável pelos maiores inquéritos sorológicos no Brasil durante a pandemia, foi dar aulas na Universidade da Califórnia. O autor traz inúmeros dados e traça correlações entre os mesmos para explicar esta verdadeira diáspora que acomete o país.

Por fim, a obra encerra, em seu capítulo 10, com um artigo sobre uma figura popular profundamente conhecida na cidade de São Borja: Maria do Carmo. Em seu artigo *Reverberações de um Caso de Feminicídio do Século XIX em São Borja*, as autoras Renata Gonçalves Carvalho e Eloisa Joseane da Cunha Klein, realizam uma análise sobre a midiaticização e reverberação de falas populares sobre Maria do Carmo Fagundes, vítima de feminicídio no ano de 1890, em São Borja. O artigo busca observar os principais adjetivos e formas de tratamento utilizados para tratar de Maria do Carmo e sua história. A pesquisa mostra o quanto ainda há, nos dias atuais, culpabilização da vítima e insistência em chamá-la de “prostituta”, mesmo que seja considerada também, “santa”, pois costumava ser uma mulher que ia contra os padrões de comportamento social instituídos na época.

Encerro esse prefácio realizando os agradecimentos devidos a quem tornou este volume possível: primeiramente, à professora Jaqueline Carvalho Quadrado, por ser incansável em seu trabalho de captação de verbas para o GEEP, aqui, em específico via Edital AGP/2021 - Apoio aos Grupos de Pesquisa - UNIPAMPA/RS/BRASIL; ao coordenador administrativo do campus São Borja Gustavo Carvalho, ao técnico Luis André Antunes Padilha pelo apoio técnico e operacional, e por fim, aos (as) demais integrantes do GEEP, que tornaram possíveis, através de suas pesquisas, muitos dos trabalhos aqui expostos.

Lembro, ainda, que um livro é sempre uma plataforma de questões que se pretende ver discutidas, debatidas e não necessariamente respondidas. Desejo a todos (as) não apenas uma boa leitura, mas uma leitura capaz de gerar cada vez mais questionamentos sobre os temas aqui tratados.

Lauren de Lacerda Nunes
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA



ELA, LINN DA QUEBRADA: TRAVESTILIDADE E REPRESENTATIVIDADE NO *BIG BROTHER 22*

Jaqueline Carvalho Quadrado¹

Bárbara Dutra Fonseca²

Júlio Sylvester Vasconcelos Belchior³

1 Introdução

Advertimos que não trataremos das diferentes modalidades em que vem se manifestando historicamente a resistência da população LGBTQIA+. Trataremos, todavia, de apreendê-la através da voz de alguns sujeitos que encarnam, com suas vidas, a memória, o processo tortuoso de construção da identidade, os enfrentamentos com a travestilidade, a discriminação, a tomada de consciência individual e da dimensão política e coletiva desse processo, a construção da crítica e da autonomia que autores — pesquisadores — vêm

1 Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política–GEEP/CNPq. Correio eletrônico: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br.

2 Graduanda do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, RS, Brasil. Correio eletrônico: :barbarafonseca.aluno@unipampa.edu.br.

3 Graduando do curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), Mossoró, RN, Brasil. Correio eletrônico: :juliovasconcelos@alu.uern.br.

tratando de diferentes aspectos dessa resistência, com os quais dialogamos aqui, de ação e pensamento em relação aos efeitos de poder/saber produzidos pelo dispositivo travestilidade.

Trazemos para o cenário deste texto a artista multimídia Linn da Quebrada, que ao mesmo tempo sobrevivente das estratégias do biopoder, das tecnologias de integração subordinada do dispositivo e das táticas de sequestro da razão e do epistemicídio. Ela é uma daquelas que, escapando do controle do dispositivo de travestilidade/biopoder alcançaram a autonomia de ação e pensamento diante dos modos de subjetivação por ela proposto, bem como os limites e contradições em que se enredam esses processos. Trata-se de subjetividades produzidas pela dinâmica poder/saber e resistência e que na busca de autonomia frente ao dispositivo constroem, como processo e desafio, uma ética por meio da qual se afirmam simultaneamente o ser-consigo e o cuidado-de-si e dos seus.

A escolha de Linn da Quebrada tem interesse particular para esse trabalho pelo que ela sintetiza de articulação de uma trajetória individual de mobilidade e sucesso com a condição de sujeitos coletivos de uma luta de emancipação. Essa escolha consiste na busca de superação dos mecanismos do dispositivo de travestilidade que permite a mobilidade individual minoritária e subordinada em oposição à mobilidade coletiva do agrupamento LGBTQIA+.

Em muitos casos, as possibilidades ou acenos de mobilidade individual são convites de renúncia à memória coletiva da exclusão histórica, ao pertencimento à comunidade LGBTQIA+. Portanto, o que nos faz arrolar essa pessoa — Linn da Quebrada — é o que ela sinaliza para estratégias de resistência e ruptura com as várias estratégias de subordinação do dispositivo de travestilidade e de sobrevivência ao biopoder.

Da perspectiva foucaultiana entendemos a identidade travesti no Brasil como um domínio que produz e articula saberes, poderes e modos de subjetivação, conformando um dispositivo de travestilidade. Consideramos que tal como Foucault afirma para o caso da sexualidade, se a travestilidade se coloca como um domínio a conhecer, é porque, relações de poder a “instituíram como objeto possível; em troca, se o poder pode tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (FOUCAULT, 1988, p. 93). Preliminarmente a travestilidade é aqui compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos socialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser homem e ser mulher são consideradas

polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos pólos das identidades.

Diante do exposto, o objetivo é analisar de que modo se enuncia a travestilidade e a representatividade da Linn da quebrada no BBB-22 e as condições de emergência desse discurso em relação a esses sujeitos, neste momento da história, e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2008). Para tanto, mobilizamos as discussões de Foucault (2013a) acerca da arte de governar e suas múltiplas formas, focando, especificamente, no gerenciamento de si mesmo e do outro. Também recorremos a outras teorizações dos estudos discursivos foucaultianos (FOUCAULT, 1999a; 1999b; 2002; 2007; 2008; 2009; 2013a; 2013b; 2013c; 2019), acerca do discurso, do enunciado, do poder e da sexualidade, bem como aos estudos de gênero e sexualidade de Louro (2001) e Butler (2000).

A metodologia utilizada é a análise enunciativa de Foucault (2008), baseada nos princípios da dispersão, da descontinuidade, da regularidade e do campo associado, que permitem analisar enunciados dispersos segundo as relações que mantêm, em sua historicidade e na singularidade de sua existência material.

No plano de texto, este trabalho estrutura-se do seguinte modo: na seção que segue, discutiremos os pressupostos da análise enunciativa de Foucault (2008) que nos auxiliarão nas análises. Em outra seção, que a seguirá, serão apresentados alguns elementos biográficos de Linn da Quebrada. Posteriormente, serão realizadas as análises das repercussões da participação da Linn no reality show BBB, dedicados a discussão de travestilidade e representatividade e, por fim, apresentamos as considerações finais.

2 Pressupostos da análise enunciativa de Foucault (2008)

Desde nosso nascimento somos ensinados a viver socialmente e a determinar nossos próprios limites e características que terminam por nos definir. Se observarmos, percebemos que no espaço social ocorrem atos que são produtos das relações que criamos e construímos conosco e os outros. Um desses fenômenos debatidos por vários estudos é a sexualidade, que atua como um dispositivo de constituição dos sujeitos. Isso quer dizer que além do corpo e das genitálias, a sexualidade é também “a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 2015, p. 100). Logo, ela é produto e produtora dos discursos, de forma tal que eles atuam como um conjunto de “práticas que formam sistematicamente os objetos de [se] que fala” (FOUCAULT, 2012, p. 60).

É por meio do discurso, por exemplo, que a sexualidade produz o sistema de sexo/ gênero (RUBIN, 2017; BUTLER, 2003) em que tanto o sexo (até então relegado ao âmbito do natural) quanto o gênero (disposto do lado do cultural) são constituídos e funcionam como “arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (RUBIN, 2017, p. 11). Desse ponto, a sexualidade tem uma função normalizadora da realidade (FOUCAULT, 2015), produzindo aquilo que deve ser mantido ao mesmo tempo, em que coíbe aquilo que deve ser suprimido, ou ao menos invisibilizado. Em termos práticos, no contexto desse trabalho, há um padrão de normalidade instituída com relação aos corpos, que é mantido e intensificado inclusive por aqueles corpos que não se enquadram nessa categoria, estabelecendo assim identidades e diferenças que se baseiam na configuração corporal das pessoas e a partir das quais elas são essencializadas.

A travestilidade pode ser definida como uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito ou subversão com as normas de gênero. Ou seja, a pessoa travesti não se identifica com o gênero ao qual foi nomeada/criada. Pode-se afirmar que a travestilidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros dos corpos. Ao se analisar esse processo, nota-se como as regras construídas são rompidas, por ver como os corpos tendem a não se adequar. Com isto, a travestilidade acontece no eixo do sistema sexo/gênero como uma posição que tende a fragmentar e eclodir com as formas binárias e institucionalizadas entre masculino e feminino. Dentro da lógica de gêneros construída socialmente, sujeitos travestis são tidos como desviantes da normalização binária.

Para Butler (2003) o gênero é uma construção que se forma a partir das relações e convívios sociais em que indivíduo, ao longo do tempo, tende a constituir a identificação com aquele que melhor o representa. O binarismo sexual que é construído, dentre outros fatores, pela mídia, tanto fala de práticas desejáveis (normativas) como também cria estereótipos em torno, no caso desse trabalho, das travestis.

O aporte teórico que mobilizamos para a realização deste texto reside nas contribuições de Foucault para a Análise do Discurso (AD). A perspectiva arqueogenológica do discurso, elaborada a partir dos estudos de Foucault, assinala as condições históricas de existência dos discursos em sua dispersão e segundo as regularidades que mantêm para investigar os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 273).

Este texto considera, as discussões empreendidas em três momentos das análises, assinaladas pelo próprio Foucault (2009) e, posteriormente, denominados, didaticamente, por Gregolin (2004), entre outros, como as três épocas de Foucault, que são: a arqueologia, na qual são analisados os modos de objetivação do sujeito por saberes; a genealogia do poder, em que Foucault se voltou para as “práticas divisoras”, que objetivam os sujeitos por mecanismos de poder; e a genealógica da ética, em que ele analisou os modos de subjetivação por meio das quais o sujeito faz a experiência de si.

Do primeiro momento, destacamos as questões metodológicas da análise enunciativa. Foucault (2008, p. 98) concebe o enunciado a partir de quatro características que o diferenciam de três elementos linguísticos: a proposição, a frase e o ato de linguagem. A primeira característica é o referencial do enunciado, que são as suas leis de possibilidade, o campo no qual ele surge. A segunda é que ele “mantém com um sujeito uma relação determinada” (FOUCAULT, 2008, p. 103-104), consistindo esse sujeito nas posições possíveis de serem ocupadas em uma série nunciativa. A terceira característica é o campo associado no qual o enunciado se realiza, que delimita sua relação com a história. A última característica é que o enunciado necessita ter uma existência material, que lhe garante uma singularidade e uma repetição, caracterizando-o por um regime de materialidade repetível.

Neste texto, estamos considerando, o reality show BBB-22 como enunciado, cuja materialidade é audiovisual, organizada em torno do conjunto material que lhe dá contorno: imagem, som, movimentos de câmera, enquadramento, ângulo e disposições dos corpos em ângulos, conforme a morfologia descrita por Milanez (2019).

A análise enunciativa proposta por Foucault (2008) busca as condições nas quais se produziu um enunciado, em um campo de coexistência. Ela se ocupa de enunciados efetivamente produzidos, levando em conta um efeito de raridade, que procura determinar por que apareceu este enunciado, e nenhum outro em seu lugar, uma vez que nem tudo é sempre dito, e os enunciados estão sempre em falta, devendo-se buscar o princípio da rarefação no não-preenchimento das formulações possíveis. A análise enunciativa se faz, portanto, em sua raridade e segundo a sua dispersão e regularidade.

Em relação às formulações de Foucault (2009) da genealogia, situamos o problema do poder, que nos conduzem ao tema do governo e do gerenciamento da vida. O poder é investigado em seu funcionamento, questionando “como” ele coloca em jogo relações entre pessoas e designa relações entre parceiros. O poder é um modo de ação de uns sobre outros, e por essa razão,

o poder está em toda parte, pois é produzido constantemente, em todas as relações, sendo exercido em diversos pontos de modo desigual. Essas relações de poder não são exteriores às outras formas de relações e sim imanentes a elas. Ao mesmo tempo, em toda rede de poder existem resistências possíveis e necessárias.

Outrossim, essas relações de saber-poder se articulam justamente no discurso, concebido como um conjunto de segmentos descontínuos (FOUCAULT, 2009). O exercício das relações de poder é correlato do governo, tema que Foucault (2013a) investigou em diversos textos e outros ditos e escritos. Segundo esse autor, a preocupação com a arte de governar aparece no século XVI, em diferentes formas, desde a religiosa, o governo das crianças, em sua forma pedagógica, até o Estado pelo soberano.

De tal modo, na literatura de tratados de governo anti-Maquível, governar refere-se a “governar uma casa, almas, crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, uma família” (FOUCAULT, 2013a, p. 411). A prática de governar é múltipla e pode ser exercida por variados agentes, como o pai de família, o pedagogo e o professor. O governo do Estado é uma modalidade, entre tantas outras formas, no interior da qual todas as demais estão contidas. Por essas razões, compreendemos aqui que Linn da Quebrada exerce um poder de governar a partir de sua influência, visibilidade e audibilidade.

A finalidade do governo, resumidamente, é dispor as coisas de um modo correto para conduzi-las a um objetivo adequado a cada uma: fazer com que se produza mais riqueza, com que se forneça às pessoas meios suficientes de subsistência. O que se entende por “[...] dispor as coisas” é “[...] utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas” (FOUCAULT, 2013a, p. 418), ou seja, de modo menos oneroso e menos visível possível.

Foucault (1988) destaca que a partir do século XVIII, a população surge como problema econômico e político (vinculação da população com a riqueza, a mão-de-obra, a capacidade de trabalho e o equilíbrio do crescimento). Nesta situação, os governos compreendem a necessidade de lidar não apenas com o indivíduo, mas também com uma população e seus eventos e variáveis específicas, tais como: natalidade, morbidade, fecundidade, estado de saúde, etc. (FOUCAULT, 1988). Assim, neste século, ocorre a passagem de um modelo de governo da soberania para uma forma política dominada pelas técnicas de constituição de um saber relativo aos fenômenos próprios à população. Vivemos, desde o século XVIII, na era da governamentalidade, entendida esta palavra como, entre outras coisas, como:

A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros — soberania, disciplina etc. — e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes (FOUCAULT, 2013a, p. 429).

Para Foucault (2009), o desenvolvimento do Estado como estrutura política fez surgir uma forma de poder ao mesmo tempo, individualizante e totalizadora, que utiliza técnicas de poder das instituições cristãs (pastoral), representado pela figura do pastor. Esse poder pastoral mudou de objetivo e agora não quer mais salvar a vida no outro mundo, e sim neste: garantir saúde, segurança, bem-estar, com base na Medicina, com o hospital como instituição que objetiva produção de conhecimento sobre o homem como população e indivíduo. Isso quer dizer que esse poder também passou a ser exercido por aparelhos do Estado, como a polícia, ou instituições privadas e filantrópicas, se disseminando por todo o corpo social, o que nos faz afirmar que Linn também o exerce.

É relevante ainda pontuar que o poder do soberano sobre a morte sofreu transformações na Época Clássica, dando lugar a uma forma de poder que visa gerir a vida. Foucault (1999a; 1999b) situa no século XVIII o desenvolvimento do biopoder, que representa um modo de gestão da vida, manifestado em dois eixos principais: o governo dos corpos dos indivíduos, no caso, a disciplina; e o governo da população de forma geral, isto é, a biopolítica. É com essa forma de poder que se desenvolvem técnicas diversas de sujeição e adestramento dos corpos e de gestão e controle das populações. Proliferam tecnologias políticas que investem sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, etc., que constituem a biopolítica da espécie humana.

Com a biopolítica, introduzem-se diversos aparatos de controle, dentre eles, o midiático que terá como função o entretenimento, a informação, a massificação de cultura, dentre outras formas, através de programas de entretenimento para a população. É desse mecanismo que Linn da Quebrada lança mão para se constituir como sujeito que governa e exerce relações de poder sobre a os corpos dos sujeitos travestis, por meio da representatividade, como discutiremos em outra seção.

De igual modo, estudar a diversidade de gêneros e sexualidades existentes na atualidade nos coloca diante de uma miríade de formas de denominação, condensadas na sigla LGBTQIA+, que já constitui uma forma de instauração de

uma identificação, visto que “[...] a nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (BUTLER, 2000, p. 160).

Essa denominação também é fruto de um processo histórico, em que o discurso é mobilizado como arma em um jogo polêmico e estratégico, de ação e reação (FOUCAULT, 2002). Louro (2001) faz uma investigação histórica sobre a homossexualidade e considera-a, assim como o sujeito homossexual, uma invenção do século XIX. Antes, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero eram reduzidas ao pecado, concebidas como anormais, sob um julgamento moral, e precisou ser segregada, sob o risco da violência, por serem consideradas práticas desviantes e de sujeitos inferiores.

Foucault (2019) nos explica de que maneira a literatura cristã elaborou uma série de exegeses das Sagradas Escrituras, estabelecendo regularidades com a moral da Antiguidade greco-romana e com o discurso da natureza, para estabelecer argumentos de que existem práticas sexuais tidas como “natura” e “contranatura”. De modo que, esses discursos alicerçaram as bases do dispositivo de aliança (FOUCAULT, 1999a), que restringiu o sexo ao casamento e regulou aspectos da vida social como a família e a transmissão de bens, que ainda hoje são objetos de lutas.

Em lógica similar, as sociedades ocidentais modernas criaram, a partir do século XVIII, o dispositivo de sexualidade, o qual “funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfas e conjunturais de poder” (FOUCAULT, 1999a, p. 101), engendra “uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle” (FOUCAULT, 1999a, p. 101) e leva em consideração “as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam” (FOUCAULT, 1999a, p. 101).

Foucault (1999a, p. 100) teoriza sobre a história da sexualidade, compreendendo-a como um dispositivo histórico “em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”.

Para Foucault (1999a), a partir do século XVIII, os discursos sobre o sexo não pararam de proliferar, pois ele está ligado a uma revelação da verdade. A prática da confissão do sexo, compreendida como a “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1999a, p. 24) tornou-se uma regra desde a Idade Média, quando a confissão se consolidou como um dos rituais mais importantes para produzir a verdade. A confissão se estendeu aos domínios da Medicina, da justiça, da pedagogia, das relações familiares e amorosas, entre outros, de

modo que, consoante Foucault (1999a, p. 59), a nossa sociedade se tornou “singularmente confessada”. Nessa mesma linha de pensamento foucaultiana, Louro (2001), diz que a sexualidade se tornou uma questão científica, religiosa, psiquiátrica, antropológica e pedagógica. Diante disso, a postura unicamente repressiva e condenatória cede lugar a procedimentos de descrição, compreensão, explicação, regulação, saneamento, educação e normatização, passando, primeiro, pela sua colocação em discurso.

3 Elementos biográficos de Linn da Quebrada

Lina Pereira dos Santos mais conhecida como Linn da Quebrada expressa-se através da arte, em sua página *linndaquebrada.com*, enuncia acerca do seu trabalho como artista multimídia (cantora, compositora, atriz, apresentadora, travesti e ativista social brasileira...) e do impacto desse trabalho junto aos fãs ou pessoas que, eventualmente, escutam suas músicas:

Foi na música que a artista multimídia brasileira Linn da Quebrada despontou em 2017, com sua primeira faixa, “Enviadescer”. De lá para cá, a cantora e compositora desenvolveu seu processo criativo musical em diferentes etapas, explorando seu corpo através da palavra, dela criando som e fazendo barulho. O primeiro disco, Pajubá (2018), criou linguagem própria, catapultando a artista para diferentes palcos do Brasil e mundo afora. Com direção musical da DJ e produtora brasileira BADSISTA, Pajubá evocou uma estética sonora de difícil classificação, porém potente em seus efeitos práticos: música feita para pensar e dançar. A parceria entre as duas segue agora para um novo álbum, Trava Línguas, o segundo da carreira de Linn da Quebrada. Previsto para lançamento em 2021, neste novo trabalho Linn da Quebrada rompe com os timbres reproduzidos até então, renovando-os a partir de novas referências e experimentações. Tudo isso na busca contínua por outras frequências sonoras, nos usos da palavra e também em sua identidade artística (LINN DA QUEBRADA, 2022)

Essa modalidade enunciativa (FOUCAULT, 2008) deixa entrever um sujeito consciente do seu poder de gerenciamento de vidas e de que essa ação perpassa aspectos psicológicos e sociais, diante disso, ao enunciar desse

lugar de sujeito que gerencia vidas, Linn da Quebrada também lança luz em um fenômeno recorrente da contemporaneidade, a saber: a influência digital e midiática, ou seja, um poder de governar sujeitos, instando-os a consumirem determinados produtos, serviços e comportamentos sociais, inclusive a felicidade, um dos alvos da ação do biopoder na sociedade de normalização (FOUCAULT, 1999a; 1999b), em que muitos sujeitos enfrentam processos de adoecimento físico, mental, crises de ansiedade e quadros de depressão, tornando urgente a submissão à ordem do discurso (FOUCAULT, 2007) da saúde e do bem-estar.

A dispersão desse poder de engajamento possibilitado pelas mídias sociais digitais e televisivas possibilitou que a cantora emergisse para um grande público, na grande mídia televisiva, ela integrou o programa “TransMissão” que contava com a participação de convidados para um bate-papo no qual se discutiam questões de gênero, sexo e raça, sendo exibido no Canal Brasil até 2019. Em 2018, Linn protagonizou o documentário “Bixa Travesty” que teve como abordagem principal a sua luta contra a discriminação e opressão que enfrentou durante a vida toda, iniciando em seu ambiente familiar e estendendo-se a sociedade.

Lançou seu primeiro grande sucesso de visualizações no *YouTube*, o clipe da música “Enviadescer” em 2017, alcançando 63.651 mil visualizações, o clipe de música da cantora que a tornou mais conhecida foi “Oração”, lançado em 02 de novembro de 2019, acendendo os holofotes sobre uma travesti, cantora, oriunda da região periférica de SP, gerando, também, uma onda intensa de debates em relação à comunidade LGBTQIA+ em particular aos transgêneros.

Por um lado, Linn passou a ser acolhida e serviu de inspiração para pessoas que se sentiam representadas por ela. Uma reportagem, de Linn da Quebrada, hospedada no sítio virtual “UOL – Observatório G”, mostra a influência de Linn, a mesma que declarou, em 2017: “Foi um ano muito simbólico e significativo, no que diz respeito à disputa de imaginário. Era isso que estava buscando e propondo no meu trabalho, os nossos corpos ocuparem outros espaços”, o que representaria uma possibilidade de quebra do preconceito com travestise pessoas gays, lésbicas, transexuais, travestis, queers, intersexuais e assexuais (LGBTQIA+) no Brasil, de modo a ser a esperança de um futuro mais inclusivo e menos discriminador (UOL, 2018).

Por outro lado, Linn representa o abjeto (BUTLER, 2000), para muitos sujeitos que se posicionam de modo mais conservador. Noutros termos, trata-se de um ser que não goza da condição de sujeito e que deve permanecer na invisibilidade, para que seja possível a existência de quem reivindica para

si a condição de “cidadão de bem” e de “membro da família tradicional”. Visto que uma das formas de representar suas lutas e resistências ocorrem por meio das tatuagens existentes em seu corpo, principalmente as duas tem uma representatividade para travestis: o pronome “ela” e uma coroa de espinhos.

Entretanto, esse embate não foi suficiente para eclipsar o poder de Linn de agregar visualizações e audições, característico de uma sociedade em que a lógica do panóptico⁴ (FOUCAULT, 2013b) está invertida, isto é, em que o campo da visibilidade é o lugar habitado por um sujeito que deseja mais e mais olhares em sua direção, não individualizando esses olhares vigilantes sobre quem exerce poder de conduta.

Alguns dados nos ajudam a comprovar o exercício desse poder de engajamento artístico pela travesti: Linn da Quebrada se inscreveu no *YouTube* em 9 de junho de 2015 e já possui 120 mil inscritos no seu canal, além de 13.306.333 de visualizações nos seus vídeos, só no seu canal oficial do *YouTube*, de onde retiramos esses dados. Há muitos canais feitos por fãs, além de vídeos musicais não oficiais e outras entrevistas e participações dessa artista em produções de outrem, que agregam *views*.

O seu primeiro álbum, de estúdio “Pajubá”, lançado em 2017, alcançou trezentas mil visualizações em um mês de lançamento, número considerado alto para um artista novo. O segundo álbum de estúdio, “TRAVA LINGUAS”, lançado em 2021, foi o mais ouvido no Brasil nas primeiras vinte e quatro horas de lançamento, conforme dados biográficos do canal da artista. Em outras mídias sociais, a artista também mobiliza público exponencial: possui aproximadamente cinco milhões de seguidores, sendo três milhões de seguidores na rede social *Instagram*, quase oitocentos mil no *Twitter*, no qual ingressou em dezembro de 2016, 264 mil e 997 ouvintes mensais no *Spotify*, serviço de *streaming* de música e vídeo *on-line* e *off-line*. Em 30 de novembro de 2017, estreou nos cinemas o filme documentário *Meu Corpo é Político*, dirigido por Alice Riff, que acompanha a vida de quatro militantes LGBT, sendo que uma delas é Linn. Em agosto de 2018, Quebrada foi destaque em um filme da revista *Dazed*, dirigido por Valter Carvalho Mykki Blanco, então editora convidada da revista, a descreveu como “honesto e assertivo” e observou que

4 O Panóptico de Bentham foi uma proposição de um mecanismo de controle e vigilância para disciplinar as prisões, poder exercido na invisibilidade. Trata-se de uma arquitetura formada por uma construção em forma de anel na periferia e uma torre central, com longas janelas que se abrem para a face interna do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma com duas janelas, uma para o exterior e outra para o interior, correspondente à torre central. A presença de um vigia na torre central possibilitaria ver cada um em sua cela sem que o vigia seja visto.

ela abordou questões como “raça, sexualidade, trabalho sexual e a política de sua identidade transgênero”.

Em 2019, Linn estreou como atriz na série da TV Globo, *Segunda Chamada*, interpretando a travesti Natasha, aluna do colégio Carolina Maria de Jesus. Nos cinemas, protagoniza o documentário premiado *Bixa Travesty* (2018), que acompanha a trajetória de Linn, enfrentando o machismo e as diversas formas de transfobia. É dirigido por Cláudia Priscilla e Kiko Goifman. Linn também assina o roteiro de produção. O documentário estreou no Festival Internacional de Berlim em 18 de fevereiro e venceu o Teddy Award de melhor documentário LGBT, além disso, em 14 de janeiro de 2022, Linn foi confirmada como uma dos vinte participantes da vigésima segunda temporada do *realityshow* *Big Brother Brasil*, da TV Globo.

Além de se enunciar como sujeito consciente do seu governo sobre outras vidas, Linn deixa entrever os riscos dessa mesma enunciação de si, que inclui a morte, por implicar modificações na conduta do outro, tencionando as bases de uma sociedade conservadora, na qual morrem centenas de pessoas LGBTQIA+ por homofobia. Dessa maneira, Linn é um sujeito que governa e que utiliza sua visibilidade e audibilidade nas mídias sociais digitais para conduzir a conduta musical das pessoas, a forma como ouvem música em diferentes plataformas, mas também conduz a conduta social, política e cultural das pessoas, dada a sua posição de sujeito LGBTQIA+ que influencia esse grupo a se orgulhar de ser que é.

Em vista dessa demonstrada influência, no próximo item discutiremos o modo como se enuncia a travestilidade e a representatividade e as condições de emergência desse discurso em relação a esses sujeitos, neste momento da história, e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2008).

4 Travestilidade e representatividade no *BBB-22*

O *Big Brother Brasil* é um programa de *reality show* que possui um elevado número de audiência e fãs, sendo o maior da América Latina, ou seja, é um programa altamente lucrativo, com imenso engajamento nas redes sociais. Destaca-se também que o programa é popularmente conhecido por apresentar em seu conteúdo competição, conflitos, desentendimentos e propiciar que certos temas e acontecimentos recebam holofotes na mídia e nas mídias sociais.

Nessa acepção, quando se avalia a história desse programa, especialmente a composição de seus participantes é notável a maioria dos escolhidos para

integrar o programa são sujeitos cisgênero, heterossexuais, brancos e que se encaixam no padrão estético, sendo inclusive, que esse perfil tende a receber maior aceitação e apoio do público.

Nesse contexto, ao se verificar a história do programa, é perceptível que houve somente a participação de uma participante transexual, Ariadna Arantes, que participou da décima primeira edição. Todavia, a participação de Arantes já indicava a necessidade de discussões sérias e profundas em face à comunidade LGBTQI+A, especialmente com pessoas transgêneros, travestis e transexuais.

Posto isso, o ingresso de Linn da Quebrada na vigésima primeira edição propiciou inúmeros impactos, sendo um deles o enfoque na travestilidade e na representatividade com a população LGBTQI+A, especialmente com a população trans, no entanto, antes de se debruçar sobre as discussões e efeitos produzidos pela participação da Linn no programa, é fundamental explicar conceitos como travestilidade e representatividade, categorias que estão em destaque no contexto atual, especialmente advindos da participação da artista no programa e da articulação dos movimentos sociais em prol do debate com essas pautas.

Desse modo, Pedra (2015, p. 1) postula que “travestis são pessoas que vivenciam diariamente o gênero feminino. Elas possuem aparência, formas e adotam comportamentos atribuídos às integrantes do gênero feminino”. Conforme o autor, “[...] seus corpos misturam características masculinas e femininas. Preferem ser tratadas no feminino e o que buscam é o reconhecimento da sua identidade para além dos parâmetros binários da dicotomia masculino-feminino socialmente imposta”.

Ampliando o debate, Abílio (2016, p. 128-129) assevera que As (Os) *travestis*, por sua vez, não possuem essa desconexão, embora sua identidade de gênero se volte mais para o sexo oposto, o que se verifica nas suas formas de ser, agir, vestir-se e comportar-se”. Logo em seguida, autora elucida que “travestis e transexuais são pessoas que desafiam as convenções de performances de gênero e fogem aos padrões impostos pelo binarismo feminino/masculino nas maneiras de ser, de agir e de se comportar” (ABÍLIO, 2016, p. 128).

Com base na citação supracitada, é possível tecer algumas colocações, a primeira delas é que a travestilidade está relacionada com vivências cotidianas do gênero feminino, além disso, as pessoas que se autodenominam de travestis geralmente apresentam uma aparência, comportamento que socialmente e historicamente são atribuídos ao gênero feminino, esse é um dos fatores que o conceito do que significa ser mulher, homem deve ser recorrentemente problematizado.

As pessoas travestis tendem a apresentar uma preferência por ser tratada no feminino, ou seja, querem ser chamadas por pronomes femininos etc. Também é interessante mencionar que a travestilidade busca, além do próprio reconhecimento de sua identidade, a superação de estereótipos e parâmetros binários do que significa ser homem, mulher, definições e regras impostas pela sociedade patriarcal, sexista e cisnormativa, ou seja, a travestilidade assim como a transexualidade representam uma fuga e ruptura com os padrões binários, simplórios e permeados de estigmas e assimetrias de poder que atravessam os gêneros.

Partindo desse ponto, quando Linn entra no programa e se apresenta para os seus companheiros de confinamento, ela reafirma sua identidade com orgulho e empoderamento. Ela também ressalta que deseja ser chamada por pronomes femininos e explica, as razões que tatuou em sua testa o pronome ela, contudo alguns participantes se referem de sua forma inadequada com Linn, isso desencadeia reclamações e críticas por parte do público com o tratamento transfóbico por parte de certos participantes, com isso, o apresentador do programa intervém e pede para Linn novamente reforçar e esclarecer as razões que preferem ser chamada por pronomes femininos.

As falas e explicações da artista repercutem nacionalmente e tem como um dos impactos despertar a atenção e sensibilidade da sociedade com a população trans, visibilizando principalmente a existência, os direitos e as violências, estigmas que esses segmentos sociais enfrentam no cotidiano.

Além de sua participação ser algo histórico, visto que, é a primeira participante travesti no reality, a participação da cantora também ganha contornos de representatividade. Antes de explicitar os elementos que indicam que Linn é um símbolo de representatividade, é essencial compreender o que é representatividade e distinguir, o conceito de representação e representatividade.

Concomitantemente há equívocos e dúvidas em relação ao conceito de representação e representatividade, apesar de parecerem similares seus significados, há diferenças significativas entre eles, nesse sentido, conforme elucidada Bastos e Batista (2014, p. 1) “quando alguém que faz parte de uma minoria aparece nas telas, nas capas de revista etc., muitas vezes é dito que representatividade importa, porém, isso não é representatividade e sim representação, que é quando uma pessoa representa um grupo de pessoas. Representação também é importante”.

Tendo em vista as colocações feitas por Bastos e Batista (2014), é indispensável pontuar que, representação diz respeito à representação de um grupo social, essa representação pode ser positiva ou negativa, por exemplo,

se for uma propaganda com uma mulher, porém, o discurso e ideologia presentes na propaganda remetem e defendem de forma implícita ou não ideais sexistas e misóginas, logo esse conteúdo não possui representatividade, tampouco sua mensagem terá efeitos positivos, pelo contrário, essa propaganda pode corroborar para a manutenção de estruturas assimetrias de poder e a naturalização do machismo e violência de gênero, por isso, é imprescindível fazer ressalvas e pontuar as diferenças entre representação e representatividade, para que se evite equívocos e associações simplistas e errôneas acerca dessas categorias.

Em relação ao conceito de representatividade, Andrade (2020, p. 1) leciona que “a representatividade tem como fator a construção de subjetividade e identidade dos grupos e indivíduos que integram esse grupo”. Logo em seguida, a autora acrescenta: “O que isso significa? Significa que a representatividade não é apenas a organização de grupos buscando que seus interesses sejam representados e garantidos, mas é, sobretudo, parte da formação do que é o indivíduo que compõe esse grupo”.

Em diálogo com Andrade, Batista e Bastos (2014, p. 1) ponderam que:

Representatividade importa muito mais, entenda o porquê: no dicionário, o termo “representatividade” significa representar politicamente os interesses de determinado grupo, classe social ou de um povo. Ou seja, não é apenas aparecer numa propaganda ou na bancada de um jornal, na novela das 9h ou na nossa série preferida, embora também seja muito importante. Representatividade é muito mais, é estar nos espaços de decisão, ter o poder de mudar e de fazer com que outras pessoas como você também tenham poder de decisão. Representatividade é ir lá e mudar as estruturas de poder por dentro.

Em face ao exposto acima, é possível compreender que, representatividade significa, de modo geral, que os interesses, demandas de um grupo social, classe, público sejam representados de forma política, ou seja, a representatividade não é algo individual, é coletiva, ou seja, um indivíduo que compõe uma minoria social, por exemplo, que encontra-se no campo político apresenta as demandas, visibiliza as vulnerabilidades, opressões que seu grupo social enfrenta no dia a dia e defende a implementação de políticas públicas para a melhoria nas condições de vida e a erradicação de violências, estigmas e subalternidade que esse grupo sofre recorrentemente.

Nesse contexto, é essencial pensar nos fatores que contribuem para transformar Linn da Quebrada, um símbolo de representatividade para a comunidade LGBTQI+A, principalmente para a população travesti, transexual, que historicamente não tem papel de protagonismo e dificilmente ocupa espaços de poder, decisão nos espaços públicos.

No que concerne à representatividade de Linn, é basilar pontuar que antes mesmo de entrar no BBB, Linn já era apontada como um símbolo de representatividade, pois por seu legado artístico, sua inteligência, posicionamentos contundentes, sua militância e sua defesa dos direitos das minorias, ela torna-se um símbolo de respeito, referência e inspiração para a comunidade LGBTQI+A. Além disso, Linn nunca omitiu, tampouco menospreza as pautas e vivências dolorosas e geralmente excludentes e violentas que pessoas travestis enfrentam no cotidiano. Também é importante ressaltar que dentro do programa, Linn relata dificuldades de inserção, tolerância, acesso a direitos básicos, vulnerabilidades socioeconômicas, que a população LGBTQI+A lida diariamente.

A artista através de suas falas, sensibilidade, afeto e inteligência demonstra a importância de abordar identidade de gênero, de combater discursos e práticas socioculturais que incentivam e perpetuam violências e desrespeito contra pessoas trans, além disso, Linn defende de forma firme e coerente a relevância de refletir sobre diversidade sexual, desigualdade de gênero, racismo, direitos das minorias, a negação do afeto contra pessoas que não são cisgênero, ademais, ela também discorre e analisa temas como representatividade e a colonização e o ódio contra determinadas identidades, corpos e culturas.

Sob esse prisma, salienta-se que Linn da Quebrada sinaliza através não apenas de seu trabalho artístico, como de sua existência, posicionamentos e participação consciente e ativa no Big Brother Brasil, sendo inegavelmente uma figura que implica em um avanço nas discussões e reflexões sobre a travestilidade, representatividade, diversidade sexual, direitos para as minorias sociais.

Há que se ressaltar que desde sua entrada no programa, Linn não apenas defendeu sua identidade travesti como chamou atenção para a importância da utilização do nome social e do pronome feminino com as pessoas travestis, inclusive, ela frequentemente provoca os demais participantes e o público da violência presente na negação de pessoas travestis de terem seus nomes sociais rejeitados e serem alvos de piadas, comentários jocosos, ataques verbais, físicos que visam à negação, extinção das identidades, corpos, existências de grupos sociais historicamente invisibilizados e alvos de ódio.

Desse modo, defende-se que a participação de Linn no BBB implica em avanços positivos, sendo indiscutivelmente uma representatividade. Pondera-se também que os avanços gerados pela participação de Linn dizem respeito à visibilidade sobre determinados assuntos e uma reflexão crítica e densa sobre a existência e a importância do poder estatal assegurar direitos à população LGBTQIA+.

5 Considerações finais

O corpo de Linn é “arruinado de história” (FOUCAULT, 2013c), na medida em que é resultado das formas de coerção da sociedade em torno dos prazeres sexuais, mas também é um corpo que está arruinando essa história, ao possibilitar novas posturas aos sujeitos, promovendo uma insurreição de identidades por tanto tempo reprimidas. A escalada desse poder de visibilidade e audibilidade é contraditória, pois, ao mesmo tempo, em que causa aceitação entre setores sociais, que passam a consumir os produtos da cultura dessas diversidades sexuais, há também uma renovação dos ataques de setores conservadores, que clamam pelos valores tradicionais da família e partem para agressão e violência, como alerta Louro (2001).

No caso da travestilidade negra, em que o corpo negro é em si, na sua existência, uma transgressão no âmbito de um ideal de ego de uma sociedade que se deseja cisnormativa, branca, civilizada nos parâmetros da cultura ocidental e herdeira de seus códigos prescritivos no plano moral os ajustes que são impostos aos corpos travestis e negros constituem um código prescritivo cujo tipo ideal seria o negro de alma branca, ou seja, um negro ajustado, governado por um alter ego branco. Inegavelmente que em toda situação de sujeição o opressor é parte constitutiva da psicologia do oprimido, fato exaustivamente estudado e demonstrado por Franz Fanon cujo título de um de seus livros é autoexplicativo sobre esse tema: *peles negras, máscaras brancas*.

No processo de sua construção dessa visão do cuidado de si, o sentido de pertencimento a uma causa, decorre, na participação de Linn no reality show BBB, do papel que ela exerce na construção da consciência de uma identidade travesti como instrumento de luta política voltada para a emancipação coletiva. Ela emerge como condutora de um rito de passagem da consciência travesti individual para a consciência coletiva mobilizadora para a ação política. No caso de Linn, ela advém primeiramente de quem, para ela, naquele momento, afigura-se como alguém que, “já é uma artista multimídia”, por ser alguém que embora circule nos espaços das mídias, não havia conseguido concretamente se

defrontar com o papel de representatividade da travestilidade, em um espaço de grande repercussão midiática. Note-se que é no BBB, que Linn se confronta com a invisibilidade da travestilidade, expressão que em Foucault diz respeito aos saberes sepultados pelo saber/poder hegemônico.

O momento de inflexão vem, então, do reconhecimento do Outro/Mesmo que reorganiza os sentidos da existência, que sinaliza o projeto para a vida, que responde, organiza e articula, as experiências, angústias de um processo de vida. Esse processo é mediado pelas contradições do pertencimento da identidade travesti, a identificação da luta como o único caminho possível de redenção individual e coletiva para o segmento oprimido e de que isso não é conjuntural, mas parte integrante da vida, condição necessária para ser e permanecer, condição emancipatória da vida no plano individual e coletivo. Por isso tem que ser feito e refeito todos os dias, porque as contradições estão presentes no cotidiano de cada um e de todos. A travestilidade não descansa. Por isso mesmo, a luta tem que ser permanente, contínua.

Como otimista, acredita também expectativa neste fortalecimento da identidade política (ser negra e travesti no mundo do branco cisnormativo) a possibilidade de formação de uma pauta mínima de ação da população travesti, vencendo armadilhas interiores de vitimização que alicerçam “os danos que são causados à subjetividade em sua plenitude”, como também capacitados a enfrentar as propostas naturalizadas no espaço público, fazendo “um acerto de contas com essa história”.

Referências

ABÍLIO, Adriana Galvão Moura. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. **Revista Hispeci & Lema On-Line**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 126-142, jan.-fev., 2016.

ANDRADE, Rani. Representatividade: o que isso significa? **Politize**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/representatividade/#:~:text=Representatividade%3A%20entenda%20o%20conceito%20%80%8B%E2%80%8B&text=Portanto%20%C3%A9%20representatividade%20revela,individ%C3%ADduos%20que%20integram%20esse%20grupo>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BASTOS, Deh; BATISTA, Paula. **Representatividade x Representação**: entenda a diferença e a importância. **Push**, 2014. Disponível em: <https://push.com.br/post/representatividade-x-representacao-entenda-a-diferenca-e-a-importancia#:~:>

text=Quando%20algu%C3%A9m%20que%20faz%20parte,Representa%C3%A7%C3%A3o%20tamb%C3%A9m%20%C3%A9%20importante. Acesso em: 16 mar. 2020.

BENTO, Berenice. **O que é transsexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado. **Revista Humanidades e Inovação** v. 8, n. 58, p. 151-166, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2000, p. 151-174.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a. v. 1.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975/1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. p. 285-315.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P (org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Governamentalidade. *In*: _____. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013a, p. 407-431. v. 1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013c. p 55-86.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 4**: as confissões da carne. Edição estabelecida por Frédéric Gros. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2019.v. 4.

FOUCAULT, Michael. História da sexualidade I: a vontade de saber. Paz e Terra: São Paulo, 1976. FOUCAULT, Michael. Tecnologias de si. *Verve*, v. 6, p. 321-360, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5017>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GREENBLATT, S. Ascensão e queda de Adão e Eva. Tradução: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

LOURO, G. L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 541-553, 2001.

LINN DA QUEBRA. **Youtube**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCjeoRwqumaW8Be1c1YKL7DA>. Acesso em: 17 mar. 2020.

LIMA, Bruna. Quem é Linn da Quebrada? Conheça os principais trabalhos da integrante do BBB-22. **Culturadoria**, 2022. Disponível em: <https://culturadoria.com.br/quem-e-linn-da-quebrada/>Acesso em: 12 abr. 2022

MILANEZ, N. **Audiodisualidades**: elaborar com Foucault. Londrina, PR: EdUEL; Guarapuava, PR: EdUNICENTRO, 2019.

PEDRA, Caio Benevides. O que é travestilidade. *In*: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá (orgs.). **Gênero, sexualidade e direito**: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016. p. 134-151. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/travestilidade-855116110>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PACHECO, Carolina. **Realidades Espetacularizadas**: um estudo sobre o programa Big Brother Brasil. Rio de Janeiro: URJ/ECO 2006. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1540/1/CPacheco.pdf> e <http://www.bocc.ubi.pt/pag/curvello-vanessa-realidades-espetacularizadas.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

QUERINO, Rangel. “Ficou insustentável fingir que não existimos”, declara Linn da Quebrada sobre movimento LGBT. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://observatoriogol.uol.com.br/noticias/ficou-insustentavel-fingir-que-nao-existimos-declara-linn-da-quebrada-sobre-movimento-lgbt> Acesso em: 20 jun. 2021.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**: Gayle Rubin. São Paulo: Ubu, 2017.



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ENTREGADORES POR APLICATIVO. NOTAS DE PESQUISA SOBRE AMÉRICA DO SUL

Leonardo Rodrigues¹

Davide Carbonai²

Resumo: O artigo busca discutir as características da organização política de entregadores por aplicativo na América do Sul, tomando como base Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador. Discute-se a categoria conceitual de precariado ao comparar-se interpretações divergentes com base em autores referência destacando-se que as diferenças entre padrões de agitação no Norte e Sul Global exigem uma revisão do conceito que dê conta da realidade laboral na periferia do capitalismo. Apresenta-se os resultados de pesquisa realizada sobre os entregadores por aplicativo, enfatizando elementos de sua rotina de trabalho, as principais tendências de precarização à qual estão submetidos, suas demandas coletivas e as organizações de representação que foram erigidas nos últimos sete anos. Por fim, descreve-se as características gerais da organização política dos entregadores sul-americanos e sua inserção na arena internacional como forma de amplificar sua resistência.

1 Mestrando PPGCP Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Correio eletrônico: leo.limeira@yahoo.com.br.

2 UFRGS, Departamento de Ciências Administrativas. Correio Eletrônico: davide.carbonai@ufrgs.br.

Palavras-Chave: conflito trabalhista; entregadores; trabalho precário; organização política.

1 Introdução

No dia primeiro de julho de 2020 dezenas de cidades brasileiras foram palco de mobilizações massivas por parte de entregadores de delivery, durante o que ficou conhecido nacionalmente como “Breque dos apps”. De norte a sul do Brasil entregadores vinculados a plataformas de delivery como Rappi, Ifood e UberEats saíram às ruas em moto-carreatas e organizaram centenas de focos de mobilizações, paralisações e protestos encampando demandas como aumento da remuneração, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) por parte das empresas, fim dos desligamentos arbitrários e unilaterais de trabalhadores e, como tese geral, o fim da precarização do trabalho.

Esse evento foi apenas o primeiro dos três “breques” realizados pelos entregadores no ano de 2020 e que, em pouco tempo, se converteram em uma das mais importantes e radicalizadas mobilizações contra o avanço do trabalho precário no Brasil. Ainda mais notório é o fato de que o “breque” não surgiu apenas como um protesto de caráter nacional, ele se inseriu como parte das mobilizações da Greve internacional de Entregadores por Aplicativo que contou com a participação da categoria em pelo menos oito países diferentes — Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Inglaterra. É importante destacar que a América Latina, e, mais especificamente, a América do Sul, ocupou um espaço central nestas manifestações, concentrando parte considerável dos focos de protesto e agitação.

Certamente, a dimensão internacional das lutas dos trabalhadores brasileiros não é uma novidade. O processo de aproximação entre militantes operários e movimentos de trabalhadores brasileiros de estruturas e eventos internacionais data das primeiras décadas do século XX, mas foi a partir dos anos 1970 que ganhou contornos mais dinâmicos e conheceu um desenvolvimento mais completo acompanhando os processos internacionais da globalização neoliberal. Nesse mesmo período o mundo do trabalho passou por significativas e aceleradas transformações que impactaram diretamente as condições de trabalho, emprego e ação coletiva das classes trabalhadoras (STANDING, 2014). Esse processo tem sido marcado pelo avanço da regulação neoliberal sobre o trabalho e o conjunto da sociedade, pela acelerada inclusão das tecnologias informacionais nos processos produtivos e pela progressiva precarização do mercado de trabalho e das relações laborais.

Em decorrência desse processo de precarização do trabalho e do emprego, amplamente observado em várias regiões do mundo, ocorrem transformações no que diz respeito à configuração das classes sociais, especialmente na classe do proletariado. A emergência do precariado contemporâneo (no qual se insere a categoria dos entregadores), como categoria conceitual e grupo social, acompanha essas transformações e é, em grande parte, produto direto delas. Embora a existência do precariado e das formas atípicas de trabalho e emprego poderem ser identificadas em períodos históricos anteriores (CASTEL, 2005; STANDING, 2014), é no capitalismo neoliberal que assumem papel destacado ao converter expressivas parcelas da força de trabalho em trabalhadores precários (ANTUNES, 2018; ALVES, 2013). Mais do que isso, pode-se afirmar que esse processo tem dado origem a um novo padrão de precariedade estrutural do trabalho que marca profundamente a configuração do capitalismo no Século XXI.

O padrão de precariedade desenvolvido no capitalismo contemporâneo é marcado pelo aumento sistemático e gradual do desemprego estrutural, pelo avanço das formas atípicas de trabalho e emprego (subcontratação, trabalho sem vínculo empregatício, informalidade, autoemprego etc.) e pela hegemonia do paradigma neoliberal de regulação (ANTUNES, 2018). Nesse cenário a precarização do trabalho assume contornos dramáticos e institui formas de ser e de viver atravessadas pela insegurança social crônica (STANDING, 2014; CASTEL, 2005). A insegurança crônica deriva da instabilidade, ou mesmo ausência, dos vínculos empregatícios, da individualização das relações sociais e de trabalho, da fragilidade ou inexistência de seguridade social e da corrosão, em maior ou menor grau, dos diversos tipos de suportes que garantem a existência material e subjetiva dos trabalhadores (família, engajamento coletivo, organizações sociais e políticas etc.) (PAUGAM, 2003). A dimensão da ação coletiva, que mais interessa nesta pesquisa, é profundamente condicionada por estes elementos que transpõem obstáculos para a organização e atuação política do precariado.

Apesar disso, não se pode olvidar que o trabalho é uma força viva do processo de produção capitalista (ALVES, 2013) — ele não apenas é submetido, ele também luta! Assim, se a internacionalização do capital e a difusão do paradigma neoliberal têm criado desafios para os trabalhadores, contraditoriamente também pavimentam o cenário para a ampliação de sua ação conjunta internacional.

Considerando o que foi exposto, busca-se discutir sinteticamente os caminhos da organização política de trabalhadores de plataforma na América

do Sul, considerando o caso dos entregadores de aplicativo como modelo paradigmático. O objetivo principal é tentar levantar respostas provisórias para o seguinte questionamento: como os entregadores de aplicativo sul-americanos têm se organizado para lutar coletivamente pelas demandas da categoria. Para tanto foram analisados dados a respeito de cinco países onde o trabalho por aplicativo vem ganhando cada vez mais espaço, ocupando um contingente crescente de trabalhadores: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador.

2 Como definir conceitualmente o precariado?

Os estudos sobre precariado tiveram seu impulso inicial no interior da sociologia do trabalho francesa durante os anos 1970. Autores de grande importância dentro desta disciplina, tal como Robert Castel e Serge Paugam, podem ser considerados pioneiros no uso do conceito de “precariado”, que mais tarde passou a ser amplamente difundido nas discussões sobre a temática do trabalho e relações laborais. Estes sociólogos empreenderam esforços importantes no sentido de compreender as transformações sociais e políticas pelas quais a Europa ocidental passava durante a segunda metade do século XX.

A experiência do Estado de Bem-estar social passava por uma profunda crise, que se tornou cada vez mais aguda conforme se consolidava o paradigma neoliberal de regulação social, cuja expressão máxima se deu por meio do chamado Consenso de Washington, em 1989. A necrose da sociedade de bem-estar na Europa (ALVES 2013) transformou radicalmente as formas de regulação do trabalho e da economia e trouxe consigo impactos significativos na formação, composição e organização da classe trabalhadora no ocidente europeu. De acordo com as interpretações de Castel (2005) e Paugam (2003) o precariado contemporâneo seria produto da transformação da classe operária tradicional — associada ao modelo fordista de trabalho e emprego — a partir da dissolução do sistema de proteção ao trabalho e aos trabalhadores, erigido pelos Estados de Bem-Estar Social durante o século XX.

O surgimento das chamadas “formas atípicas” de trabalho e emprego — contratos temporários, trabalho terceirizado, auto-emprego e trabalho sem vínculo empregatício — somado ao processo de privatização e extinção dos bens públicos de seguridade social — previdência social, seguro-desemprego, auxílio aos trabalhadores pobres — criou uma massa de trabalhadores marcados pelo sentimento de insegurança social e amplamente ocupados em postos de trabalho precários e mal remunerados. Se comparados às gerações de seus pais e avós, estes trabalhadores se encontram muito menos protegidos dos

risco da atividade laboral e recebem pagamentos muito inferiores, embora seu nível de qualificação tenda a ser mais elevado.

Estas primeiras formulações sobre o precariado, apesar de serem de fundamental importância para o estudo do tema, padecem de deficiências importantes as quais é preciso chamar atenção. Ocorre que as interpretações formuladas pelos autores pioneiros no estudo do precariado estavam demasiadamente concentradas na experiência dos trabalhadores na Europa Ocidental e isso deu origem a generalizações cuja aplicação no restante do mundo é problemática. Como argumenta Beverly Silver (2005), em seu importante livro *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, o trabalho precisa ser estudado a partir de um ponto de vista global, ou seja, é preciso trazer à discussão o recorte entre Norte e Sul Global e a divisão internacional do trabalho alicerçada sobre ele. Se na Europa Ocidental o modelo fordista de emprego e a sociedade de bem-estar garantiram à classe operária uma experiência de trabalho formal, digno e protegido — permitindo o desenvolvimento mais amplo da cidadania salarial — o mesmo não se pode dizer sobre os países do Sul Global.

No caso da América do Sul, o qual é objeto deste estudo, as formas atípicas de trabalho e emprego sempre foram elementos estruturantes do mercado de trabalho. Por aqui, o modelo fordista de emprego e a proteção social ao trabalho limitaram-se à uma parcela minoritária da classe trabalhadora de forma que o padrão de relações laborais sempre foi a precarização (BRAGA, 2012; 2017). Nesse sentido, fica evidente que a interpretação do precariado como dissolução da classe trabalhadora fordista não dá conta de explicar a realidade dos trabalhadores nos países sul-americanos.

Outro elemento a ser destacado é que estes autores possuem uma visão conservadora sobre o precariado, sobretudo no que diz respeito às suas formas de luta política. Os franceses Paugam e Castel, bem como mais contemporaneamente o inglês Guy Standing, desenvolveram uma interpretação do precariado demasiadamente presa a experiência fordista e a dissolução das formas de cidadania salarial a ela associadas, e por isso destacam sempre os elementos negativos da atuação do precariado comparando-o à classe operária fordista do século XX. A individualização do trabalho, o declínio das organizações de representação coletiva (sindicatos, associações, partidos etc.), a introdução repentina da insegurança social no cotidiano dos trabalhadores — todos estes elementos têm sido entendidos como processos que vitimizam os trabalhadores e contra os quais eles demonstram pouca ou nenhuma capacidade de resistência ativa e eficiente.

Em oposição a essas visões, este artigo compartilha da interpretação de que o trabalho deve ser considerado como uma força viva dentro dos processos de produção, o que significa que embora ele possa ser submetido e controlado, ele também se rebela, se revolta (ALVES 2013). Presos demais à experiência europeia, as interpretações já mencionadas sobre precariado raramente dão conta de enxergar padrões de revolta que fujam da experiência fordista (BRAGA, 2017). Dessa forma, um amplo conjunto de conflitos trabalhistas, sobretudo nos países do Sul Global, tem sido marginalizado por estas interpretações que tendem a valorizar excessivamente elementos associados ao padrão fordista de agitação trabalhista pautado pela negociação coletiva entre trabalhadores, empresas e governos, e centrado na ação coletiva de sindicatos.

É importante levantar este debate porque, no caso dos prestadores de serviço de entrega, o *delivery*, na América do Sul, tem-se observado focos variados de agitação trabalhista que não correspondem ao padrão fordista, mas cujos impactos sobre a regulação do trabalho e luta contra precarização têm sido significativos. Diferente da suposta apatia e falta de capacidade ou mesmo interesse na ação política coletiva identificada por Castel, Paugam e Standing, os trabalhadores precários sul-americanos têm mostrado um amplo repertório de habilidades e capacidades de organização, mobilização e atuação coletiva.

Os trabalhadores do setor de *delivery* que operam por meio de plataformas digitais — entregadores de aplicativo como chamaremos a partir daqui — tem se demonstrado uma categoria particularmente ativa do precariado nos países da América do Sul. Isso se deve principalmente ao fato de que eles são atravessados pelas principais contradições do mundo do trabalho nesta região e que funcionam como motores de revoltas coletivas. A alta rotatividade no emprego, a precarização das condições de trabalho, a falta de acesso a direitos trabalhistas básicos e a destruição gradual dos sistemas públicos de proteção aos trabalhadores pavimenta um espaço para construção de identidades e demandas coletivas que, na ausência de mecanismos formais de representação, explodem em atos de rebeldia como protestos, greves, paralisações, sabotagens e demais formas de agitação coletiva.

3 Notas de pesquisa

Este artigo se desenvolve como resultado de uma pesquisa sobre os trabalhadores de *delivery* no Brasil e na América Latina realizada entre junho de 2021 e março de 2022, buscando compreender seus padrões de

mobilização e ação política coletiva. Os dados obtidos tiveram como fonte principal as atividades e pronunciamentos divulgados por meios digitais vinculados a grupos, coletivos, sindicatos e movimentos amplos de entregadores por aplicativo em cinco países sul-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador. Esse trabalho concentrou-se no levantamento de eventos realizados pelos entregadores e de movimentos criados para representar a categoria.

O levantamento obteve dados importantes, sobretudo nas redes sociais Facebook e Instagram, amplamente utilizadas por entregadores de vários países para divulgar ações, posicionamentos, demandas e, de certa forma, organizar a categoria. Importante ressaltar que o funcionamento interno desses sites faz com que as páginas destinadas a um mesmo público estejam relacionadas entre si, de forma que o acesso a uma página ou perfil específico resulta na indicação de uma série de outros do mesmo tipo e sobre temas semelhantes. Por meio desses dados foi possível mapear, mesmo que de forma limitada, um considerável conjunto de organizações atuantes nestes países, bem como as atividades que eles vêm desenvolvendo nos últimos três anos e as principais demandas encampadas.

No mesmo sentido, buscou-se ampliar a discussão sobre o trabalho por plataformas na América do Sul e, para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica como forma de remontar o cenário econômico e social da região, além de obter informações sobre a realidade dos trabalhadores. Destaca-se como um elemento central a obra coletiva organizada pelo Observatório de Plataformas intitulada *Precarización laboral en plataformas digitales: una lectura desde América Latina*. A obra reúne artigos variados que abordam o trabalho mediado por plataformas na América Latina e expressa o trabalho que o observatório tem realizado para acompanhar a luta dos trabalhadores de aplicativo na região. O livro oferece base suficiente para realizar reflexões sobre a realidade dos entregadores sul-americanos, principalmente porque conta com resultados de pesquisas empíricas sobre a categoria e sua movimentação política. Dessa forma, foi possível identificar um conjunto de elementos comuns à realidade dos entregadores de aplicativo nos cinco países estudados, bem como padrões semelhantes de agitação e atuação coletiva.

Na próxima seção analisa-se os dados obtidos com o objetivo de apresentar resumidamente as configurações da ação coletiva dos entregadores de aplicativo e sua relação com a dimensão internacional. Serão apresentadas e discutidas as descobertas realizadas durante a pesquisa, sobretudo com o objetivo de ressaltar elementos de aproximação entre as diferentes realidades.

4 Geopolítica do trabalho por plataformas

A composição da camada social do precariado, como demonstram os estudos de vários autores-referência, Alves (2013), Hirata (2011), Braga (2014), Antunes (2018), é marcada pela heterogeneidade de ocupações e pluralidade de categorias profissionais. Além disso, os processos de precarização do trabalho estão intimamente associados às realidades nacionais e locais, fazendo da realidade doméstica de cada país um elemento importante a ser considerado. Como discutido anteriormente, esses processos também devem ser relacionados aos movimentos internacionais do Capital no contexto da globalização neoliberal.

Dessa forma, um estudo sobre as realidades locais e regionais dos trabalhadores por plataforma que não leve em consideração a geopolítica do trabalho por aplicativo estará sempre incompleto. Isso porque, tal como salienta Beverly Silver (2005), os conflitos trabalhistas perseguem a movimentação do Capital, o que associa incontornavelmente as realidades locais aos acontecimentos de caráter global. Assim sendo, uma análise regional sobre a atuação política dos entregadores por aplicativo precisa considerar, ao mesmo tempo, os elementos de determinação local e global e como a sua relação dialética constrói a realidade do trabalho nos diferentes territórios.

Os aplicativos de entrega se estabeleceram nos diferentes países da América do Sul entre os anos de 2015 e 2018 e de lá pra cá se tornaram amplamente populares. Além de populares, os aplicativos já gerenciam uma parcela significativa da força de trabalho na região, como no caso do Brasil, onde os dados coletados pelo IBGE, em 2020, indicavam a existência de aproximadamente 678.527 entregadores por aplicativo ativos no país (PNAD 2020).

Nos países da região as empresas de trabalho por plataformas digitais encontraram um cenário agudo de crise econômica e desestruturação dos mercados de trabalho (altos níveis de inflação, desemprego crescente, aumento da desigualdade, crescimento do trabalho informal etc). Diferente da realidade dos países europeus e outros de economia industrializada, aqui a flexibilização da mão de obra e a precariedade dos postos de trabalho tradicionalmente figuraram como elementos importantes na estruturação dos mercados de trabalho. Como identificam Vargas e Castañeda (2020), esse cenário proporcionou às plataformas digitais acesso a um amplo contingente de trabalhadores empobrecidos e à procura de postos de trabalho forçados economicamente a aceitar um rebaixamento das condições laborais e dos rendimentos do trabalho.

Nesse sentido, tal como argumenta Grohmann (2020), a inserção das empresas de entrega por aplicativo no mercado sul-americano foi condicionada

simultaneamente pelos movimentos internacionais do Capital, por um lado, e pelas especificidades das relações de trabalho na América Latina, por outro. A investida dessas empresas — verdadeiros oligopólios digitais internacionais — sobre a região corresponde a uma geopolítica do trabalho por plataforma na qual os países sul-americanos ocupam o papel de fornecedores de mão de obra de baixo custo, permitindo às empresas um elevado retorno de seus investimentos. Pode-se afirmar que a chegada dessas empresas à América do Sul tem convertido algumas das tradicionais formas de trabalho informal em trabalho precário digital, instituindo novas formas de gerenciamento e controle da força de trabalho e alterando parcialmente a dinâmica da precarização do trabalho.

No caso dos entregadores de aplicativo, essa situação se mostra ainda mais evidente. Este tipo de ocupação tem atraído um grande contingente de trabalhadores que não encontram meios de inserção no mercado de trabalho formal e recorrem às plataformas de *delivery* para obter recursos para sua subsistência. Esses sujeitos são, em sua maioria, indivíduos jovens, auto identificados homens e com grau elevado de escolaridade, embora existam variações de acordo com as realidades nacionais e locais. No caso do Brasil, por exemplo, os entregadores tendem a ter grau de instrução menor e o componente étnico racial ocupa espaço central na composição da categoria, sendo que 59,2 % dos entregadores no país são negros (PNAD 2020).

Esses sujeitos compartilham entre si experiências laborais centradas na exploração do trabalho, na insegurança social e na baixa valorização das suas atividades. Em que pese a distância territorial que se interpõe entre eles, a experiência concreta do trabalho pavimenta pontos de encontro entre a realidade dos entregadores de várias localidades distintas que experimentam a existência no capitalismo neoliberal a partir de um prisma comum.

A rotina diária de trabalho dos entregadores de aplicativo sul-americanos consiste em realizar a busca e entrega de pedidos variados em centros urbanos caracterizados por infraestruturas de transportes deficientes. Expostos aos riscos do trânsito nas grandes cidades, os entregadores precisam dedicar um elevado número de horas ao trabalho para obterem rendimentos suficientes para sua subsistência. Vale ressaltar que o trabalho desses sujeitos pode ser definido como uma atividade *just in time*, na qual os trabalhadores precisam ficar à disposição das plataformas durante longos períodos mesmo que não estejam diretamente engajados em entregas. Por este motivo, tem se tornado cada vez mais comum que se observam grandes cidades da América do Sul grupos de entregadores descansando, se alimentando e até mesmo dormindo

em espaços públicos como praças, parques e canteiros — uma vez que não há um local de trabalho fixo que abrigue os trabalhadores.

Essa situação permite também que as empresas de plataforma ampliem o controle digital sobre seus subordinados, aprofundando a alienação da atividade laboral. Os entregadores aguardam por pedidos, que são direcionados a eles por meios dos aplicativos segundo critérios pouco transparentes. Quando aceitam os pedidos, eles precisam se deslocar até o local onde a entrega se encontra e mais tarde se dirigir ao endereço de destino. Nos casos de pagamento via dinheiro ou cartão eles também precisam realizar a cobrança do valor final do pedido, o que implica ter sempre dinheiro trocado e a manipulação das chamadas “máquinas de cartão”. Embora sejam pagos apenas pelo valor da entrega, calculado pela distância percorrida, a verdade é que muitas vezes os entregadores precisam realizar diversas outras etapas do processo de compra e venda de mercadorias.

Todo esse processo de trabalho é minuciosamente monitorado e controlado pelas empresas por meio das plataformas digitais. As empresas coletam os dados de localização, horário, pedidos aceitos e rejeitados, reclamações e muitos mais e a partir disso avaliam o trabalho dos entregadores. Muitas das vezes as empresas decidem pela suspensão, desligamento ou banimento de entregadores, mas na maior parte das vezes se recusam a dar explicações sobre os motivos da decisão, restando aos afastados apenas a aceitação da arbitrariedade. É importante destacar as características do trabalho realizado pelos entregadores, pois percebe-se que elas são condicionantes da forma como a categoria se estrutura e constrói um conjunto de demandas compartilhadas.

Por fim, observou-se também que nos países estudados a regulação do trabalho dos entregadores por aplicativo ainda é insipiente ou inexistente. Em que pese o elevado grau de controle e vigilância sobre o trabalho realizado pelas empresas, estas têm se utilizado de uma interpretação do trabalho que considera os entregadores como colaboradores e não empregados, as empresas se apresentam como empresas de mediação entre oferta e demanda e não de entregas. Isso permite que as empresas explorem a mão de obra sem precisarem arcar com os custos envolvendo previdência e seguridade social, de possíveis acidentes durante a jornada de trabalho e que elas ofereçam remuneração por atividade — podendo oferecer rendimentos mensais menores que o salário-mínimo nacional. Tal situação reafirma a tendência de aprofundamento da situação de insegurança social dos entregadores e transfere para eles parte significativa dos riscos e custos da atividade laboral, pois o trabalhador precisa contar com veículo e meios próprios.

5 Organizações políticas, Ações coletivas e demandas de entregadores sul-americanos

A pesquisa sobre os entregadores sul-americanos demonstrou a existência de um conjunto de elementos que permite aproximar a realidade laboral vivenciada pelos entregadores de aplicativo nos diferentes países da América do Sul. Esses trabalhadores executam rotinas de trabalho semelhantes, dividem o peso da recessão econômica que atinge a região desde meados de 2008 e compartilham da mesma situação de insegurança diante da globalização neoliberal.

Em todos os cinco países observados pode-se identificar a presença de tendências ao aprofundamento dos processos de precarização do trabalho ao longo dos últimos sete anos, sendo os mais importantes: (a) Expansão do contingente de trabalhadores afetado pelo desemprego estrutural; (b) Avanço de formas de flexibilização radical da mão de obra (trabalho sem vínculo empregatício, expansão do trabalho informal, terceirização, subcontratação); (c) Desestruturação dos sistemas públicos de previdência e seguridade social (contra-reformas trabalhista e previdenciária, restrição ao seguro desemprego, corte de gastos sociais em geral). No Equador, as taxas de emprego informal e precário, bem como os números de subemprego, auto-emprego e trabalho não remunerado tem apresentado uma evolução ascendente desde 2016 (DAZA E CORDEIRO, 2020). No caso da Colômbia o trabalho informal atingiu patamares recordes em 2018, atingindo 47,7 % dos trabalhadores, e em algumas regiões essa proporção alcança 60 % (Vargas e Castañeda, 2020). Essa situação se replica também no caso de Argentina, Brasil e Chile onde o avanço da informalidade e deterioração do mercado de trabalho também avançam a passos largos.

Nesse sentido, a pesquisa sobre a luta política dos entregadores de aplicativo tem deixado evidente a existência de um padrão comum de agitações trabalhistas nos países estudados. Conforme discutido anteriormente, esse padrão se distancia do modelo de agitações fordista centrado na atuação de organizações sindicais e na negociação com as empresas. Como categoria de formação recente, os entregadores de aplicativo não possuíam previamente instituições formais de representação nem canais eficientes de negociação. Assim, a principal marca de sua luta política tem sido a rebeldia.

Ruy Braga (2017), ao discutir as diferenças entre os padrões de agitação trabalhista no Norte e no Sul Globais, levanta uma fértil discussão sobre esse tema. De acordo com a interpretação de Braga, a ausência de um padrão fordista de conflito trabalhista não se opõe à atuação caótica, desorganizada

e espontânea dos trabalhadores. Pelo contrário, não havendo ação sindical tradicional, torna-se imperativo que sejam analisadas as formas autônomas de organização dos trabalhadores, mesmo que elas tendam a se concentrar em pautas parciais.

Como a realidade dos países observados tem demonstrado, as demandas parciais dos entregadores originam focos de revolta e reivindicação que aproximam os trabalhadores. Embora realizem uma atividade altamente individualizada, eles compartilham de rotinas de laborais que os aproximam e permitem o surgimento de reivindicações coletivas. As principais reivindicações dos entregadores por aplicativo da América do Sul são os seguintes: aumento do valor recebido por quilômetro rodado; fim dos desligamentos e bloqueios arbitrários; garantia de seguridade e equipamentos de segurança por parte das empresas; o estabelecimento de canais de negociação com as empresas que permitam visibilidade às demandas da categoria; consulta aos trabalhadores sobre mudanças em tarifas e taxas dos serviços.

Em todos os países aqui analisados, estas demandas apareceram, com maior ou menor frequência, na maior parte das manifestações e protestos públicos de entregadores por aplicativo. Na Argentina, apenas um ano após a chegada das empresas de entrega por plataforma, a categoria já realizava sua primeira paralisação (NEGRI, 2020). Os entregadores lotaram a praça de Buenos Aires em protesto, acusando a Rappi de mudar arbitrariamente e sem consulta prévia o mecanismo de distribuição de pedidos, prejudicando os trabalhadores e retirando totalmente sua autonomia de trabalho. O protesto arrastou consigo trabalhadores de outras empresas do setor, e em outubro de 2018 os entregadores fundaram a Asociación de Personal de Plataformas (APP).

Nos demais países as agitações trabalhistas dos entregadores seguiram a mesma dinâmica, embora a velocidade do processo possa ter sido significativamente diferente. Em países como Colômbia e Equador a repressão histórica ao movimento sindical e trabalhista pode ser um elemento responsável pelo desenvolvimento mais lento das ações políticas coletivas de entregadores. Na Colômbia o primeiro protesto de entregadores foi realizado em 19 de outubro de 2019, na cidade de Bogotá. Os trabalhadores se reuniram em frente à sede da Rappi exigindo que a empresa aumentasse os valores pagos e que reconhecesse o tempo de espera como parte da atividade laboral. Além disso, eles criticavam os reajustes unilaterais da empresa que acabavam gerando perdas de até 70 % nos rendimentos dos entregadores (VARGAS E CASTÑEDA, 2020). No Equador, variados focos de protesto se iniciaram ao longo de 2019, e no ano seguinte

entregadores de todo o país se reuniram na Primeira Assembleia Nacional de Entregadores, ocorrida em Quito e Guayaquil.

No Brasil e no Chile, a luta dos entregadores parece se desenvolver em sentido semelhante. Assentados sobre as mesmas demandas, os trabalhadores têm organizado protestos importantes desde meados de 2018, atingindo um ápice de mobilização a partir de 2020. Em ambos os países as mobilizações de entregadores se somaram a protestos de caráter nacional dirigidos contra os governos Bolsonaro (Brasil) e Piñera (Chile). Desse encontro entre lutas parciais e nacionais, surgiu no Brasil o Coletivo de Entregadores Antifascistas, que foram às ruas junto com outros setores da sociedade para protestar contra as medidas autoritárias do governo e o avanço de forças políticas de extrema direita.

É importante destacar que as próprias condições impostas pelo trabalho por aplicativo tem pavimentado caminhos para a atuação coletiva dos entregadores. Reunidos em praças e passeios públicos à espera de pedidos, os entregadores usam seu tempo para conversar sobre sua rotina laboral, suas necessidades compartilhadas, frustrações e insatisfações com as empresas. É nesses espaços — longe do controle direto de gerentes — onde circulam ideias e propostas de mobilização, onde a solidariedade entre os trabalhadores se desenvolve e nascem os princípios da ação coletiva.

Nesse sentido, a investigação a respeito da atividade laboral dos entregadores de aplicativo têm demonstrado a existência de um conjunto de elementos comuns a categoria em toda a América do Sul que impulsionam as revoltas trabalhistas da categoria, sendo eles os seguintes: (1) Trabalho altamente individualizado e competitivo; (2) Gerenciamento e controle da atividade laboral por meios digitais pouco transparentes; (3) Jornadas de trabalho excessivamente longas e extenuantes; (4) Baixa remuneração e valorização da força de trabalho; (5) Ausência de locais de trabalho únicos e compartilhados; (6) Atividade laboral degradante física e psicologicamente; (7) Inexistência de canais oficiais de contestação e negociação com as empresas; (8) Trabalho sem reconhecimento de vínculo empregatício; (9) Ausência de mecanismos de segurança e seguridade aos trabalhadores; (10) Transferência dos riscos e custos da atividade laboral para os trabalhadores individualizados.

Durante a pesquisa foi possível identificar a criação de diversas organizações com o objetivo de colaborar com a luta pelos interesses dos entregadores por aplicativo nos países da América do Sul. Variadas em tamanho e formas de atuação, essas organizações têm impulsionado a mobilização da categoria dos entregadores na região, embora a extensão de sua influência seja de difícil

mensuração. Dezenove organizações se destacam, sendo elas: 1 - Glovers Ecuador (Equador); 2 - FRENAPP (Frente de les trabajadores de Plataformas Digitales del Ecuador); 3 - RedApps Unidos Argentina; 4 - Comitê Jovens Trabalhadores Precarizados (argentina); 5 - Agrupación de Repartidores Rappi Chile; 6 - UnidApp Cali (Unión de Trabajadores de Plataforma - Colômbia); 7 - C.I.T.A (Coletivo Independente de Trabalhadores de Aplicativo - Brasil); 8 - Rappis y Furiosos (Argentina); 9 - Movimento Dos Entregadores Unidos (Brasil); 10 Movimento de Entregadores Rio das Ostras (Brasil); 11- Despatronados (Brasil); 12 - Entregadores Antifascistas (Brasil); 13 - Movimento Bike Delivery (Brasil); 14 - Sintrarepa (Sindicato de Base de Trabajadores por Aplicación - Argentina); 15 - ATR (Agrupación Trabajadores de Reparto - Argentina); 16 - Revolucionários dos Apps (Brasil); 17 - Treta no Trampo (Brasil); 18 - Asociación Personal de Plataformas (APP); 19 - Movimiento Nacional de RepartidorXs de las Plataformas Digitales (Colômbia); 20 - Ni Un Repartidor a Menos (Argentina); 21 - Dar Vuelta Todo (Argentina); 22 - Entregadores do Breque (Brasil); 23 - Riders Unidos Ya (Chile).

As organizações mapeadas surgiram nos últimos sete anos e desenvolvem um número diverso de atividades. Atividades como panfletagem, colagem de cartazes, divulgação de material virtual, gerenciamento de redes sociais, atos públicos, assembleias de trabalhadores, greves, paralisações e piquetes compõe são as mais comuns, embora algumas delas tenham sua atuação muito mais voltada ao mundo virtual. Em todos os lugares essas organizações buscam também estabelecer redes mais amplas, agrupando ativistas, militantes e incentivando a participação da categoria em atividades coletivas.

Nas redes sociais as organizações de entregadores por aplicativo encontraram um caminho eficiente de comunicação entre si, expandindo sua atuação para além do cenário local e nacional. Em todos os países observados foram realizadas atividades nacionais presenciais ou virtuais, amplamente divulgadas em perfis no Instagram, Facebook e Twitter. Os perfis de diferentes organizações comunicam-se entre si, trocam ideias, experiências e demandas e conseguem articular atos de protesto que atingem múltiplas localidades simultaneamente. O Breque dos Apps foi produto dessa articulação que permitiu aos entregadores de diferentes países atuarem conjuntamente, amplificando a pressão exercida sobre as empresas e sobre os governos. Destaca-se o surgimento da Alianza Unidos World Action, , um fórum internacional que reúne organizações de trabalhadores de plataforma do mundo todo.

Vários dos grupos de entregadores que mapeamos compõem a Unidos World Action, que têm uma predominância de grupos latino-americanos.

O fórum tem contribuído não somente para a realização de greves e atos internacionais da categoria, como também tem sido um importante espaço de articulação e mobilização coletiva. Em seu sítio virtual o fórum disponibiliza materiais de campanha em várias línguas e estampa a participação de grupos do mundo inteiro em suas atividades.

6 Considerações finais

No decorrer deste artigo desenvolveu-se uma avaliação preliminar e sintética dos caminhos percorridos pelos entregadores sul-americanos na direção da organização política da categoria. Baseados em experiências laborais comuns, estes sujeitos têm experimentado o drama do trabalho precário segundo os padrões instituídos pela globalização neoliberal.

Nos países observados, os entregadores por aplicativo desempenham diariamente rotinas laborais semelhantes, que abrem a oportunidade do surgimento de demandas compartilhadas. Estas demandas, embora parciais, representam o ponto de partida importante para várias ações coletivas da categoria, contribuindo para o posterior desenvolvimento de organizações e grupos de entregadores.

Diferente da interpretação de parte da literatura, demonstrou-se que existe entre os trabalhadores precários uma genuína tendência e disposição à organização e à mobilização coletivas. Perseguindo o fluxo internacional do Capital, o conflito trabalhista se expressa de diferentes formas na relação entre os entregadores e as empresas, ora adquirindo uma roupagem fordista — fundação de sindicatos e negociação coletiva — ora se apresentando em atos de rebeldia e protesto. Ambos pressionam autoridades públicas e as corporações pelo reconhecimento e valorização da atividade laboral e interpõem obstáculos ao processo de precarização atualmente em curso.

As organizações de entregadores têm desempenhado um papel importante nesse processo, utilizando um variado leque de estratégias envolvendo ações diretas, atos virtuais e atividades de protesto e greve. Elas também descobriram na arena internacional importantes recursos para amplificar sua audiência e mecanismos eficazes de articulação que transcendem as realidades locais e nacionais. Isso permitiu o surgimento de fóruns internacionais de debates e organização de atividades políticas. Como buscou-se demonstrar anteriormente, a experiência de trabalho dos entregadores nos diferentes países observados apresenta enormes semelhanças, o que, mais recentemente, têm possibilitado a internacionalização de suas lutas e formas de organização.

A avaliação desse processo indica que a internacionalização da mobilização e das atividades de reivindicação e protesto é uma importante estratégia na luta dos entregadores contra as empresas. Muitos dos grupos de entregadores destacam que a natureza multinacional das empresas permite a elas realizar uma exploração do trabalho sem fronteiras, contra a qual deve se opor uma resistência igualmente internacional dos trabalhadores.

Por fim, ressaltamos que é preciso dedicar um olhar cada vez mais atento e dedicado ao entendimento das novas formas de trabalho, sobretudo nos países do Sul Global. Em países desse tipo o padrão de agitação e luta política trabalhista pode se distanciar do modelo fordista tradicional, o que não deve ser entendido como ausência de conflito ou falta de combatividade dos trabalhadores. Seria possível dizer, inclusive, que a luta desenvolvida por estes setores de trabalhadores precários pode vir a se tornar a fonte de um novo ciclo de agitações no Sul Global, com poder de espalhar-se rapidamente para o resto do mundo. Talvez o renascimento do internacionalismo operário possa se tornar uma realidade cruzando a América do Sul na *bag* de um entregador.

Referências

ALVES, Giovanni; FONSECA, Dora. O movimento social do precariado, carência de futuridade e necrose do capitalismo de bem-estar social em Portugal. **Projeto História**, São Paulo, n. 46, pp. 91-114, abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17130/13752>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio-ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 103, p. 25-52, maio 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2182-74352014000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2022.

BRAGA, Ruy. **Rebelião do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.

CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar. “La aplicación te precariza”. Experiencias de personas repartidoras y conductoras en Ecuador. *In*: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (orgs.). **Precarización laboral en plataformas digitales**: una lectura desde América Latina. Quito, Equador: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

GROHMANN, Rafael. Sindicatos de trabajadores de plataforma en comunicación: ¿una nueva ola de organización colectiva? *In*: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (orgs.). **Precarización laboral en plataformas digitales**: una lectura desde América Latina. Quito, Equador: Friedrich-Ebert-Stiftung 2020.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Cadernos CRH**, v. 24, p. 15-22, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/M4ycWQHC74JXtmXcfqNxTyy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2022.

LAPA, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia de covid-19: Análise dos dados da PNAD-covid-19 - IBGE. **Mercado de Trabalho**, conjuntura e análise, [Brasília], ano 27, v. 71, p. 2, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10658>. Acesso em: 07 jul. 2022.


NEGRI, Sofía Daniela. Condiciones laborales, proceso de trabajo y movilización de los trabajadores en plataformas de reparto en Argentina. *In*: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (orgs.). **Precarización laboral en plataformas digitales**: una lectura desde América Latina. Quito, Equador: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC; Cortez, 2003.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, p. 9-24, maio 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5521>. Acesso em: 07 jul. 2022.

VARGAS, Derly Sánchez; CASTAÑEDA, Oscar Maldonado. Obstáculos, resistencias y repertorios de movilización social de repartidores digitales en Colombia. *In*: CORDERO, Kruskaya Hidalgo; DAZA, Carolina Salazar (orgs.). **Precarización laboral en plataformas digitales**: una lectura desde América Latina. Quito, Ecuador: Friedrich-Ebert-Stiftung 2020.



A LITERATURA DE CONCEIÇÃO EVARISTO E CAROLINA DE JESUS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS E ANTISSEXISTAS

Nola Patrícia Gamalho¹

1 Introdução

O Brasil agregou nos últimos anos uma série de instrumentos de promoção de combate ao racismo e ao sexismo na educação. São leis, orientações e pareceres que incorporam mecanismos de promoção de igualdade e combate a preconceitos, entre eles, os étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual. Tendo em vista esses instrumentos, também têm emergido a postura e práticas antirracistas e antissexistas na sociedade em geral e na educação em particular. Os pertencimentos de gênero, étnico e classe são interseccionais e constituem os “lugares sociais” de intensas violências, opressões e silenciamentos. Nesse sentido, busco neste texto desenvolver reflexões de propostas pedagógicas

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Rio Grande do Sul- Brasil. Correio Eletrônico: nolagamalho@unipampa.edu.br.

nessa interseccionalidade, a partir da literatura das escritoras negras: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, respectivamente as obras: Quarto de despejo: diário de uma favelada e Ponciá Vivência.

A prática pedagógica a partir da literatura dessas autoras se insere nas propostas de visibilizar narrativas, olhares e lugares de fala da mulher negra e, com isso, constituir representações mais plurais dos possíveis lugares que as estudantes negras podem ocupar nas arenas pública, política e profissional do país. Para tanto, reflito a partir das minhas práticas pedagógicas de docente universitária com o uso dessas literaturas, articulando-as com uma revisão bibliográfica sobre o conceito de lugar de fala, pós-colonialismo e educação antirracista e antissexista. Em conjunto, traço reflexões sobre meu próprio lugar de fala, articulando-o com uma postura epistemológica e política pós-colonial ou decolonial. Na sequência, apresento reflexões sobre a educação antirracista e articulo-as com a interseccionalidade de gênero. Por fim, apresento e desenvolvo discussões sobre o uso das obras das autoras na educação.

2 Lugar de fala

Lugar de fala tem sido muito debatido, principalmente a partir da publicação do livro *O que é: lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro (2017). Assim como a autora nos expõe, o conceito demanda reflexão ética e compromisso social, além de configurar um potente instrumento de reflexão da própria constituição da ciência ocidental. O que me conduz a articulação dessa reflexão com as teorias e posicionamento intelectual decolonial ou pós-colonial.

Vivenciamos corpos, subjetividades e relações sociais calcadas nos processos de dominação colonial, cuja herança é a colonialidade de poder de que fala Anibal Quijano (2005): os novos padrões de dominação global estão intrinsecamente ligados às experiências de dominação colonial. A colonialidade do poder é inerente ao capitalismo e opera tal qual um sistema, em diversos âmbitos: na economia, na política, nas ciências, nas produções de subjetividades, entre outros. Lugones (2008) salienta que além da colonialidade do poder, há a colonialidade de gênero, uma vez que o próprio feminismo hegemônico ignorou a interseccionalidade de raça, classe, sexualidade e gênero. Nesse sentido, a construção das normativas etnocêntricas condicionam as subjetividades, corporeidades e relações contemporâneas, assim como, naturalizam os processos de dominação do capitalismo sob os aspectos da globalização e neoliberalismo. Dominações que se fazem presentes em todos os âmbitos da vida, inclusive na ciência. Curiel Pichardo

(2017) expõe interpretação de que a produção de conhecimento também foi colonizada, enriquecendo o debate com o recorte de pensamento feminista, antirracista e pós-colonial:

Son elas (nosotras) las que no han respondido al paradigma de la modernidade universal: hombre-blanco-heteresexual; pero son también las que, desde su subalternidade, desde su experiencia situada, han impulsado un nuevo discurso y una práctica política crítica y transformadora (p. 152).

A leitura da autora nos demonstra o movimento de produção de conhecimento declaradamente situado, em que a pessoa da produção do conhecimento não está desvinculada da própria experiência, pelo contrário, é essa experiência que impulsiona as construções intelectuais e as transformações sociais. O lugar de enunciação é intrínseco ao lugar geopolítico do sujeito que fala e que na produção científica ocidental, não raro, aparece escondido, oculto da análise. Ou seja, “O lugar epistêmico étnico-racial, sexual, de gênero e o sujeito enunciator encontram-se, sempre desvinculados” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119). Na mesma perspectiva, Curiel Pichardo (2017) alerta que a academia é sustentada por visões de mundo masculinas, classistas, racistas e sexistas. A ciência foi e é produzida a partir de corpos e subjetividades de viés etnocêntrico, patriarcal, masculino, cristão, racista e heteronormativo, que sob a aparência de neutralidade, ocultava e oculta relações de dominação.

A partir dessa linha reflexiva, penso na perspectiva de Ramón Grosfoguel (2008, p.117), “[...] a partir de corpos e lugares étnico/raciais/sexuais subalternizados”. E, identificar o sujeito da enunciação e seu lugar de fala são ações imprescindíveis nas produções de fraturas da produção de saberes, que ao ocultar o sujeito da fala, pode estar na realidade reproduzindo as relações de dominação. Ribeiro (2017) argumenta que é preciso pensar a partir de novas premissas para que possamos desestabilizar as verdades historicamente constituídas. A análise aqui exposta, marcando a primeira pessoa do singular (eu), encontra-se alicerçada nessa crítica às produções de viés etnocêntrico, patriarcal, masculino, heteronormativo e cristão. Eu, enquanto o sujeito de enunciação dessas reflexões, sou também corpo, subjetividades e intencionalidades, assim como os demais corpos ocultos na neutralidade científica e suas produções de conhecimento. Com base na reflexão de Audre Lord (1984), reforço meu posicionamento epistemológico ao trazer o argumento de que para que as transformações ocorram, precisamos produzir outras formas de luta e conhecimentos, desvelando que o

conhecimento é também poder e está imbricado em relações de dominação. Para tanto, a autora destaca o rompimento necessário:

Significa aprender a tomar nuestras diferencias y hacerlas fuerzas. Porque las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. Tal vez nos permitan temporalmente ganarles en su próprio juego, pero nunca nos dejarán efectuar um cambio genuíno. Y este hecho es amenazante sólo para esas mujeres que aun definen la casa del amo como el único recurso de apoyo (LORD, 1984).

Nesse sentido, enunciar a pessoa da fala, colocar-me de forma situada na produção de conhecimento é uma postura epistemológica que confronta a produção de saber supostamente neutra e universal, tal qual a produção de sentidos da modernidade mundo ocidental. Assim, enuncio meu lugar de fala, o qual é menos um situar-se individual, mas principalmente localizar-me nas estruturas sociais e de poder a partir de onde busco dialogar com as teorias e ações do feminismo decolonial e da luta por uma educação antirracista. Sou uma brasileira, branca, heterossexual, cisgênero, sem religião, de origem popular (de uma família que compôs o êxodo rural e engrossou os bairros populares da periferia de Canoas, RS) e educadora que atua na formação universitária de professoras e professores em uma instituição pública federal do Brasil. Minha produção intelectual busca traçar diálogos para a educação antirracista e antissexista. Assim, me somo a Moçamba (2017) quando argumenta que:

Não é que os brancos não possam falar de racismo, ou as pessoas cis não possam falar de transfobia, é que elas não poderão falar como pessoas cis brancas, isto é, como sujeitos construídos conforme uma matriz de produção de subjetividade que sanciona a ignorância, sacraliza o direito à fala, secundariza o trabalho da escuta e naturaliza a própria autoridade. Isso significa também o fato paradoxal de que eles não poderão falar como se não fossem cis e brancos, isto é: apagando as marcas da própria racialidade e conformidade de gênero, a fim de agir como se os privilégios da branquitude e da cisgeneridade não fossem coextensivos aos sistemas de opressão das vidas e vozes não brancas e trans.

Nós nos constituímos a partir dos contextos aos quais fazemos parte ao longo da vida. Situar-me a partir da localização social, também me inscreve

em diferentes relações de identidade, hierarquias, constrangimentos, opressões e privilégios. Uma vez que não há um ser mulher universal ou homem universal, daí pensar a partir das interseccionalidades de gênero, classe, raça e orientação sexual. Ribeiro (2017) argumenta em relação à crítica feita ao lugar de fala, críticas essas que reduziram a compreensão do conceito à esfera individual e à possibilidade de fragmentar os movimentos sociais, uma vez que seriam reivindicações identitárias. Ora, como a autora nos explica, a acusação de identitarismo nas lutas sociais é uma face do processo de colocar determinados lugares de fala como universais o homem (branco) universal, a mulher (branca) universal ou normatizando a produção a partir do homem branco. Assim, a centralidade normativa permanece no mesmo local etnocêntrico, que a partir de si, define o outro como identitário. Esses posicionamentos ocultam com isso que os grupos sociais são atingidos de formas diferentes pelas estruturas de poder e reproduz os pressupostos colonialistas etnocêntricos.

O lugar de fala não corresponde à experiência individual, mas, conforme Ribeiro (2017), a condições sociais que constituam acessos a lugares de cidadania, pois nos possibilita ou restringe oportunidades. Ao mesmo tempo, o lugar de fala possibilita demonstrar que há múltiplas perspectivas sobre os fenômenos, narrados por múltiplas vozes. São percursos para romper com o discurso que se quer hegemônico. Temos, portanto, um duplo processo de luta decolonial: demonstrar que as narrativas partem de lugares sociais e com isso instigar a reflexão sobre a suposta neutralidade da ciência e somar diferentes lugares de fala para com isso potencializar múltiplas vozes e romper com o discurso universalista.

É também a partir dessas compreensões que buscamos aqui as vozes de escritoras negras, para a partir das narrativas delas, de seus lugares de fala, que por muito tempo e em diversas situações são na verdade lugares silenciados por forças externas, desenvolver práticas pedagógicas dessa interseccionalidade de gênero, raça e classe. Não é dar voz a elas, isso reproduziria um feminismo salvacionista branco. É a partir de suas vozes, de suas enunciações que potencializamos a educação antirracista e antissexista entre alunas e alunos de diferentes etnias e gênero, pois a luta antirracista e antissexista é para toda a sociedade e soma-se à formação cidadã. Compreendo que o silenciamento histórico, colonial, machista, cristão e heteronormativo de outras vozes promoveu o prejuízo do compartilhamento de múltiplos saberes e epistemologias e reforçou a história universal, o sujeito universal, logo, excluiu pessoas, ocultou desigualdades e naturalizou opressões.

3 Educação antirracista e antissexista

Para promover a práxis antirracista, é primordial primeiro problematizar a constituição do racismo e compreender seu viés no contexto sócio-histórico do Brasil. O primeiro passo é desnaturalizar o conceito de raça, que foi um instrumento criado na dominação colonial e que tem ramificações e permanência na colonialidade do poder no período contemporâneo. Raça passa a ter um uso diferente a partir do processo colonial. Se na origem do termo um dos principais usos era a classificação de espécies na zoologia e na botânica, no advento do contato colonial passa a classificar e hierarquizar povos e modos de vida a partir da Europa como centro normativo e padrão.

O conceito de raça passa a ser utilizado para nomear e classificar os povos dos territórios que se visava dominar. A classificação tem base em critérios de diferença eurocêntricos, constituindo o europeu como padrão de civilização e desenvolvimento. Além disso, o conceito se apoia em aspectos biológicos e no determinismo geográfico: seria da natureza dos povos que deveriam ser colonizados (de sua biologia), assim como de seu meio os elementos que os constituiriam como inferiores, daí o discurso ideológico de que a Europa levaria o desenvolvimento e a civilização a povos selvagens e primitivos. Ora, selvagem e primitivo é a explicitação do europeu como norma. E aqui utilizamos no masculino, porque o colonialismo colocou como norma o homem, cristão, heterossexual.

Munanga (2000) explicita o argumento da falácia biológica do conceito, uma vez que a tonalidade da pele se dá pela melanina, elemento do organismo de todos os povos. O autor argumenta que: “Apenas 1 % dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele e dos olhos” (p. 20). Com isso, o autor demonstra que raças, no sentido biológico, são construções intelectuais utilizadas para oprimir. Que raça é um conceito ideológico, não uma realidade biológica. Todavia, sua força está em escamotear seu conteúdo ideológico, o que a própria ciência, dita neutra, alicerçou. Assim, aparece como um conceito científico que legitima a dominação, inclusive sobre o pretexto de proporcionar a esses povos a experiência civilizatória europeia.

O conceito de raça se apoiou nos aspectos biológicos, morfológicos e no darwinismo social, atribuindo aos grupos sociais caracteres físicos, psicológicos, morais (a partir da moral etnocêntrica cristã), que seriam também transmitidos hereditariamente. Daí as teorias do final do século XIX e início do século XX sobre o branqueamento e, no caso específico do

Brasil, das heranças indígenas e africanas como entraves ao desenvolvimento do estado brasileiro e a constituição da identidade de sua nação. A questão racial no Brasil adquire contornos racistas pela própria produção científica da época. Autores como Silvio Romero (1821-1914); Euclides da Cunha (1866-1909); Nina Rodrigues (1862-1906) desenvolveram teorias raciológicas (ORTIZ, 1986). Atualmente, o conceito de raça passa por “[...] uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo” (GOMES, 2004, p. 45).

Percebe-se que o racismo decorre da produção das concepções de raça, essas alicerçadas na distinção e superioridade de um grupo social e territorial sobre os demais. Quem construiu as classificações determinou-se superior e os demais, inferiores. Oprimiram povos, dizimaram grupos étnicos, proporcionaram perdas de saberes, denominadas de epistemicídios. Conforme Munanga (2000, p. 24):

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo que ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características física ou biológicas.

O racismo desumaniza as pessoas, uma vez que atribui a humanidade ao homem branco, ao europeu. Franz Fanon, um dos precursores do pensamento pós-colonial, produziu na década de 1950 o livro: “Pele negra, máscaras brancas”, no qual expõe o prejuízo do colonialismo nas subjetividades. O autor demonstra que a regra da humanidade era ser branco, produzindo um “branqueamento” do modo de ser, falar e pensar dos grupos colonizados, pois para ser humano, era necessário ser branco. Fanon (2008) argumenta que para o martinicano se humanizar, ele precisaria se embranquecer. Nesse sentido, o racismo, como instrumento colonial, impactou não apenas territórios, mas modos de vida, de pensar, de socialização, impactou subjetividades, silenciou vozes... E, embora não vivemos mais um contexto colonial de ocupação territorial, sua herança se faz presente na colonialidade do poder e na herança de subjetividades racistas. Portanto, não basta não ser racista, é preciso lutar contra o racismo e ser antirracista.

Eu, como educadora antirracista e antissexista, costumo iniciar minhas aulas sobre o tema dizendo: Alguém aqui é racista? Eu sou racista. Uma pausa, então digo: Eu sou racista em desconstrução. Por que esse jogo de palavras e sentidos? Exatamente para sensibilizá-los de que o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019) e que precisamos estar abertos para nos desconstruirmos no processo de encontro com esse outro (no caso do Brasil e da educação para as relações étnico-raciais, esse outro pode ser caracterizado pelos povos originários e afro-brasileiros), de escuta de suas vozes já tão longamente silenciadas e de acolhimento de rever nossas reproduções racistas.

O mito da democracia racial produziu uma negação do racismo existente na nossa sociedade. Ainda no processo de produção da identidade nacional ao longo do século XX e, alicerçado na produção de Gilberto Freire, produziu-se, intencionalmente, um pensamento de que haveria uma harmonia entre os grupos étnicos e que a escravidão na América portuguesa teria sido mais branda (ORTIZ, 1986). Ainda conforme Ortiz, “O mito das três raças é neste sentido exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais” (1986, p. 44). O discurso de que a população brasileira é mestiça fornece um argumento falacioso de que não há diferenças raciais (étnicas) no país, logo, não há racismo, uma vez que toda população teria a mistura do negro, indígena e europeu. O grande perigo está em: não havendo diferenças e, mais pontualmente, desigualdades, não haveria motivos para combater o racismo, para produzir políticas públicas de equidade social. A falácia da democracia racial tem como finalidade a permanência de privilégios e da exclusividade de fala do homem, branco, cristão, heterossexual. E, nessa discussão, Lélia Gonzales ainda acrescenta a questão de como a mulher é tratada a partir e nesse discurso? Ou seja, ela destaca a importância de, em conjunto com o racismo, analisar o sexismo e chama a atenção para as violências simbólicas impostas às mulheres negras.

Ainda que seja inegável que há racismo no Brasil, é recorrente as pessoas afirmarem que não são racistas. Algumas até pensam que não são, mas reproduzem práticas, termos e relações racistas. Logo, são imprescindíveis a vigilância, o aprendizado contínuo e a desnaturalização dessas relações opressoras que historicamente desumanizaram grupos sociais. E a educação é um campo primordial na luta antirracista e, somamos aqui, antissexista.

A militância por uma educação antirracista, desenvolvida principalmente pelo movimento negro, assegurou alguns avanços nesse início de século

XX, como a lei 10.639/2003 que incluiu na LDB a obrigatoriedade do ensino da temática da História e Cultura Afro-Brasileira, depois atualizada pela lei n. 11.645/2008, que incluiu também a história e cultura dos povos originários. Em paralelo, vários outros documentos coadunam com o combate ao racismo e preconceitos, como as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e Africana (2004), a base nacional curricular comum (BRASIL, 2017); o plano nacional de educação – PNE (BRASIL, 2014), às orientações para avaliação do livro didático (BRASIL, 2019), entre outros. Além disso, o estado brasileiro é signatário de tratados sobre o tema, como da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da eliminação de todas as formas de discriminação Racial. São tratados que têm como finalidade eliminar a discriminação racial (CAVALLEIRO, 2005).

Partimos do princípio de que o colonialismo, o processo de escravização e a colonialidade do poder (contemporânea) produziram desigualdades sociais que atingem a população afro-brasileira, assim como, produziu todo um imaginário depreciativo e opressor das alteridades entre brancos e negros. A educação atua no campo de valorização da história, cultura e saberes dos povos originários, afro-brasileiros e da própria África. As transformações, portanto, demandam ações coordenadas no âmbito econômico, político, no combate aos preconceitos e estereótipos, pois conforme Cavalleiro (2004, p. 67):

A dinâmica brasileira das relações raciais materializa, em toda a sociedade, uma lógica de segregação amparada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, entre elas a escola, a Igreja, os meios de comunicação e a família, em especial.

O racismo é reproduzido também na escola, na naturalização do cristianismo e na interdição de temáticas vinculadas às religiões de matriz africana. No etnocentrismo do ensino, que parte do branco e do ocidente para compreender o Brasil e o mundo. O racismo é reproduzido, quando, por exemplo, se naturaliza a oração cristã como prática que antecede às aulas. Ao atuar em ações de formação continuada de professores da educação básica, foi recorrente o argumento: “Ah, mas tem racismo com alemão também”. Esse argumento demonstra a resistência em assumir que há uma especificidade brasileira que atingiu e atinge a população negra do país e coloca em condições de igualdade o preconceito racial com outros preconceitos. É o que Gomes

(2004) explica no argumento de que no Brasil o racismo se afirma a partir de sua negação. Não deixa de ser uma recusa de que somos racistas e demonstra o quanto o racismo é estrutural e naturalizado na nossa sociedade. Gomes (2004) argumenta sobre o difícil trabalho de construção da identidade negra em um contexto sócio-histórico de que para ser humano é preciso negar a própria negritude e questiona: “Será que, na escola, estamos atentos a essa questão?” (p. 42). Creio que há muito a fazer ainda para que possamos concretizar uma educação antirracista.

E associado à educação antirracista, temos a interseccionalidade de raça, gênero e classe e, com isso, a problemática de desconstruir uma história, uma geografia, uma sociologia e uma filosofia branca e masculina. Lugones (2008, p. 82) nos alerta que: “Solo al percibir género y raza como entramados o fusionados indisolublemente, podemos realmente ver a las mujeres de color”. Ou seja, a autora nos demonstra que há ausência da mulher negra nas lutas feministas e antirracistas, ou seja, suas particularidades, opressões próprias são subsumidas em outras lutas.

Ora, dessa forma, essas outras lutas produzem, com isso, processos de opressão. Daí compreender que não há sujeitos universais, mas uma pluralidade de conjunção de lugares de fala, logo, de lugares historicamente objeto de violências: as mulheres, homossexuais, lésbicas, pessoas transgênero, negras. Cada arranjo dessa diversidade encaminha para um conjunto específico de vivências e de vozes que devem ser ouvidas. Todavia, o gênero, assim como o conceito de raça, foi naturalizado em concepções biológicas, porém, seus atributos são socialmente construídos: os sentidos de ser mulher ou homem são construções sociais que normatizam e impõem padrões sociais que indissociam sexo biológico, gênero e papéis sociais a serem desempenhados. Assim, ainda inspirada em Lugones (2008, p.85), entendo que “En la actualidad, los cromosomas y los genitales forman parte de esta asignación, pero de una manera que revela que la biología está completamente interpretada y es, en sí misma, quirúrgicamente construída”.

E a educação também tem negligenciado essas vozes e experiência. Logo, incorporar nas metodologias de ensino as Guerreiras Africanas, visibilizar mulheres negras na sociedade nacional e restituir as vozes de mulheres negras são percursos necessários para uma educação que articule o antirracismo e o antissexismo. Djamilia (2019, p. 58) nos alerta para essa questão: “A situação é ainda mais grave para mulheres negras, que são muitas vezes destinadas ao subemprego: quantas físicas, biólogas, juízas, sociólogas etc., estamos perdendo?” É urgente compreender que o classismo, o sexismo e o racismo

são experiências que se sobrepõem e associar a luta antirracista e antissexista na educação. Como exercício dessa interseccionalidade, busco aqui pensar propostas pedagógicas a partir de duas escritoras negras: Carolina de Jesus e Conceição Evaristo.

4 A literatura de Conceição Evaristo e Carolina de Jesus nas práticas pedagógicas da interseccionalidade do antirracismo e feminismo

A educação antirracista e antissexista demanda ações, que devem ser práticas de todas e todos educadoras e educadores. Entendo em consonância com as diretrizes para as relações étnico-raciais na escola, que, embora nós não tenhamos culpa por nossos antepassados terem participado do processo de escravização e machismo historicamente constituídos, somos responsáveis por lutar contra essas opressões, independente do nosso lugar de fala. As diretrizes curriculares para as relações étnico-raciais são elucidativas nesse sentido, pois estimulam práticas para a promover ações, atitudes, valores que formem nossas e nossos estudantes para desenvolverem seus orgulhos de pertencimento étnico-racial e acrescento para combater os sexismos. E como construir esse orgulho em uma educação etnocêntrica, que não desconstrói o lugar do homem branco na sociedade e na produção de conhecimento? Daí o exercício de tirar da invisibilidade histórica as mulheres negras e suas contribuições para a cultura nacional. A mulher negra sofre as opressões de todas as outras categorias: homens brancos, mulheres brancas e homens negros.

Exatamente, esse é meu ponto de vista: a educação é permeada pelo sexismo e racismo. Seja no cotidiano escolar, seja na construção curricular. Foram invisibilizações tanto do negro, quanto da negra na sociedade nacional, o que reforçou as representações que aprisionavam essas pessoas em determinados papéis sociais: de escravizadas e escravizados, de pobres, sem ressaltar suas contribuições para a cultura, a ciência e a sociedade nacional. E aquela estudante ou aquele estudante que na escola aprende a reproduzir essas relações? Que os heróis foram homens brancos. Esses saberes etnocêntricos, sexistas e racistas passam a constituir as subjetividades das e dos estudantes. A estrutura curricular é composta por conteúdos que reforçam a ausência da mulher e, mais ainda, da mulher negra no contexto nacional. Logo, precisamos falar em Dandara, Mariele Franco, Antonieta de Barros, Chica da Silva, Lélia Gonzales, entre tantas outras. O trabalho é árduo, porque demanda pesquisa das e dos docentes da educação básica,

assim como, demanda das Instituições de Ensino Superior, a promoção de formações continuadas para profissionais da Educação Básica atuarem na interseccionalidade antirracista e antissexista.

Logo, é minha responsabilidade pensar, propor e divulgar práticas pedagógicas com esse intuito, o que esse exercício de escrita, reflexão e publicação também possibilita. Nesse sentido, faço uso de reflexões que venho fazendo a partir do componente curricular de Etnicidade e Cultura brasileira que ministro no curso de Ciências Humanas- Licenciatura, da UNIPAMPA, São Borja. Nele, uma das avaliações é um Sarau de literatura indígena e afro-brasileira. Entre as autoras e autores abordadas e abordados nessa prática estão Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo respectivamente com as obras: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Ponciá Vivência*.

Carolina Maria de Jesus foi uma mulher negra, nascida em Minas Gerais, no ano de 1914, tendo vivido até 1977. Migrou para São Paulo, onde viveu na favela do Canindé, de onde escreveu o primeiro livro. Mulher, mãe, catadora, favelada e escritora. Teve seus diários do cotidiano de fome e favela publicados na década de 1960 (MACEDO, 2014). Conceição Evaristo, assim como Carolina de Jesus, é mineira, tendo nascido em 1946 e segue atuando atualmente. Outra coincidência: ambas fazem parte do contingente populacional de imigrantes do Brasil, pois, na década de 1970, Conceição também foi para a região sudeste, para o Rio de Janeiro. De família humilde, formou-se em letras e é mestre em literatura brasileira (BUCKER, 2021). Ambas devem ser referência para estudantes do Brasil, de mulheres que, mesmo com uma sociedade sexista, branca e uma indústria editorial também masculina e branca, irrompem o silenciamento através da literatura. Conceição Evaristo, em entrevista à Carta Capital, em 2017, argumenta sobre o desigual acesso da mulher negra à indústria editorial do Brasil:

Essa longa espera tem muito a ver com esse imaginário que se faz da mulher negra, que a mulher negra samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame. Mas reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento e produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não concebe. Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito carnaval primeiro. (CARTA CAPITAL, 2017).

Carolina Maria de Jesus trata da fome e da favela. Temos nela uma mulher, como ela diz, da favela, do quarto de despejo, do lugar que a cidade

excluí e que, mesmo com baixa escolaridade, investe em suas palavras, em suas narrativas, muitas de denúncia da pobreza, do cotidiano de uma favela da primeira metade do século XX, de política e de independência feminina, uma vez que não buscava se adequar à constituição de uma família patriarcal. Carolina reflete sobre a condição da mulher na sociedade brasileira e confronta as múltiplas violências dessa sociedade (SILVA, 2019). Nas atividades do sarau é recorrente o encanto de estudantes da graduação com a literatura de Carolina, que destacam o impacto do livro na trajetória acadêmica.

O livro de Conceição Evaristo que utilizo no Sarau é Ponciá Vivêncio, que traz a trajetória de uma mulher negra descendente de escravizados, seus percursos no interior, na cidade e as múltiplas violências que as mulheres negras vivenciam. É uma escrita que fere, machuca, pois com naturalidade, expõe as violências que as mulheres negras perpassam no Brasil. No entanto, a escritora é generosa e propõe um futuro otimista no encerramento da obra. Traz como recurso pedagógico a trajetória dos descendentes de escravizados, o contexto periférico da mulher negra, a importância dos laços familiares nesse contexto de descendentes de escravizados que precisavam construir laços de solidariedade estendidos da própria família.

Nessas práticas é recorrente, mesmo em estudantes de cursos universitários, o desconhecimento dessas literaturas e autoras. O que me faz refletir sobre a permanência das estruturas de silenciamento dessas vozes e a necessidade de transpor essas práticas para o ensino básico. Uma grande potência de restituir as vozes dessas autoras e suas narrativas literárias e biográficas no ensino básico está no reconhecimento e visibilização desse grupo social na história e cultura nacional, ou seja, as mulheres negras. São práticas que fortalecem nos negros uma visão positiva de sua história e desperta entre brancos e negros a consciência negra (BRASIL, 2004) e antissexista. Desconstrói uma narrativa etnocentrada, branca e masculina do Brasil e da cultura. Demonstra que essas mulheres e, que todas as mulheres, têm o potencial de ocupar qualquer local social que almeje, inclusive, de grandes escritoras.

O incentivo e a promoção do acesso à literatura para estudantes são essenciais. Embora tenhamos resistências que remontam os argumentos de que jovens não leem, que pobres não leem, temos também a efervescência de escritoras e escritores periféricos, poetizas e poetas que declamam nas práticas de *slam* as violências que os povos e as mulheres negras sofrem em um país racista e sexista. Reproduzir o discurso que jovens não serão leitores é também negar seus direitos de acesso a alguns elementos da cultura, sem contar que reproduz o privilégio do acesso à literatura à classe média e elite.

A literatura dessas autoras nos demonstra nitidamente a interseccionalidade de raça, gênero e classe social. Narram as mulheres negras das periferias brasileiras, suas lutas por autoderminação, suas lutas e cotidianos dentro uma sociedade branca, masculina e classista. E são realidades próximas de estudantes, principalmente das periferias, que não raro, têm na figura materna (a mãe, a avó), o exemplo de luta e sobrevivência em contextos opressores. Assim, estudantes da periferia aprendem em seus lugares de vivência a importância dessas mulheres, mas normalmente não encontram essa mesma valorização na escola. A literatura assim aproxima os dois universos. E, em contextos de classe média, proporciona o contato com a alteridade e o exercício do reconhecimento e da compreensão das responsabilidades sociais que cada um tem na luta antirracista e antissexista. A partir desses livros, pode-se problematizar a mulher negra na literatura, na sociedade nacional. Propor práticas como roda de conversa, produção de recursos audiovisuais, por exemplo, para o Instagram.

A literatura dessas autoras repercute diretamente na ampliação da diversidade no currículo escolar. Traz enunciações situadas, que narram, na ficção ou na biografia, cotidianos, processos históricos e denunciam violências, explicitam hipocrisias. Essas literaturas ampliam as representações de ser mulher negra no Brasil. Uma vez que incorporam o protagonismo da mulher negra às subjetividades de estudantes (homens e mulheres; brancos e negros). Muitas jovens encontram nessas práticas a potência que seus corpos e suas histórias têm na construção do país, ressignificando suas identidades e, com isso, contribuindo para combater os processos de desumanização que o racismo produz.

5 Considerações finais

Precisamos pensar e agir coletivamente para combater os preconceitos étnico-raciais e de gênero. Na educação, a prática a partir de literaturas produzidas por mulheres negras corrobora na introdução de narrativas que rompem o lugar de silêncio imposto pelas heranças do colonialismo e, atualmente, que a influência da colonialidade do poder e a colonialidade de gênero procura impor. Esse rompimento é profícuo para a educação cidadã, pois pluraliza as narrativas que fazem parte do processo educacional, tradicionalmente naturalizado na ciência ocidental e fortemente etnocêntrico, masculino, cristão e heteronormativo. Corrobora ainda na transmutação das subjetividades de estudantes, porque insere no processo educacional outros protagonistas,

outras narrativas, diversificando as referências sociais, base das identidades, e proporcionando uma educação que combate as invisibilidades históricas. Percursos para a educação antirracista e antissexista demandam reflexão, compromisso ético e ações. É necessário agir, incomodar com reflexões que desestabilizam. Demonstrar que os heróis não são tão heróis e que deixamos de prestigiar heroínas, escritoras, mulheres...

A sociedade nacional é racista e sexista, sendo que a educação tem o potencial de enfrentar essas opressões, promovendo, nessa reflexão específica, o empoderamento das mulheres negras. A educação a partir da interseccionalidade entre luta antirracista e antissexista fortalece esses dois movimentos, proporciona estruturas simbólicas para ancorar as identidades de estudantes e promove, nas estudantes brancas e nos estudantes brancos a compreensão da pluralidade da constituição do Brasil e da riqueza cultural e epistemológica das mulheres negras. A literatura de Conceição Evaristo e Carolina de Jesus configuram, assim, recursos pedagógicos para uma escola plural e, conseqüentemente, uma sociedade plural e combativa dos preconceitos e privilégios.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.639/2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 11.645/2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394/1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.005/2017**. Aprova o Plano nacional de Educação- PNE e dá outras providências.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020**: geografia – guia de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019.

BUCKER, Caio. Conceição Evaristo, a imortal. **Jornal do Brasil**, 18 nov. 2021. Caderno B. Disponível em: <https://www.jb.com.br/cadernob/caio-bucker/2021/11/1034126-conceicao-evaristo-a-imortal.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CARTA CAPITAL. **Conceição Evaristo**: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

CURRIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista (em Nómadas, 2007). *In*: CÁRCAMO, Mirna Paiz [et al.] (orgs.). **Mujeres intelectuales**: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 149-166.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vivêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. Uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.39-64.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS, 1984, p. 223-244, 1984.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade Global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2088. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 09 jan. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LORD, Audre. Las herramientas del amo nunca desmontarán la casa del amo. *In*: _____. **La hermana, la extranjera**. Artículos y conferencias. 1984. Disponível em: <https://www.caladona.org/grups/uploads/2017/07/audre-lorde-la-hermana-la-extranjera.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, jul.-dic., 2008.

MACEDO, Laura. Centenário de Carolina Maria de Jesus. **Celedés**, s.d. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/centenario-de-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MOÇAMBA, Jota. **Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala**. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000. p. 15-34.


ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismos e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciência sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIjano.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

RIBEIRO, Djalmila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djalmila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Eliane da Conceição. Carolina Maria de Jesus e a literatura marginal: uma questão de gênero. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 21-52, jan.-jun. 2019.



OS DESAFIOS DOS FEMINISMOS ANTE A COLONIZAÇÃO TEÓRICA E A COLONIZAÇÃO DE GÊNERO

Jussara Reis Prá¹

Iris Nabolotnyj Martinez²

O teor da epígrafe nos inspira a associar a criação deste artigo a uma pausa na nossa caminhada acadêmica. Entendemos esta pausa como um estímulo para refletir acerca da relação entre os feminismos no debate sobre mulheres, ciência e gênero. Esse movimento também oportuniza rever as nossas racionalidades e, mais importante, permite prestar um tributo às muitas gerações de mulheres e feministas que, por seu pensamento e ação, nos instigam a tencionar o conhecimento científico. Com tal motivação, vamos incursionar nesse espaço e voltar o olhar para alguns percursos dos feminismos, cotejando-os pela lente do debate acadêmico e de nossa trajetória nesse meio.

1 Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Professorano Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Correio eletrônico: jussarapra@gmail.com

2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Mestra em Políticas Públicas e bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), São Borja, RS, Brasil. Correio eletrônico: irsnabolotnyj@gmail.com

A proposta do artigo é revisitar os caminhos teóricos trilhados pelos feminismos ao desafiar os modelos de ciência masculinos e trazer ao debate o olhar e as vozes das mulheres e de outros grupos subalternos. A escolha do termo “caminhos teóricos” traz embutida a nossa pretensão de rever alguns ideais de diferentes feminismos e de tratar os seus investimentos como parte de uma tarefa acadêmica coletiva. Tarefa que tem entre os seus propósitos o de tensionar a relação entre mulheres, ciência e gênero. Afinal, é parte daqueles modelos ver o sujeito feminino como coadjuvante do fazer científico.

O objetivo do estudo é apurar como os feminismos se organizam e quais as suas respostas a saberes teóricos constituídos por e para sujeitos masculinos (CUBILLOS, 2015). Isso requer averiguar as reações feministas à colonização teórica e à colonização de gênero, ou seja, as suas objeções a um sistema de apropriação/dominação simbolizado por um homem branco, heterossexual, proprietário, cristão e de ascendência européia. Nesse plano, a colonização teórica diz respeito à apropriação acrítica dos aportes de matriz eurocêntrica sem considerar os conhecimentos “periféricos”. A colonização de gênero, por seu turno, responde pelo domínio masculino na ciência. Por esse ângulo, vamos relacionar os caminhos dos feminismos do Norte global àqueles desenhados no Sul global. Para tal, temos em vista as suas críticas ao eurocentrismo e as suas reflexões sobre as questões de gênero, raça, classe e de outros marcadores de opressão.

Com a oferta de um panorama dos caminhos trilhados pelos feminismos, estimamos contribuir com os estudos interessados em amplificar os debates teóricos feministas e em questionar os apelos androcêntricos da ciência tradicional. Estimamos, também, fomentar o diálogo entre o público leigo e o meio acadêmico de modo a contribuir para instigar o seu interesse acerca da relação entre mulheres, ciência e gênero. Para tanto, partilhamos uma pesquisa bibliográfica consolidada na literatura feminista e nos estudos de gênero, com o subsídio da Ciência Política.

Para contemplar as reflexões sugeridas, organizamos o presente texto em quatro seções. A primeira delas comporta a introdução do artigo, na qual estão apresentados os elementos da nossa proposta de trabalho. A segunda seção, traz ao debate os dilemas da colonização teórica e da colonização de gênero enfrentados pelos feminismos para fazer frente aos desafios da descolonização. Na terceira seção, seguimos as contribuições feministas desenhadas no Norte global e chegamos ao Sul global, tendo como foco as suas críticas ao eurocentrismo e as suas reflexões sobre as questões de gênero, raça, classe e de outros marcadores de opressão. Para tal fim, buscamos localizar as vozes feministas em seu espaço geográfico e temporal, destacando suas autorias e

temas abordados. Por último, sintetizamos alguns pontos emblemáticos do texto a fim de qualificar as críticas feministas ao modelo hegemônico do mundo acadêmico. Modelo que, conforme entendemos, padroniza o conhecimento pelo viés da colonização teórica e da colonização de gênero.

1 Os dilemas da colonização teórica e da colonização de gênero

Uma das questões que aprendi com o feminismo foi suspeitar de tudo, dado que os paradigmas que se assumem em muitos âmbitos acadêmicos estão sustentados em visões e lógicas masculinas, classistas, racistas e sexistas (CURIEL, 2007, p. 93).

O ponto de partida do debate proposto encontra correspondência no pensamento decolonial e em movimentos emancipatórios, cujo foco é destituir as amarras da dominação/colonização teórica e de gênero. As mobilizações geradas nessa direção encontram seu ponto de origem em um longo processo de colonização e almejam como ponto de chegada, ou quiçá como “utopia”, a descolonização. Utopia, em nossa perspectiva, porque as definições teóricas constroem as visões de mundo coletivas, obtidas através dos tempos históricos. É impossível desconsiderar as definições, pois é devido a elas que surgem novos pontos de vista. Logo, acreditamos que a partir da compreensão dos processos de colonização e dos seus efeitos é possível aportar subsídios para descolonizar.

Por essa perspectiva, o termo colonização é apropriado por nós em correspondência aos debates do grupo Modernidade/Colonialidade sobre a conexão entre o estudo do passado colonial da América Latina e a reconstrução das ciências sociais no continente. Para tanto, nos inspiramos em algumas de suas críticas a respeito das questões de poder e do saber (MIGNOLO, 2010). Trata-se, nesse sentido, de considerar a imposição da força e da visão do colonizador a sujeitos dominados, explorados e racializados. Indo além, evocamos as postulações das feministas latino-americanas que incluíram a colonialidade de gênero naqueles debates (CURIEL, 2007; LUGONES, 2008; 2014).

Ainda sobre a colonialidade, a entendemos, para fins de estudo, como um fenômeno histórico e cultural, marcado por um tipo de dominação que extrapola os limites da experiência colonial e se propaga por uma lógica de relações entre saberes e poderes. Assim, do vínculo entre o passado e o presente emerge um padrão de poder, pautado na experiência moderno/colonial, que subordina e racializa certos grupos humanos (indígenas e africanos), garante

a dominação/exploração sobre eles e ignora conhecimentos e experiências desses grupos (CURIEL, 2007; MIGNOLO, 2010). Isso se reflete nas relações vividas em função da colonialidade de gênero, de onde sobressaem as mazelas de um sistema colonial associadas aos seus traços escravistas e patriarcais. Não obstante, há resistências à colonialidade por parte de quem não se submete às imposições de dominação e exploração.

Os feminismos, com as suas construções teóricas e prática política, são uma das fontes dessa resistência. Isso nos permite qualificar o feminismo como um conceito político e, como tal, integrá-lo a um espaço de *saberes situados*. Dimensão na qual o processo de construção de conhecimento e de identidades encontra-se localizado em contextos particulares e em momentos históricos específicos (HARAWAY, 1988). Derivam daí várias possibilidades de refletir sobre os dilemas da colonização teórica e da colonização de gênero. Dentre estas é válido conceber ambas as colonizações como as duas faces de uma mesma moeda. Uma delas, responsável por moldar o conhecimento à semelhança dos dominadores; a outra, endereçada a subalternizar as mulheres em razão de sexo/gênero, raça/etnia, classe ou condição periférica e a inviabilizar as práticas e os conhecimentos feministas (JUCÁ; BERNER, 2019).

Nesse patamar, a imagem da “Torre de Marfim”, evocada pela bióloga feminista Ruth Hubbard (1993), serve para delinear os preconceitos de gênero em relação ao conhecimento produzido por e para mulheres. A autora traz à tona essa alegoria para denunciar o caráter branco e masculino do modelo de fazer ciência e do *status* científico. Tal modelo, segundo ela, reflete a tradição patriarcal do conhecimento científico e o fato deste ser parte do mundo dos homens. Nesse tom, a autora reitera a natureza androcêntrica da ciência, na medida em que esta reflete a ideologia ou os valores masculinos. Juliana Campos, Andréa Alves e Flávia Santoro (2021) sustentam essa ideia por meio de um exame abrangente do viés de gênero nas citações de artigos em periódicos científicos. Segundo elas, em qualquer continente “autores do gênero masculino citam significativamente mais autores do mesmo gênero”. As implicações dessa distorção, no entanto, vão muito além de uma simples diferença de contagem e interferem até mesmo no avanço científico. Isso porque: “A disparidade de gênero e as dificuldades encontradas pelas mulheres cientistas ao redor do mundo atingem não somente a vida dessas mulheres como também o desenvolvimento da ciência” (CAMPOS; ALVES; SANTORO, 2021, p. 35-36).

Por outros caminhos, Ange-Marie Hancock (2007, p. 251) admite que as discriminações alicerçadas nas “categorias de diferença são produções dinâmicas de indivíduos e fatores institucionais, sendo também simultaneamente

contestadas e enfocadas nos planos individual e institucional de análise”. E isso, conforme a autora, também implica na “diversidade interna ao seu grupo”. Nesse patamar, a invisibilidade das negras, indígenas, latinas e afro-americanas em obras reconhecidas no meio acadêmico desnuda a influência dos pontos de vista dos feminismos brancos e hegemônicos (colonizadores). Logo, independentemente das diferenças metodológicas e estruturais, muitos estudos deste cariz carregam *posicionalidades* e *localidades* semelhantes sobre a compreensão dos feminismos (HOOKS, 1995; CURIEL, 2007; COLLINS, 2017; CARNEIRO, 2019).

Pelo ângulo abordado, a colonização teórica parece conter um dilema interno sobre o qual os conceitos políticos estão alicerçados no espaço temporal, do passado de experiências dos sentidos e significados. Este fator expõe o elitismo científico produtivista que importa “bibliografias anglo-americanas e eurocêntricas” (HOLLANDA, 2019, p. 9) e concentra a distribuição das produções em autores que se popularizam em detrimento de outros. Logo, parte importante da produção acadêmica que foge a essa lógica acaba invisibilizada. Nesse caso, a tensão sobre o espaço de experiência teóricos explica a sua reapropriação pelo ponto de vista das mulheres. Com isso, entra em jogo a necessidade de elas forjarem a sua retórica contra a opressão androcêntrica ou o privilégio masculino. Portanto, reside aí o mérito da elaboração de uma metodologia feminista capaz de ultrapassar as fronteiras da linguagem androcentrica.

Quando entram em cena os aportes trazidos pelas feministas vêm à tona as contestações teóricas à colonização de gênero. As suas críticas refutam as definições objetivas do modelo científico universalista, propostas essencialmente por homens na fixação de “parâmetros permanentes, inclusive de poder” (BANDEIRA, 2008, p. 213). A isso se soma a denúncia à hegemonia de sentido do saber científico androcêntrico, que invisibiliza as mulheres na história da ciência (RAGO, 2019). Essas críticas, fundamentadas em bases filosóficas, revelam as ficções criadas sobre a racionalidade científica em busca de uma suposta neutralidade, inviável na prática (YOUNG, 1990a). Ficções disfarçadas de coerção e que favorecem um único grupo para legitimar o que é valorizado cientificamente: o homem branco colonizador (NARAYAN, 1997).

O privilégio desse conhecimento tem então um local de origem e tem raça, gênero e classe. Trazendo essa avaliação ao contexto acadêmico brasileiro, como o fazem Roberta Jucá e Vanessa Berner (2019, p. 237), podemos entender esses deslocamentos como um espaço de luta pela inserção de novos sentidos. Conforme as autoras: “Continuamos realizando investigações

teóricas e conceituais, debruçadas sobre teorias americanas e europeias - e predominantemente masculinas —, que pouco dialogam com os problemas concretos do nosso mundo” (JUCÁ; BERNER, 2019, p. 237).

Sumariando. Podemos dizer, seguindo Attico Chassot (2011, p. 43), que na história da ciência existem “tramas difíceis de deslindar, com a História da Filosofia, a História das Artes, a História das Religiões [...] a História das Magias e, inclusive, com a História daqueles de quem se tira, usualmente, o direito de ter uma História”. Direito este, diz ele, geralmente negado às mulheres e a outras “minorias”, as dos chamados “sujeitos sem histórias”. À vista disso, o autor adverte que em razão da intensa conexão entre a História da Ciência e a da Humanidade a leitura daquela requer olharmos para as tessituras referidas.

A propósito, quando se leva em conta a tendência de as mulheres serem mantidas à margem da produção científica, é oportuno lembrar, como faz Chassot, que durante as “primeiras décadas do século vinte a carreira científica” era considerada inadequada para as mulheres, enquanto, na segunda metade do mesmo século, ainda “se dizia quais eram as profissões de homens e quais as de mulheres” (CHASSOT, 2011, p. 44). O mesmo autor ressalta, também, que esse viés sexista demarca a Ciência na aurora do terceiro milênio. Visto isso, vamos incursionar por um espaço amplo percorrido pelos feminismos, tendo em vista o seu empenho ao desafiar os modelos de ciência masculinos e trazer à tona o olhar das mulheres e de outros grupos subalternos.

2 Caminhos cruzados pelos feminismos nos debates sobre ciência e gênero

O feminismo do século XXI deve revelar as conexões dos ideais dos diferentes feminismos. E nesse sentido deve pensar globalmente e ao mesmo tempo atuar de maneira local. Porém sempre contrastando os discursos com as práticas sociais e nunca esquecendo os fatos (VALCÁRCEL; ROMERO, 2000, p. 15).

O texto em epígrafe serve para dar sequência à abordagem proposta neste artigo. Para lembrar, propusemos seguir as contribuições feministas desenhadas no Norte global e chegar ao Sul global, focalizando as suas críticas ao eurocentrismo e as suas reflexões sobre as questões de gênero, raça, classe e de outros marcadores de opressão. Para tanto, iremos localizar algumas vozes feministas em seu espaço geográfico e temporal, destacando autorias e temas abordados. Ressalvado, porém, que a magnitude dessa abordagem nos leva a

abreviá-la mesmo cientes do risco de simplificações.

A grandes traços, podemos encontrar vozes marcantes dos feminismos do Norte Global em momentos decisivos de afirmação da modernidade ocidental. Um desses legados faz parte do projeto iluminista que tem lugar na chegada ao período oitocentista. Outras vozes, porém, são de tempos mais longevos. Um desses registros data de 1405, com a contribuição da italiana Christine de Pizan, no livro *A Cidade das Damas*. A autora confronta a tradição do pensamento masculino renascentista e traz ao cenário da sua obra três figuras femininas: a Razão, a Retidão e a Justiça. Ambas as artífices de uma cidade imaginária, comandada apenas por lideranças femininas. Portanto, sem a presença masculina. O enredo da prosa responde à misoginia do “Romance da Rosa”, do clérigo Jean de Meung. Nessa resposta, a autora inaugura um debate muito à frente do seu tempo e antecipa temas caros aos feminismos, a exemplo do enfrentamento à violência contra as mulheres e da defesa da educação feminina (VARELA, 2014). Apesar da relevância dessa e de outras obras de Pizan, a escrita feminina aparece pontualmente ao longo da história do Ocidente, sendo reprimida por séculos. O período perverso de caça às bruxas exemplifica essa repressão, haja vista o extermínio dos registros corpóreos e históricos das mulheres (FEDERICI, 2004).

Seguindo o nosso fio, retornamos ao contexto setecentista (séc. XVIII) e encontramos um cenário no qual o selo da modernidade se articula ao do iluminismo. É quando a defesa de direitos passa a ser demandada por mulheres da alta monarquia europeia. Tais anseios extrapolam os salões das cortes e passam a impulsionar as pautas feministas. Nessa direção, os princípios de liberdade e igualdade, decantados com a Revolução Francesa (1789), já eram debatidos pelas mulheres. Embora com a voz silenciada, a francesa Olympe de Gouges protestou contra os privilégios masculinos na “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” (1791). Um ano depois, era a inglesa “Mary Wollstonecraft quem escrevia *Reivindicação dos direitos da mulher*, considerada a obra fundacional do feminismo” (VARELA, 2015, p. 23).

Outras vozes se somaram às de Wollstonecraft e de Gouges nas artes, na literatura e na política, questionando os privilégios masculinos e o fato de as mulheres não acessarem os frutos revolucionários. Assim, embora o pensamento feminista surja com a vocação de compartilhar teoria e prática, fica evidente a sua rejeição pela filosofia e pela ciência masculina. Não por acaso, entre as principais demandas de então, reverberam, ao longo dos dois séculos seguintes, a defesa do direito ao sufrágio feminino somada à defesa do direito à educação formal e ao trabalho assalariado no espaço público (VALCÁRCEL;

ROMERO, 2000). Também são requeridos “direitos de propriedade, reforma do casamento e liberdade sexual” (NYE, 1995, p. 19).

As discussões trazidas pelas iluministas são amplificadas no campo do feminismo liberal e compartilhadas, majoritariamente, por mulheres brancas, europeias e norte-americanas que falam a partir de seus contextos locais e tratam a opressão feminina desde uma perspectiva universal e reformista. Tal perspectiva se consolida no confronto com os desdobramentos da Revolução Francesa. Cenário no qual os princípios patriarcais, enraizados nas instituições políticas, impedem o reconhecimento dos direitos e das liberdades das mulheres.

Voltando ao contexto da luta pelo voto feminino vale lembrar a célebre manifestação da feminista e abolicionista afro-americana Sojourner Truth, quando acusa as feministas brancas pela omissão da luta das mulheres negras. A sua pergunta: “Não sou uma mulher?”, feita na convenção de mulheres de Akron, em 1851, a qualifica como a portadora de uma das vozes mais potentes para denunciar a dupla exclusão experimentada pelas mulheres negras, por conta da sua raça e do seu sexo. A voz Sojourner também é identificada como uma das referências para as futuras mobilizações políticas e contribuições teóricas do feminismo negro na passagem dos anos 1970. O mesmo potencial irá fomentar o desenvolvimento dos estudos interseccionais (CRENSHAW, 2002) maturados com o arcabouço teórico da interseccionalidade (COLLINS, 2017). No mesmo sentido, é reconhecida a importância de Truth para sentar as bases do feminismo decolonial, adiante tratado.

Na esteira da luta pelo voto vem à tona uma série de divisões provocadas pela Revolução Industrial (1760-1830), principalmente, na promoção da propriedade privada e no entrecruzamento entre marxismo e socialismo, o que irá impactar, sobremaneira, as pautas feministas. Ressalvadas as diferenças entre os dois fundamentos, é possível situar a relevância das ideias marxistas para o feminismo. Isso porque, apesar das divergências com o marxismo, os aportes desse pensamento permitiram transpor às análises feministas as questões da dominação e da subordinação nas relações humanas. Nesse sentido, coube a pensadoras com “sensibilidade feminista” partilhar “a convicção de que a opressão das mulheres era distinta e complementar à opressão de classe” (COBO, 2014, p. 24). A respeito desse ponto, destacamos as contribuições da polaco-alemã Rosa de Luxemburgo em sua obra *O socialismo e as Igrejas* (1905), na qual a autora problematiza a opressão das mulheres pela crítica ao sistema econômico capitalista. Para tal, ela leva em conta a exploração patriarcal dos corpos femininos, considerando a condição de sexo e também a de classe.

Outros temas aprofundados nas vozes das autoras desse campo incluem a sindicalização, as discriminações de gênero e classe, a divisão sexual do trabalho, a exploração da capacidade reprodutiva das mulheres, a exploração capitalista do tempo das trabalhadoras e a consubstancialidade.

Em paralelo ao debate teórico feminista, o protagonismo dos movimentos de mulheres operárias traz à cena as vozes das trabalhadoras em suas lutas por direitos. Somado a isso, a crítica marxiana ao sistema capitalista sobressai para o século vinte. Desta feita, propondo o anticapitalismo. Em tal perspectiva, a opressão das mulheres pode ser superada por uma revolução em prol de um novo sistema econômico, político e social, proposto pela cooperação entre os gêneros. Entre as representantes dessa posição figura a lituana Emma Goldman (1869-1940), com o livro *Anarquismo e outros ensaios* e *O tráfico das mulheres e outros ensaios sobre feminismo*, ambos publicados em 1910. Nesse âmbito, algumas das temáticas mais visíveis são: o amor livre, a igualdade entre os sexos, o anticapitalismo e a legalização do aborto.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) prospecta um período de instabilidade sobre todas as dimensões sociais, trazendo novas experiências e sentidos aos feminismos. A instabilidade, antes mencionada e não interrompida, se fortalece com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ocasão em que as feministas começam a refletir sobre a definição atribuídas às mulheres ao longo da história. Este feminismo, inaugurado por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1970), reivindica a liberdade das mulheres através da transcendência à imanência imposta. Em outras palavras: o despertar coletivo feminino deve se dar pela auto responsabilização das mulheres por suas escolhas individuais e em superação à naturalização dos moldes sexistas e machistas sobre o “ser humano”. Tal prerrogativa surte o efeito de amortecer o sentido da existência das mulheres como “o Outro” (imanência hegeliana). Além disso, para a autora, as instituições públicas servem muito mais para desmobilizar as mulheres, maquiando um ativismo que na realidade se traveste de controle sobre a revolução que deve ocorrer: da substância à identidade das mulheres, não as reduzindo ao essencialismo.

Nesse ponto, vale lembrar a contribuição da estadunidense Betty Friedan ao feminismo liberal, com a clássica obra “A Mística Feminina”, publicada em 1963. E não apenas isso, como afirma Nuria Varela (2015, p. 96) o livro de Friedan, assim como o de Beauvoir serviu para mudar “a vida de milhões de mulheres em todo o mundo e ao mesmo tempo, a vida de sua própria autora”. Friedan, por sua vez, é a fundadora de uma das instituições mais representativas da tendência liberal, a Organização Nacional de Mulheres (NOW, da sigla em

inglês), que chegaria a contar com meio milhão de afiliadas no início dos anos 2000 (VARELA, 2015). Entretanto, logo após a criação da entidade, as suas integrantes mais jovens vão deixá-la para se somar ao feminismo radical.

O feminismo radical irrompe no contexto norte-americano nos anos 1960, problematizando os efeitos machistas do pós-guerra sobre as instituições políticas, apoiado por argumentos marxistas e materialistas. Porquanto o ideário desse pensamento seja atribuído à autora e ativista Robin Morgan, o seu marco histórico é associado ao protesto norte-americano do movimento denominado Redstockings. Um documento polêmico, publicado no formato de manifesto, em 1969, responsabiliza os homens pela opressão das mulheres por conta dos benefícios econômicos, sexuais e psicológicos recebidos por eles. O protagonismo das radicais, pautado por sua aversão ao liberalismo, teve momentos marcantes entre as décadas de 1960 e 1970. Ainda assim, a supremacia masculina não deixaria de ser confrontada pelas feministas liberais e, em particular, pelas feministas negras.

A crítica às radicais se volta ao fato destas focalizarem a sua discussão no sexo biológico, propondo a ruptura das bases patriarcais por meio de uma posição contenciosa em prol da revolução sexual das mulheres. Entre as principais vozes a dar ressonância ao ideário dessa corrente estão as estadunidenses Kate Millett, com seu livro clássico, *a Política Sexual* (1971); Sulamith Firestone, com o famoso *A dialética do Sexo* (1970); e Catherine Mackinnon, com o livro, *Rumo a uma Teoria Feminista do Estado* (1991). Nesse âmbito, questões relativas à sexualidade, liberdade sexual das mulheres, pornografia e ao tráfico sexual sobressaem entre os temas mais discutidos no contexto do feminismo radical.

Uma das críticas contundentes a essa corrente vem das feministas negras que questionam o uso equivocado de três conceitos básicos para explicar o que une todas as mulheres, quais sejam: mulher, experiência e política pessoal (BAIROS, 1995). Como esclarece Luiza Bairos (1995, p. 458-459), citando Judith Grant, “as versões mais conhecidas do feminismo — radical, liberal, socialista” tendem a ficar reféns dos três conceitos, herdados do feminismo radical, a ponto de não darem conta dos problemas de outras mulheres que não são brancas, heterossexuais e de classe média. Com isso, questões relativas à raça, classe social e orientação sexual ficam subsumidas no horizonte de alguns feminismos (BAIROS, 1995).

Reações dessa natureza estão na base de uma virada teórica que encontra conexão entre os feminismos do Norte e do Sul global. Derivam daí os fundamentos da teoria da interseccionalidade, dos estudos decoloniais e dos estudos pós-coloniais, entre outros. O pensamento pós-colonial, expressa a

crítica às prerrogativas da cultura ocidental sobre a experiência das colonizadas no Sul global, recuperando as narrativas das mulheres subalternizadas e não-brancas que sofrem os efeitos da colonização e da globalização. Esta corrente rejeita os sentidos da Nova Ordem Mundial, assim como a da narrativa evolucionista eurocêntrica e imperialista, dando palco às vozes de mulheres. Entre suas principais autoras vale destacar a indiana Gayatri Chakravorty Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (1983). A autora traz à cena vozes invisibilizadas pela história, seja por sua raça — negras, indígenas, imigrantes, camponesas —, como também por sua etnia — latino-americanas, asiáticas, africanas ou árabes. A linha temática desta corrente é a razão ética, o inconsciente político, e a descolonização, além de outros.

As novas roupagens do androcentrismo, trazidas pelas mudanças nos parâmetros mundiais, instigam os feminismos periféricos a repensar as suas pautas, diante do agravamento dos problemas do passado. Nesse patamar, as vozes minoritárias e subalternas das mulheres de cor cobram o seu reconhecimento no âmbito dos estudos feministas e, também, que as categorias de gênero, raça e classe sejam categorizadas conjuntamente. Nesse âmbito, o ativismo multirracial, orientado pelas críticas de intelectuais afro-americanas, afrodescendentes latino-americanas, mestiças e não-brancas, problematiza as desigualdades de gênero. Desigualdades pautadas a partir da geopolítica europeia de exploração colonial implantada nas Américas e que se configura em um sistema mundial de dominação androcêntrica.

Entre as principais representantes da perspectiva decolonial estão as argentinas Maria Lugones e Rita Segato. Maria Lugones, além de referência nos estudos decoloniais foi responsável por trazer a esse campo as noções de sexo e sexualidade, matizadas no conceito de colonialidade de gênero. Dessa forma, suprimindo as lacunas deixadas por autores da área (clássicos e contemporâneos) e adicionando um novo recorte à colonialidade. Assim, o gênero irá figurar ao lado das ideias de poder, saber e de ser. Em um artigo sugestivamente intitulado “Rumo a um feminismo decolonial” (2014), a autora nos dota dos insumos para pensar a questão colonial pela lógica da interseccionalidade e com o foco na conexão entre gênero, raça, classe e sexualidade. Ao mesmo tempo, Lugones lança as bases para o que denomina descolonização de gênero, em defesa de uma perspectiva feminista de resistência à opressão e à dominação patriarcal, capitalista e colonial.

Por outros caminhos, Rita Segato traz ao debate as relações de gênero como parte de parâmetros de vida contrastantes. No artigo, *Gênero e colonialidade* (2012), a autora analisa o gênero a partir de mundos diferentes, o

da Aldeia e do Estado, em contraste com seus respectivos padrões de vida. Quanto às relações de gênero, apesar destas serem tipificadas como “tema particular” no discurso sociológico e antropológico, elas integram uma cena onipresente na vida social. Segato expõe a necessidade de se ler a interface entre o mundo pré-intrusão [Aldeia] e a modernidade colonial [Estado] a partir das transformações do sistema de gênero. Nesse sentido, ela entende adequadamente considerar o gênero como categoria central, quer dizer, com potência para transformar todos os aspectos da vida comunitária. Nas palavras da autora, tal arquitetura corresponde a fórmula do ativismo moderno “diferentes, porém iguais”. Entretanto, o mundo indígena se orienta por uma fórmula difícil para a nossa compreensão, “desiguais, porém distintos” (SEGATO, 2012, p. 128).

Em suma, no decorrer da exposição, procuramos trazer ao debate o contexto geográfico e temporal de cada autoria. Ao mesmo tempo, tratamos de precisar as motivações para a escrita das obras mencionadas e a influência do contexto ou conjuntura nessas escrituras. Para tanto, seguimos a sentença da epígrafe desta seção (VALCÁRCEL; ROMERO, 2000, p. 15), segundo o qual os feminismos podem pensar globalmente e atuar do ponto de vista local, contrastando os discursos com as práticas sociais, sem jamais esquecer os fatos.

Nessa tônica, parece ser recorrente aos feminismos trazer resoluções teóricas, metodológicas e epistemológicas aos problemas incutidos em vieses androcêntricos. Sendo assim, estamos diante do desafio de enfrentar modos de fazer ciência que, na verdade, pouco ou nada solucionam da vida real. Logo, estamos frente a um sistema de poder de natureza patriarcal, capitalista e colonial: um poder patriarcal, como identificou o feminismo radical; um poder capitalista, como evidenciado pelos feminismos marxista e socialista; um poder colonial, como manifestam as/os teóricas/os pós-coloniais e decoloniais (CUBILLOS, 2015, p. 127).

3 Reflexões finais: descolonizar a teoria e descolonizar o gênero

A tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 949).

Os anseios dos feminismos, como vimos no decorrer da exposição, revelam

a pertinência do investimento nas epistemologias feministas. Elas pressupõem a prática que cria a teoria e estão diretamente ligadas às localidades ideológicas das autoras. Neste cabedal, grupos sociais com pautas específicas entram na arena do saber e diluem entre si pontos de vista diversos. Caso a incluir grupos étnicos e racializados, os feminismos negros, africanos, indígenas, árabes e eslavos, para citar alguns. Temos, também, os movimentos classistas, ecológicos, transgêneros, lésbicos, camponeses ou cristãos, aos quais se somam os grupos revolucionários anticapitalistas, anticolonialistas e antirracistas, entre outros. Dito de maneira diferente, a epistemologia feminista significa todos os conhecimentos adquiridos por grupos que questionam o viés androcêntrico e as lógicas racistas, classistas e sexistas dos paradigmas reconhecidos em muitos espaços acadêmicos e de pesquisas (CURIEL, 2007).

O solo das discussões sobre a dimensão temática da epistemologia feminista é bastante fértil, mas, ao mesmo tempo, arenoso e até dividido. Como esclarece Javiera Cubillos (2015, p.120), “A geração de conhecimento não tem sido tarefa fácil para o feminismo, pois, além das barreiras sociais e institucionais para o desenvolvimento deste tipo de investigação, são diversos e extensos os debates internos sobre epistemologia, teoria e metodologia feminista”. Quanto à epistemologia, Juliana Góes (2019) enumera três posições, quais sejam: as empiricistas, que priorizam o modelo científico (LONGINO, 1986, 1996); as teorias do ponto de vista, comprometidas com os grupos subalternos (HARTSOCK, 2003); e as pós-modernas, para as quais nada é “real”, tudo é interpretação (ANDERSON, 2015). O comum entre essas dimensões é a defesa dos conhecimentos adquiridos ao longo da história a partir dos seus distintos grupos.

As teóricas que reivindicam a nomenclatura “feminismos” demandam a inclusão da pluralidade de sentidos feministas e não a anulação da sua *episteme*, como sugerem as epistemologias feministas de fazer (CODE, 1993). Ao se autodenominarem detentoras da *episteme* feminista, estas teóricas estariam enfraquecendo o conceito e relativizando-o. “Se tudo é válido, nada pode ser negado” (GOÉS, 2019, p. 5). As teóricas epistemológicas, por sua vez, defendem como essencialismo hegemônico a posição assumida por algumas feministas, o que contribui para a invisibilidade das mulheres subalternizadas. Nesse pano de fundo, o movimento feminista negro de origem africana criou a denominação “mulherismo” como forma de reapropriação intelectual do ponto de vista das mulheres do Sul-Global: uma vez que a história do feminismo excluiu a participação das mulheres negras, elas constroem a sua própria narrativa, dessa vez separadas das brancas do Norte global (COLLINS, 2017).

As epistemologias feministas não são categorias fixas, elas confluem

sentidos antagônicos e respondem os problemas cruciais da perspectiva científica proposta pelos teóricos androcêntricos: a arena do saber teórico e científico é diversa, dinâmica e precisa estar alicerçada em bases reais; e não sobre as que os teóricos androcêntricos querem ou imaginam. Então, é vital considerar a combinação das vozes, das cores de quem fala e das suas subjetividades. A exemplo, o feminismo negro combina, ao mesmo tempo, as características decolonial, marxista, socialista, pós-estruturalista e anarquista. Entretanto, isso não significa haver consenso nessas vozes. Logo, é preciso observar com cautela o contexto das autoras no campo dos sentidos. Tal posição revela a medida social correspondente, mais à esquerda, ou mais à direita, no espectro teórico feminista. O uso de critérios dessa natureza possibilita vislumbrar a relação entre Mulheres, Colonização, Ciência e Gênero.

No sentido dessas observações vale lembrar Maria Lugones (2014) no texto em epígrafe. Para esta autora, a tarefa descolonial feminista necessita largar o encantamento com “mulher”, o universal, e buscar refletir a colonização teórica e de gênero como uma consequência inerente à popularização, reprodução e concentração das teorias clássicas e masculinas sobre as feministas. Trazendo essa reflexão ao campo da Ciência Política, podemos especular se em decorrência dos preconceitos da Teoria Política com as acadêmicas feministas, as revistas científicas especializadas, criadas e colocadas sobre a mesma base produtivista daquela, não estariam sujeitas a privilegiar determinadas perspectivas, como as do feminismo branco. Em contrapartida, o caráter político do feminismo pode ser considerado um dos fatores que dificulta o seu reconhecimento dentro da própria ciência.

O fato de as obras feministas serem majoritariamente escritas por mulheres pode gerar discriminações em consequência do determinante de gênero imbricadas na base do modelo científico androcêntrico. Modelo responsável por exacerbar o produtivismo, o elitismo e a hegemonia das abordagens colonizadoras em textos escritos por homens. E isso ocorre não apenas em função do padrão de produtividade adotado, mas também devido ao modelo científico androcêntrico enraizado nas Universidades. Sendo assim, estudos voltados às revisões da literatura feministas são extremamente importantes para que seja possível superar as barreiras transpostas pelas teorias já consolidadas.

Quanto às críticas ao universalismo científico e ao seu cunho androcêntrico, não se pode ignorar o caráter arbitrário da objetividade e o fato desta cercear a pluralidade de sentidos, pois é impossível fugir das definições categóricas. Por certo, a partir delas foram criados a linguagem, as outras vivências e os avanços coletivos da espécie humana através dos tempos. Enfatizamos, assim,

a importância de estudos dedicados a situar as definições de modo abrangente ao invés de explicar as suas partes antecipadamente.

Concluindo. As divergências apontadas tornam necessária uma autocrítica feminista, o que ainda não ocorreu. Se, por um lado, as revistas científicas isolam o feminismo em função do viés androcêntrico e universalista do modelo científico; por outro, as feministas comprimem o espaço de experiência do conceito toda a vez que não organizam as dimensões teóricas de suas próprias produções. Isto pressupõe a necessidade de examinar internamente as suas práticas e os seus comportamentos. Estudos futuros deverão pautar essa agenda para fazer frente à colonização de gênero e à colonização teórica, vez que a produção acadêmica ainda é um campo de resistência dos feminismos a estas e a outras colonizações.

Referências

ANDERSON, Elizabeth. Feminist Epistemology and Philosophy of Science. In: ZALTA, E. N. (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2015. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>. Acesso em: 06 maio 2020.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos (CEBRAP)**, n. 100, p. 115-137, nov., 2014.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-230, jan.-abr., 2008.

BARRETT, Michèle. Feminismo. **Dicionário do pensamento social do século XX**. OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T.(eds.). Tradução: E. F. ALVES; A. CABRAL. Rio de Janeiro: Zahar, p. 304 -307, 1996.

BENHABIB, Seyla. **Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad en la era global**. Katz: Buenos Aires, 2006.

BENHABIB, Seyla. **El Ser y el Otro en la ética contemporánea: feminismo, comunitarismo y posmodernismo**. Gedisa: Barcelona, 2006.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2018.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: feminism and the subversion of identity. Nova Iorque: Routledge, 1990.

CAMPOS, J. L. A.; ALVES, A. S. A.; SANTORO, F. R. As mulheres são menos citadas do que os homens em artigos científicos? Uma análise do comportamento de citação relacionado ao gênero nas pesquisas em Etnobiologia. **Ethnoscientia**, Altamira, v. 6, n. 2, Especial, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B; ARRUDA, A. *et al.* (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CHASSOT, Attico. **A ciência é masculina?** É sim senhora! 5. ed. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2011.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.

COBO, Rosa. Aproximaciones a la teoría crítica feminista. **Boletín del Programa de Formación**, Lima (Perú), n. 1, año 1, p. 8-58, abr. 2014.

CODE, Lorraine. Taking subjectivity into account. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. (orgs.). **Feminists epistemologies**. Routledge: New York and London, 1993. p. 15-48.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, v. 51; n. e175118, 2017.

CRENSHAW, Kimberly. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

CUBILLOS, Javiera Almendra. La importancia de la interseccionalidad para la investigación feminista. **Oxímora, Revista Internacional de Ética y Política**, n. 7, p.119-137, 2015.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas** (Col.), Universidad Central Bogotá, Colombia, n. 26, p. 92-101, 2007.

FRAISSE, Geneviève. **Musa de la razón**: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos. S.l.: Cátedra, 1989.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia estatística e bibliometria: uma reivindicação de prioridades. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

FONSECA, Edson Nery da (org.). **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo: EdUSP, 1986.

GOÉS, Juliana. Ciência sucessora e as epistemologias: saberes localizados saberes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2019.

GRANTS, Judith. Fundamental Feminism Contesting the Core Concepts of Feminist Theory. New York: Routledge, 1991.

HANCOCK, Angie-Marie. Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm. **Politics and Gender**, v. 3, n. 2, p. 248-253, 2007.

HARAWAY, Donna. Situated knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**. Chicago, v. 3, n. 14, p. 575-99, 1988.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Toward a Specifically Feminist Historical Materialism. In: MCCANN, Carole; SEUNG-KYUNG, Kim (org.). **Feminist Theory Reader**: local and global perspectives. Routledge: New York; London, 2003. p. 292-30.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 464-478, 1995.

HUBBARD, Ruth. Algumas Ideias sobre a Masculinidade das Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary McCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Tradução: Ângela Melin. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: EdUNB, 1993. p. 21-47.

JUCÁ, Roberta Laena Costa; BERNER, Vanessa Oliveira Batista. Descolonizar a universidade: por metodologias descoloniais e feministas no ensino jurídico brasileiro. *In*: SMANIOTTO, Melissa Andréa (org.). **Direitos humanos e diversidade**. Ponta Grossa (PR): Atena, 2019. p. 237-257. Disponível em: www.atenaeditora.com.br. Acesso em: 10 jan. 2021.

LAGARDE, Marcela. El feminismo en mi vida. Hitos, claves y topías. México (D.F.): Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LONGINO, Helen. **Can There Be a Feminist Science?** New Haven: Princeton Univ., 1986.

LONGINO, Helen (ed.). **Feminism and Science**. Oxford: Oxford University, 1996. p. 28-90.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. *In*: MIGNOLO, W. (comp.). **Género y Descolonialidad**. Buenos Aires: Del signo, 2008. p.11-32

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3. n. 22, p. 935-952, set.-dez., 2014.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Signo, 2010.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. *In*: JAGGAR, A.; BORDO, S (orgs.). **Género, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-290.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.

OAKLEY, Ann. Science, Gender, and Women's Liberation: an argument against postmodernism. **Women's Studies International Forum**, New York, v. 21, n. 2, p.133-146, 1998.

OCHY, Curiel. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, n. 26, p. 92-101, 2007.

PATEMAN, Carole. Criticas feministas a la dicotomia publico/privado. *In*: CASTELLS, Carme (comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Paidós: Barcelona, 1996. p. 2-23.

PATEMAN, Carole. **El Contrato Sexual**. Anthropos: Barcelona; Universidad Autónoma Metropolitana: México, 1995.

VALCÁRCEL, Amelia; ROMERO, Rosalía. Introducción. *In*: VALCÁRCEL, Amelia; BENAÚ, M.^a Dolores; ROMERO, Rosalía (eds.). Los desafíos del feminismo ante el siglo XXI. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, 2000. p.13-16.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona: B, 2014.

YOUNG, Iris. Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton University: Princeton, 1990a.



AS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO REINO UNIDO

Daniel da Rosa Eslobão¹

1 Introdução

Este artigo analisará as políticas públicas de igualdade de gênero nas relações de trabalho no Reino Unido, país constituído por regiões históricas dotadas de autonomia local, unificados pela autoridade de Londres. Ao longo da última década, o governo daquele país implantou um conjunto de medidas, tendo em vista o desenvolvimento de uma cultura de paridade de gênero no mercado de trabalho. Estas iniciativas avançadas, visam eliminar práticas discriminatórias, em cargos e salários e a superação de práticas culturais inaceitáveis, como o assédio moral relativo a condições de gênero. O foco de nosso estudo se situa no campo das reivindicações e monitoramento público as questões relativas ao gênero feminino, tanto no estabelecimento de condições de paridade em cargos e salários, como na superação de práticas culturais inaceitáveis, como as formas de violência e assédio de qualquer natureza.

A exposição dos dados levantados se dividirá em três seções principais: a primeira dedicada ao estudo do Relatório HM de 2019; o segundo, aplicado

¹ Doutor em Sociologia (Universidade do Porto, Portugal). Doutorando em Filosofia (UFPEL). Bolsista CAPES. Correio eletrônico: @sociologiabrasil@yahoo.com.

aos recursos de comunicação e interação digital voltado à interação do *gabinete governamental da igualdade*, recordando que este é uma divisão do Ministério da Mulher, existente naquele país. No terceiro momento lógico de nosso estudo, iremos aprofundar a análise das diversas formas de desigualdades de gênero verificadas naquela sociedade. Neste caso, visamos evidenciar as atualizações recentes dos anos de 2021 e 2022. Deste modo, visamos investigar dois pólos das políticas públicas implantadas naquela nação: de um lado as medidas legais recentemente instituídas, de outro as iniciativas empreendidas para sua efetivação. Destacamos o mérito da atualização em termos das pesquisas recentes e análise de dados atuais, desde as últimas informações veiculadas nos meios *on-line*. Buscaremos a realização de uma leitura imanente com ênfase em três veículos oficiais de comunicação e transparência de dados, em destaque aos Gabinete da Igualdade de Gênero, seu *blog*, e o monitor da igualdade de gênero do ano de 2019, com resultados de pesquisas atualizadas até aquele ano. Alguns trechos dos documentos estudados, serão citados em tradução livre, noutros casos manteremos o idioma original. Iniciaremos nosso estudo, a partir da definição das incumbências e especificidades do gabinete de governo dedicado ao escopo em questão, traçaremos uma breve linha do tempo das leis britânicas de combate as formas de discriminação. Na segunda seção, analisaremos os dados relativos aos temas dos *gaps* [diferenças] de gênero em três áreas: trabalho, renda e educação. Por fim, apresentaremos algumas das iniciativas oficiais recentes apresentadas pelo Ministério da Mulher e divulgadas nos seus veículos eletrônicos para a transformação social e da cultura corporativa em prol de uma sociedade justa e igualitária.

2 O gabinete de igualdade do governo britânico

A Inglaterra foi por muito tempo a linha de frente da luta por igualdade entre os gêneros, havendo desde o século XIX, inúmeros movimentos sociais emergentes em defesa, de melhores condições de trabalho e de efetiva paridade política em termos de voto e representação (CRAWFORD, 2006). No entanto, o estabelecimento de leis coibidoras da discriminação no mercado de trabalho é um fenômeno notável apenas nas últimas décadas, naquele país, especialmente após a formação da União Europeia e do alinhamento as diretrizes globais relativas aos Direitos Humanos (UNITED KINGDOM, 2021; BRADLEY, 2008). Com a unificação das leis contra a discriminação, em 2010, foi criado um gabinete governamental, com a finalidade de centralizar as atividades de monitoramento social e das estatísticas, voltadas em especial as questões

relativas à condição da mulher no mercado de trabalho, sua integração social e redução das assimetrias salariais (CROMPTON, 1998). Embora, este órgão também contemple outros aspectos e comunidades minoritárias de gênero.

Um Gabinete de Governo é uma forma de organização do poder de Estado, ligado ao Executivo. No caso específico do Gabinete da Igualdade, estabelecido no Reino Unido, seu vínculo direto está associado ao Ministério da Mulher e da Igualdade; acerca do mesmo Ministério, percebemos ênfase específica nas relações de gênero, como o nome aduz, visando à promoção de paridade de acesso e equidade de remuneração e oportunidades aos segmentos de gênero minoritários e também ao feminino. Apesar desta ênfase evidente, sua origem está no estatuto de vigência de atualização da legislação britânica contra a discriminação social de qualquer tipo. Consideramos então relevante rememorar o histórico da progressão do sistema legal, desde as últimas décadas. Sendo a última forma da lei, a estabelecida em 1.º de outubro de 2010. Esta legislação atual, veio a conferir unidade a uma série de leis esparsas que atendiam a situações e grupos específicos. Por exemplo: a lei contra a discriminação sexual (1975), lei das relações raciais (1976), lei de discriminação de deficientes (1995). A lei atual, visa a reunir em um único instrumento a consolidação de um estatuto contra as formas discriminatórias anteriores. No entanto, desde 2010, percebemos um interesse não apenas em combater a discriminação social de qualquer tipo, mas também na promoção de ações e iniciativas de governo, em diálogo com a sociedade civil, para (1) monitorar situações de desigualdade, (2) instruir os diferentes segmentos da sociedade acerca da promoção da paridade, (3) coibir formas de discriminação, preconceito e violência contra grupos específicos e (4) promover uma série de ações positivas e integradoras de valorização oficial. Sob o ponto de vista jurídico, o *Estatuto da Igualdade* de 2010, tem sofrido adendos positivos, toda vez que grupos sociais, se organizam de maneira reivindicatória, de maneira direta ou através de seus representantes oficiais junto ao parlamento. Em abril de 2011, foram acrescidos artigos relativos às ações afirmativas de recrutamento no setor público. Em 1.º de outubro de 2012, tornou-se ilegal a discriminação por idade, com exceções previstas em lei. Esta última, já estava contemplada na legislação de 2010, sendo agora atualizada e ampliada. Embora o *status* governamental de um gabinete seja inferior ao de um ministério, observamos que suas ações reportam diretamente ao Primeiro Ministro. Um dos instrumentos, utilizados pelo governo britânico para acompanhar o desenvolvimento de uma cultura de igualdade na sociedade é a produção periódica de relatórios estatísticos, uma prática recorrente no que diz respeito à governança daquela sociedade, desde o século XIX. No

caso das relações de gênero, foi instituído o *Gender Equality Monitor* (UNITED KINGDOM, 2019), doravante referido em sua forma abreviada seguido do ano de publicação (GEM, 2019). Este mecanismo de monitoramento das políticas públicas de gênero, engloba três aspectos principais: (1) trabalho e renda, (2) educação e (3) violência. Dados que, a seguir, estudaremos detidamente.

3 Trabalho, educação e violência

Em sua página de apresentação, o relatório (GEM, 2019), se declara alinhado com as diretrizes para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas [*United Nations sustainable development goals*] e o compromisso internacional estabelecido naquela entidade, desde a *comissão de igualdade e direitos humanos*, daquela entidade. Relevante destacar, o quanto este monitoramento enfatiza a qualidade da inserção laboral em comparação entre gêneros [masculino e feminino]. Havendo peculiaridades na cultura do trabalho do Reino Unido, com as facilidades de contratação em tempo parcial [*part-time*] ou tempo integral [*full-time*]. Não podemos desconsiderar, o alinhamento desta flexibilização a onda de liberalismo econômico ao qual se alinharam muitos países, tendo como marco as mudanças aceleradas da década de 1980 e avanço do neoliberalismo. Ocorre que estar integrado ao mercado laboral, não significa paridade. Havendo no caso britânico um grande intervalo [*gap*], entre as horas e sistemas de contratos em relação a gênero. Enquanto, o modelo de emprego parcial emprega 13,2 % de mão-de-obra masculina, este número se eleva em três vezes, quando o gênero é feminino; atualmente, 41,2 %, das mulheres se ocupam em tempo parcial de trabalho [GEM, 2019]. O que significa, abertura de um verdadeiro abismo na renda final obtida. Mesmo quando, a remuneração hora-trabalhada se equipara. Esta diferença entre o modelo de inserção parcial ou integral no mercado laboral, implica, como observa o relatório, efeitos de longo prazo. Em um modelo de retorno em pensões proporcional ao escopo de contribuições, é observado no caso do Reino Unido diferenças significativas. Estas, se tornam mais expressivas quando se comparam os setores público e privado. No setor de contratações governamentais, as mulheres recebem 93% da remuneração masculina, no entanto, quando esta diferença é medida em termos do setor empresarial, a diferença é de 85 % menor para as mulheres, se comparado ao gênero masculino [GEM, 2019]. Percebemos então, que as horas de ocupação efetiva, ao longo do percurso de vida terá efeitos de longo prazo, impactando a renda na terceira idade, mais fragilizada em recursos para o gênero feminino.

Há ainda, no Reino Unido, grandes discrepâncias em relação tanto em termos de remuneração efetiva, quanto de concentração do gênero feminino em algumas atividades específicas de trabalho. O relatório britânico observa: mais da metade das mulheres se concentra, em termos ocupacionais, em três campos de atividades: saúde, educação e setor de varejo. Em atividades administrativas, 76 % das vagas de secretária [*secretarial jobs*], são ocupadas por mulheres. Outro dado relevante, se refere às contratações por gênero, com ou sem dependentes. Enquanto 93 % dos homens empregados no Reino Unido, possuem dependentes, este número cai para 74 %, quando relativo ao gênero feminino. Significa uma redução na inserção laboral da mulher quando esta possui dependentes [GEM, 2019]. Relevante destacar: no caso específico deste relatório são reportados dependentes mais jovens ou crianças [*child or youngest dependents*]. Esta diferença é atribuída, em parte, às questões culturais relativas aos cuidados maternos e aos papéis sociais atribuídos culturalmente aos gêneros.

Ainda é observado, menor participação do gênero feminino em cargos importantes de gestão no Reino Unido. Quando se considera o caso das 350 empresas com maior faturamento, obteve-se os seguintes dados: mulheres ocupam apenas 37,9 % dos cargos gerenciais e 26,7 % das funções de diretoria [GEM, 2019]. A participação da mulher em atividades empreendedoras de negócios é significativamente menor do que a relativa ao gênero masculino. Apenas 17% dos novos negócios com empregados eram liderados por mulheres; quando o a estatística se refere a empresas novas sem empregados este número se eleva para 23 %. Observa-se em ambos os casos, menor taxa de empreendedorismo feminino.

No que diz respeito às profissões e ocupações exercidas, o relatório observa que os padrões de gênero emergem desde a juventude e podem resultar em aspirações e atitudes marcados por este traço de identidade, incluído as escolhas profissionais que não deveriam ser de qualquer forma influenciados por fatores culturais [GEM, 2019]. Desse modo, observa-se a notória concentração de escolhas profissionais em campos específicos. Há no Reino Unido contemporâneo, maior concentração de estudantes do gênero masculino em áreas de tecnologia, como tecnologia, comunicação, computação e engenharias. Neste último caso, perfazem 82 % das matrículas e em tecnologia em geral, os homens representam 80 %, dos estudantes regulares [GEM, 2019]. Em dados relativos à violência, cometida por parceiros, foi observado, em dados coletados até março de 2018, que o somatório de casos relatados sofridos por representantes do gênero feminino [6,3 %], foi mais do que o

dobro das declarações de abuso sofrida por homens [2,7%] em seus relacionamentos. Ao observarmos o gráfico com informações anuais que remontam ao ano de 2004, podemos notar que em ambos os casos houve significativa redução nos casos notificados. Pois, naquele ano a violência e abusos relatados por integrantes de casais era superior a 8 % quando a vítima era mulher e próxima a 5 %, quando a vítima era do gênero masculino. Entendemos estes resultados, como efeitos de programas educacionais e campanhas de combate à violência, empreendidos não apenas no Reino Unido, mas em âmbito dos países da Europa Ocidental, em geral, relacionado a adesão aos objetivos do milênio e desenvolvimento de uma cultura humanista e de não-violência (UNITED KINGDOM, 2021). No entanto, conforme o mesmo relatório, com base na citação de um estudo intitulado “*Crime Survey for England and Wales*”, 82% das mulheres vítimas de abuso de qualquer natureza costumam não relatar os casos vividos às autoridades ou terceiros [GEM, 2019, p. 20]. Apesar das políticas públicas, no sentido da promoção da igualdade de gênero e no combate à violência e discriminação, ainda há muito a ser feito, sendo este um terreno ainda carente de maiores investigações, devido, em parte a zona cinza dos eventos que ocorrem em cunho privado e que não chegam, nem as autoridades, nem aos artigos e pesquisas acadêmicas. Aspectos da violência de gênero permanecem invisíveis ao espaço de acesso público. Os organizadores do relatório em análise reconhecem que “*Saúde e bem-estar podem afetar muitos aspectos da vida de uma pessoa*” [GEM, 2019, p. 22], havendo direcionamento político para que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de acesso a uma vida longa, saudável e feliz.

O relatório que aqui estudamos, apresenta dados relevantes acerca da *expectativa de vida saudável* para representantes dos gêneros masculino e feminino, pouco expressivos na atualidade. Houve diferença pequena entre ambos os gêneros, neste caso [63,4 anos para os homens e 63,8 anos para mulheres]. Este indicador, tem como fonte os dados do sistema público de saúde e mede a idade média dos pacientes acometidos por enfermidades graves ou limitadoras. Observamos, segundo a fonte estudada, que no caso britânico, a saúde masculina tem melhorado continuamente desde o ano de 2004. Estes avanços podem ser atribuídos a uma série de medidas, relativas ao campo da educação para a saúde e gerontologia social, tais como: campanhas de prevenção e exames periódicos a resultar no aumento da percepção pessoal acerca do processo de envelhecimento e ao aumento dos cuidados pertinentes a esta fase do ciclo da vida, com ênfase ao gênero masculino, antes menos atento aos sintomas e a sua própria condição de saúde (LEVY; MYERS, 2004).

Um detalhe curioso, acerca do Relatório sobre a igualdade de gênero em estudo é o uso da sigla *HM*, presente em sua capa. Verificamos que, estas duas letras, são a forma abreviada de *Hour Majesty* ou *vossa majestade*, que no presente momento é uma representante do gênero feminino, a Rainha Elisabeth II. Apesar de todas as assimetrias verificadas entre os gêneros na sociedade do Reino Unido, incluindo diferenças nos padrões de bem-estar, econômico, ocupações laborais, horas de trabalho e empreendedorismo, vemos o quanto há diretriz de transparência em relação a tais informações, torná-las públicas e disponíveis, inclusive aos poderes de Estado. Além disso, percebemos este como importante instrumento de divulgação e comunicação do Gabinete de Igualdade de Gênero, mas não o único. Encontramos em nossa pesquisa, acerca das ações afirmativas em favor ao feminino, outro mecanismo, de cunho dinâmico e interativo, em sintonia a sociedade tecnológica do nosso tempo, que foi a criação de um *blog*. Instrumento de interação digital, sobre o qual iremos dissertar na próxima seção, na qual também abordaremos as diferentes formas que pode tomar a desigualdade de gênero na esfera das instituições e corporações empresariais. Destacaremos as ações de governo a lhes identificar e seus mecanismos de educação e intervenção.

4 A igualdade no mercado de trabalho

O trabalho é um dos fatores de identidade social mais relevantes (CROMPTON, 1998). Fatores a ele associados, podem influir na qualidade e na longevidade, além da distinção social que acompanha ao espaço das ocupações e os atributos a elas associados, dentre os quais o fato remuneratório. Como mecanismo complementar de comunicação do Gabinete de Igualdade de Gênero do Reino Unido, um *blog* tem sido mantido. Observamos que algumas questões mereceram especial destaque neste espaço. Em nossa consulta, observamos que o primeiro tópico disponibilizado e com vários direcionamentos complementares, era relativo ao *gender pay gap service*. Em uma tradução livre, ao “serviço de diferenças de pagamento por gênero”. Este tema se apresenta como preocupação atual, pois em relatório apresentado por empresas obrigadas a relatar estas informações, entre os anos de 2017 e 2018, foi registrado a presença de *gaps*, intervalos de diferenças, em 77 % das mesmas. O que significa um dado expressivo, a justificar o empenho oficial ao assunto. Segundo as informações obtidas junto a este mecanismo de comunicação digital, iremos a seguir analisar as disposições empreendidas para dirimir estas disparidades.

Em 2017 foi instituída a obrigatoriedade de que todas as empresas britânicas com mais de 250 funcionários, tornassem disponíveis suas folhas de pagamentos, com distinção de gênero. Foi este mecanismo, que permitiu captar o dado alarmante da disparidade atual. A diretriz oficial estabelece que todos os anos entre o último dia do mês de maio e o quinto dia do mês de abril, os dados atualizados devem estar disponíveis para serem coletados. Em nosso entendimento, isso parece ocorrer por via de informatização. Observamos que, sendo o Reino Unido, uma sociedade democrática, os processos de transição ocorrem através de leis, que visam em primeiro lugar alterar a cultura social, possibilitando o reconhecimento das demandas, permitindo, neste caso, que as diferenças sejam corrigidas voluntariamente, por parte dos agentes envolvidos. Notamos também, que há um conjunto de parâmetros e diretrizes que devem ser seguidos tanto pelo setor público, quanto privados. Este tema complexo, não se reduz às diferenças estritas ao campo remuneratório. Havendo, outros indicadores a serem considerados. Em análise aos dados coletados, o Gabinete da Igualdade identificou oito formas através das quais as assimetrias de gênero se manifestam, tanto no espaço das corporações, quanto do emprego público. Devemos destacar, o quanto as diferenças e assimetrias de gênero podem se manifestar de diferentes formas, sendo alvo de estudos que aprofundaram a medição das suas sutilezas, que no longo prazo lhes dão forma (UNITED KINGDON, 2022a). Os principais fatores que contribuem para tal, são destacados na literatura sociológica moderna e que são destacados no relatório britânico digital nos seguintes termos, que por questões de organização didática iremos enumerar: (1) estacionamento em um nível hierárquico; (2) desequilíbrio de gênero nas promoções; (3) menor recrutamento para cargos com salários mais elevados; (4) taxas diferentes de saídas da organização; (5) desproporção na distribuição de aspectos particulares de remuneração; (6) diferenças de gênero nas avaliações de desempenho; (7) apoio aos funcionários de meio período e (8) responsabilidade de cuidado (UNITED KINGDON, 2022a). Em seguida, refletiremos acerca destas situações.

Como podemos notar pela lista acima, vemos o quanto vários elementos contribuem para as assimetrias de renda e posições hierárquicas entre gêneros no mercado de trabalho. Passaremos então, a estudar cada um dos elementos destacados a iniciar pelo *estacionamento hierárquico*. Este se refere ao fato de haver na base da pirâmide laboral um número proporcional equânime de contratações, sendo no caso do Reino Unido em número em torno de 50 %, quando considerado os gêneros masculino e feminino. No entanto, quando observamos a participação do gênero feminino no topo da pirâmide de renda

e ocupações esta participação cai para apenas 36 %. Isso não significa ausência de mobilidade, mas que em algum ponto dos níveis intermediários verifica-se o estacionamento, sob a forma de menor quantidade de promoções. Em nosso entender, os itens um e dois, poderiam ser lidos como subdivisões de uma mesma questão. Enquanto o quadro ampliado do primeiro, se refere a percepção estatística geral e o segundo item, o *desequilíbrio de gênero em promoções*, deve ser analisado caso a caso, de cada instituição, pública ou privada. Verificamos o quanto, os desequilíbrios de cargos e renda podem ocorrer em diferentes etapas da conformação dos trajetos em seu percurso laboral, envolvendo desde as diferenças nas contratações para cargos diferentes, mesmos cargos com remunerações desiguais, ou ainda, em situações de equilíbrio e paridade inicial, ocorrem situações de acesso e mobilidade ascendente, isto é, para parâmetros hierárquicos superiores, em níveis de oportunidades menores ao gênero feminino. Portanto, quando consideramos menores contratações de representantes do gênero feminino para cargos mais elevados, estamos a nos referir a situações de partida, ao falarmos de promoções, de situações em curso. Sendo estes, casos distintos. O quarto ponto destacado, se refere às taxas de demissão e sua desproporção, em relação aos funcionários da empresa. Encontramos, a surpreendente informação de que nas empresas que declararam situações de gênero ao governo britânico, foi observado equidade nas contratações em funções de base, em nível elementar das estruturas hierárquicas das empresas, em proporção de 50 % para cada gênero, no entanto, na medida em que os cargos crescem em importância e valorização proporcional, esta proporção cai para apenas 34 % em desfavor ao gênero feminino. Vemos que há um chamado às empresas para que atentem para as desigualdades, assimetrias e eventuais injustiças, que podem estar a ser praticadas nas corporações a este respeito. Havendo, portanto, ênfase em mudanças culturais nas instituições e chamado a consciência acerca do tema. Percebemos então, a lógica do “educar, antes de repreender”. Finalmente, notamos o empenho do governo em questões específicas da realidade britânica, tal como a questão relativa aos funcionários de meio período. Pois, na realidade do Reino Unido, é prática comum experimentar funcionários em tempo parcial (*part-time*), antes de integrá-los em funções de tempo integral (*full-time*), com remunerações equivalentes ao tempo empregado. Percebemos ainda, que os empregadores são instruídos sobre a proporcionalidade de apoio a treinamentos em relação ao gênero, bem como a observação pertinente a importância dos projetos distribuídos entre homens e mulheres, para que ambos tenham iguais oportunidades de progressão profissional.

Uma página separada do relatório acerca da igualdade de gênero diz respeito às *condições de cuidado*. Em nosso entendimento, quanto mais comprometida com as diretrizes dos direitos humanos e educada uma sociedade, haverá maior capacidade de percepção de fatores de violência e desigualdades, antes normalizadas (UNITED KINGDOM, 2021). Devido a estarmos a lidar com um tema que se oculta em camadas e cujos efeitos se desdobram ao longo do tempo, não permitindo sempre percepções evidentes quando se manifestam. Isto, justifica e valoriza a investigação do cientista social e a necessidade de contínuos e maiores investimentos de pesquisa relativos a estas realidades. Como é destacado por Karl Marx (1818-1883), em *O Capital*, se a realidade se apresentasse diretamente, toda ciência seria supérflua (MARX, 1998). Para entendermos o tema do cuidado (*care*), aplicado ao tema das desigualdades de gênero, é preciso compreender que a evolução da sensibilidade da sociedade e do Estado britânico, amparados em investigações científicas e dados estatísticos, evoluiu ao detalhe de perceber que as necessidades do agregado familiar, em termos de cuidados de diversas naturezas, acabam por penalizar, na mais das vezes o gênero feminino. Podendo ocorrer este fenômeno, devido aos cuidados com filhos, com idosos ou ainda em casos de doença. Situações que exigem que um dos cônjuges se retire ou diminua sua participação junto ao trabalho formal, para atender a estes casos. A este respeito, o relatório pergunta se as empresas estão instruídas de que os cuidados podem ser compartilhados entre os gêneros e pergunta se as instituições estão a ajudar “As pessoas a retornarem ao trabalho após uma retirada para cuidados” [GEM, 2019, p. 16]. Reconhece então, o quanto estes papéis sociais de cuidador, não devem intervir negativamente nas condições laborais, tais como: a diminuição do tempo de contribuição previdenciária, dificuldades de recolocação profissional ou perda de renda. Deste relatório destacamos o quanto o Estado se encontra comprometido em encontrar soluções conjuntas para a resolução destas assimetrias, em políticas liberais avançadas de apoio aos empregadores [entendemos, o suporte legal e a orientação governamental], para que implantem flexibilidades laborais, em casos específicos, com a devido amparo (CROPTON, 1998). As empresas são estimuladas, a discutir o assunto das desigualdades de gênero na esfera corporativa, dedicando atenção ao assunto, através de grupos de discussão e pesquisas internas, além das informações obrigatórias prestadas ao governo, com suas respectivas justificativas.

Além das medidas pertinentes ao grupo social de gênero feminino, o Gabinete da Igualdade, também apoia outras iniciativas, como aquelas dirigidas à comunidade LGBT. No seu sitio oficial podemos ler sobre a função

deste departamento: “O Gabinete de Igualdade do Governo lidera o trabalho sobre políticas relacionadas às mulheres, orientação sexual e igualdade de transgêneros. Somos responsáveis por uma série de leis de igualdade” (UNITED KINGDOM, 2022, p. 01). Pelo que podemos perceber, muitas das pesquisas, consultas e iniciativas de diálogo com a comunidade têm resultado em transformações inclusivas na legislação do país, que vão além do escopo binário, que em nosso artigo visamos enfatizar. Observamos duas iniciativas importantes direcionadas ao apoio à comunidade não binária, como a organização e sede da primeira *Conferência Global LGBT*, no ano de 2022. Em sua página eletrônica, podemos ler que este evento: “Reunirá [...] formuladores de políticas e a comunidade LGBT internacional [...], ativistas [...], especialistas e sociedade civil [...]” (UNITED KINGDOM, 2022a). A ministra, na época Liz Truss, afirmou: “Quero que todos possam viver suas vidas livres de preconceito, malícia ou violência [...]. As pessoas devem ser julgadas apenas com base em seu caráter e talentos individuais, e queremos garantir que essa mensagem seja ouvida em todo o mundo”(UNITED KINGDOM, 2022b). O nome oficial deste evento internacional é *Safe To be Me: A Global Equality Conference*, tendo como data prevista o dia 27 de junho de 2022, em Londres. Dentre as iniciativas de apoio a esta comunidade em específico, notamos ainda que, para coibir práticas abusivas a este grupo específico, foi criada a figura pública do *Campeão de negócios LGBT*, que em uma primeira impressão, poderia sugerir distinção a um representante empresarial. No entanto, sua função vai muito além disso, além do envolvimento na organização da conferência internacional acima referida, o escolhido, foi *Iain Anderson*, assessor empresarial, que têm se destacado ao compartilhar soluções contra a discriminação no local de trabalho.

As desigualdades de gênero, estabelecidas através da cultura do patriarcado, tem marcado o desenvolvimento da sociedade humana no transcurso de nossa história. No entanto, no transcurso dos últimos dois séculos, esta desigualdade tem sido confrontada, através de movimentos sociais e da reflexão intelectual de homens e mulheres, que na progressão de suas sensibilidades, perceberam a injustiça, por vezes cruel, de tais assimetrias. Em algumas sociedades, cuja luta por políticas públicas justas para com o gênero feminino é mais antiga, políticas públicas têm sido elaboradas para reduzir o que em idioma inglês se chama “*gap*”, ou o “*espaço de distanciamento*”, entre homens e mulheres na vida social. Como sabemos, pela observação e comparação à realidade brasileira: a existência de medidas legais de proteção e códigos punitivos, como a lei Maria da Penha são insuficientes para implantar a mudança social pretendida, não obstante, seja este um passo importante.

O simples fato da existência de condições desiguais para os gêneros, constitui por si mesmo uma violência. Estas assimetrias e diferenças culturais se manifestam de inúmeras maneiras, mas em algumas das suas formas são mais evidentes, pois podem ser expressas em números. Outras formas, só se tornam claras quando fenômeno observado em períodos longos de tempo. Valorizando assim, o suporte indispensável da pesquisa social no desvelamento dos dados que de outra forma manter-se-iam imperceptíveis. Embora, haja diferenças abismais em relação ao Reino Unido e os países da América Latina, entendemos que a análise das políticas públicas aplicadas nas sociedades desenvolvidas, podem servir de parâmetro de reflexão acerca de fenômenos pouco abordados em nossa realidade social, chamando a atenção para desdobramentos que poderão a ocorrer entre nós, já presentes em sociedades envelhecidas, como as da Europa. Lembrando, que o Brasil, como outros países em desenvolvimento, se encontram em processo de transição demográfica rumo a se tornar uma nação com número e proporção cada vez maior de representantes da terceira idade, com impactos diferenciados para homens e mulheres.

No que diz respeito às iniciativas anunciadas no *Blog* oficial, encontramos duas iniciativas em destaque, a primeira voltada ao aumento da transparência em relação às diferenças salariais e a segunda voltada ao incentivo para o incremento da participação feminina nas áreas científicas. Em língua inglesa empregam a sigla STEM [*Sciences, Technology, Engineering, Mathematics*], ou seja, ciências, tecnologia, engenharia e matemática; áreas estratégicas na sociedade do conhecimento e nas quais houve, naquele país, gritante desproporção no que diz respeito à participação feminina, desde a escolha dos cursos universitários.

Vemos também, que além das políticas públicas de paridade de gênero levadas a termo pelo Gabinete da Igualdade, há ainda o reforço positivo da imagem da mulher, em matérias nas quais sua participação no espaço empresarial, ou ainda, na linha de frente [*front*], da luta contra a atual pandemia, que assolou o mundo em nível global, na qual o Reino Unido, foi um dos países mais atingidos. Imagens de mulheres cuidadoras em ocupações médicas e de enfermagem, acompanham matérias que valorizam estes profissionais, em grande parte representadas pelo gênero feminino. Embora, os temas até aqui analisados abrem margem para discussões abrangentes, buscaremos refletir acerca dos aspectos que consideramos mais relevantes no que concerne às políticas públicas encetadas pelo Gabinete da Igualdade, em base aos dados disponíveis no Monitor da Igualdade de

Gênero [GEM] e dos dados disponibilizados no veículo menos formal do *Blog*, lembrando que estas fontes se encontram sob a direção do Ministério da Mulher e da Igualdade.

5 Conclusão

Observamos que há empenho ativo do governo britânico em promover a cultura da igualdade na esfera das corporações e dos serviços públicos. O Monitor da Igualdade de Gênero, se mostrou como instrumento dinâmico de divulgação de dados de pesquisas de diversas fontes acerca da realidade de desigualdades ainda presentes no que diz respeito aos inúmeros fatores que na linha da vida possuem efeitos sobre as alocações profissionais. Nossa análise constatou que ainda há inúmeras assimetrias relativas às questões de gênero em desfavor da participação da mulher no mercado de trabalho do Reino Unido. No entanto, as ações divulgadas no sítio do Gabinete da Igualdade e no seu *blog* oficial, permitem perceber ações educativas para a transformação cultural. Não obstante a existência de um estatuto legal abrangente de leis, unificadas no ano de 2010 a combater a discriminação e a desigualdade de tratamento e salários naquele país, percebemos o quão relevante é a ação constante das instituições de governo a sinalizar o apoio a esta causa. Assinalamos ainda, o quanto as políticas públicas voltadas à igualdade de gênero, implantadas nos países sob o governo da Rainha Elisabeth II, se encontram alinhadas às diretrizes internacionais e os compromissos assumidos em favor dos direitos humanos em escala abrangente. Salientamos que as atividades governamentais, centradas no Ministério da Igualdade, também contemplam a comunidade LGBT, notável na escolha de Iain Anderson, como ícone das campanhas voltadas ao mundo corporativo e pela realização da primeira Conferência Global LGBT, que terá lugar em Londres, neste ano de 2022. Vimos ainda, que as assimetrias de gênero podem se manifestar de inúmeras maneiras, nem sempre restritas às esferas dos cargos e salários que são pontos mais facilmente observáveis e mensuráveis. As políticas de igualdade de gênero no Estado britânico são conduzidas com base em dados e estatísticas oficiais, relatórios como o Monitor da Igualdade de gênero, apontam os *gaps* e motivam ações. Enfatizamos, que embora haja suporte legal, a ênfase das iniciativas oficiais foca a *mudança cultural* e as transformações de longo prazo. A divulgação das políticas públicas em meios digitais [sítio e *blog*], confere aspecto dinâmico da comunicação ao aproximar tradição e modernidade. Unindo Estado e comunidade na causa comum.

Referências

BRADLEY, H. **Gender Polity**. Cambridge: Cambridge University, 2008.

CRAWFORD, E. **The Women's Suffrage Movement in Britain and Ireland**. A Regional Survey. Oxford: Routledge, 2006.

CROMPTON, R. **Class and Stratification**. Cambridge: Polity, 1998.

DENIS, A. Review Essay: intersectional analysis: a contribution of feminism to sociology. **International Sociology**, Madrid, Vol. 23, n. 5, p. 667, 2008.

LEVY, Becca R.; MYERS, Lindsey M. Preventive health behaviors influenced by self-perceptions of aging. **Preventive Medicine**, v. 39, n. 3 [sept.], 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

UNITED KINGDOM. **Gender Equality Monitor** [GEM]. London: Government Equalities Office, 2019.

UNITED KINGDOM. **Government Equalities Office**. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/government-equalities-office>. Acesso em: 10 fev. 2022a.

UNITED KINGDOM. **Blog Equalities**. Disponível em: <https://equalities.blog.gov.uk/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNITED KINGDOM. **EuroGender**. Disponível em: <https://eurogender.eige.europa.eu/users/government-equalities-office-uk>. Acesso: 22 dez. 2021.



O PROCESSO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

Stefania Dinatt Hartmann¹

1 Introdução

A violência presente na segurança pública do país, ao contrário do que muitos pensam, não surgiu do aumento da população urbana decorrente do êxodo rural, da globalização ou do capitalismo exacerbado. A violência estatal no Brasil decorre de um processo lento, originário no Brasil Colônia, onde se vislumbrava a negligência da Coroa com a questão social na criação da primeira instituição de segurança.

Deste modo, as primeiras polícias foram criadas com a finalidade de resguardar os interesses políticos e econômicos da classe privilegiada, composta pela nobreza, clero, importantes comerciantes e grandes latifundiários. Com o decorrer da história brasileira, em especial, com o golpe militar de 1964, as transformações das instituições de segurança acentuaram a incidência de atos violentos e repressivos contra a população mais pobre e marginalizada.

1 Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja-RS. Técnica Superior Penitenciária – Advogada do Presídio Estadual de São Borja. Responsável Jurídica Regional da 6.ª Delegacia Penitenciária Regional do Estado do Rio Grande do Sul. Correio eletrônico: stefania.dinatt@gmail.com

Diante do processo de transformação política sofrida pelo Brasil no século XX e com a militarização das polícias, torna-se basilar o entendimento dessas mudanças no contexto da violência para que se compreenda as suas causas e efeitos na sociedade contemporânea. Compreender a estrutura jurídica que compõem constitucionalmente a instituição da segurança ofertada pelo Estado e as falhas decorrentes da ausência da redemocratização das carreiras policiais, pela inércia da Constituição Federal, auxilia na contextualização do problema, não só do ponto de vista sociológico, mas também, do ponto de vista jurídico.

Com isso, grupos e movimentos ativistas dos direitos humanos, conferencistas e juristas passaram a cobrar das autoridades uma resposta à omissão e negligência diante dessa violação de direitos. Neste ínterim, legisladores buscaram corrigir as falhas através de legislações, entre elas, destaca-se a 12.403/2011 que exige a apresentação da pessoa presa à autoridade judiciária, no prazo de 24 horas, de modo a avaliar a integridade da pessoa presa.

Não obstante, surgiram movimentos sociais com ideias de reestruturação das carreiras policiais mediante a desmilitarização e a democratização de suas atividades de segurança pública. Além disso, passou a ser cobrada das autoridades uma investigação mais eficaz das denúncias de truculência policial e uma punição mais rígida dos violadores de direitos humanos.

Para o estudo aqui proposto foi utilizada a ferramenta metodológica da pesquisa bibliográfica, através de legislações, jurisprudências, livros e artigos científicos. A análise se deu através das evoluções históricas e jurisprudenciais da segurança pública no Brasil. Analisou-se ainda, a estrutura das carreiras policiais e a busca de alternativas para o enfrentamento à violência institucional.

2 Fatores históricos e conceituais da violência institucional na Segurança Pública

Conceituar a violência institucional e compreender a origem e os processos históricos da formação das carreiras policiais no Brasil é basilar para que possamos ter uma compreensão epistemológica da natureza dessa violência, suas causas e efeitos na sociedade. O surgimento das carreiras policiais que hoje compõem o quadro da segurança pública e as modificações decorrentes das mudanças políticas em nosso país são fatores que refletem diretamente na segurança oferecida pelo Estado à sociedade.

De acordo com a folha informativa denominada “Violência Institucional”, emitida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2015)

“entende-se por violência institucional qualquer tipo de violência exercida no contexto de uma instituição, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, praticada contra pessoas de ambos os sexos e qualquer idade”.

A violência institucional ainda pode ser entendida como a violação dos direitos humanos mediante o exercício por meio da ação, da omissão, ou até mesmo pela negligência cometida por um membro da administração pública, em nome do Estado. Nesse processo, as pessoas titulares de dignidade humana transformam-se em sobreviventes da violência perpetrada por aqueles que deveriam garantir a elas uma vida livre de abusos e opressões (SILVA; BERTOLIN; LUNA, 2020).

Neste contexto, torna-se importante entender a formação histórica das carreiras policiais para se ter uma compreensão do surgimento da violência estatal no Brasil e associar os conceitos trazidos sobre a violência institucional à realidade brasileira. O entendimento da formação e construção da segurança pública, o contexto violento e a negligência estatal em defender os economicamente frágeis, serviu de terreno fértil para a propagação da truculência policial no país.

Segundo o artigo “Breve histórico da segurança pública no Brasil: Do período colonial ao século XXI”, da época colonial até o final do século XIX a violência estava presente na sociedade brasileira sem que houvesse a preocupação das autoridades públicas, ficando sob a responsabilidade dos economicamente mais abastados a manutenção da ordem. Com a chegada de Dom João VI no Brasil, houve a criação de inúmeras instituições públicas no país, entre elas, a Intendência-geral da Polícia. Ocorre que, esse modelo de polícia surgiu sem que houvesse qualquer preocupação com as questões sociais, onde aqueles que detinham o maior poder econômico realizavam medidas que os privilegiavam, enquanto os mais pobres resolviam seus conflitos por conta própria. O poder público, por sua vez, se mantinha inerte frente às violências sofridas pelas classes menos favorecidas, fomentando ainda mais o quadro de violência no país (PORTAL EDUCAÇÃO, 2015).

De acordo com o Portal Educação, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a polícia foi utilizada como mecanismo de repreensão, censura e violência generalizada. Em 1964, foi implantado o regime da ditadura militar, o que potencializou a censura e a repreensão, estando a segurança pública sob o domínio da polícia e do exército. Deste modo, a polícia era utilizada contra todo aquele que manifestasse ideias contrárias ao governo, servindo de mecanismo de opressão mediante atos violentos como torturas, perseguições e mortes (PORTAL EDUCAÇÃO, 2015).

Foi durante o regime militar que ocorreram as principais reformas estruturais da segurança pública, especialmente entre 1967 e 1970. Até então, a segurança pública era incumbência dos Estados, que estavam encarregados da organização das polícias. Deste modo, as polícias foram federalizadas e militarizadas, destacando-se pela arbitrariedade e repressão violenta, um reflexo da violência presente na própria sociedade brasileira (GUERRA; FILHO, 2018, p. 156-159).

Neste ínterim, a polícia militar foi criada no Brasil após a fusão entre a Força Pública Municipal e a Guarda Civil, mediante o golpe militar de 1964. Deste modo, constituiu-se a polícia em uma função de milícia que servia de apoio para o Exército na contenção das manifestações populares, ideias democráticas, censura e perseguição aos movimentos contrários ao governo militar, em especial aos que idealizam os preceitos comunistas (BRUTTI, 2009).

Com a promulgação da nova Constituição Federal, no ano de 1988, ocorreram modificações significativas no tocante às garantias dos direitos civis e princípios constitucionais de proteção à população. Ocorre que, no tocante à segurança pública, o modelo militar sofreu poucas transformações na redemocratização. Assim, a nova constituição “não produziu um novo modelo de segurança: tendo como ponto de partida as regras existentes [...] ela constitucionalizou o modelo anterior” (GUERRA; MACHADO FILHO, 2018, p. 161).

Diante disso, a violência institucional na segurança pública não teve um surgimento isolado, pelo contrário, ela tem como base a formação histórica e estrutural presente nas formações militares, bem como, um reflexo da população a qual ela abrange. A origem da segurança pública mostra que seu surgimento foi em detrimento dos interesses dos nobres e ricos, ficam a população pobre à mercê da própria sorte. Outro fator predominante foi a implantação da ditadura militar com a consequente militarização das polícias, o que foi recepcionado no texto legal da Constituição Federal de 1988.

3 A estrutura jurídica da Segurança Pública e a violência perpetrada por agentes públicos

A Constituição Federal de 1988 define a segurança pública como um dever do Estado, mas também como um direito e responsabilidade da coletividade, sendo ela exercida com a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade social e patrimonial (artigo 144, *caput* da Constituição Federal).

Neste sentido, a CF/88 estabelece a estrutura jurídica que compõe a segurança pública, sendo ela composta pela polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, as polícias civis, as polícias militares e corpos de bombeiros militares, as polícias penais federal, estaduais e distrital.

A carta constitucional dispõe ainda, sobre a organização e incumbência de cada órgão componente da segurança pública, estando a polícia federal responsável pela apuração de infrações penais contra a ordem econômica ou em razão de serviços, bens e interesses da União. Estabelece ainda, como função da polícia federal, a de prevenir o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, exercer funções de polícia aeroportuária, marinha e de fronteiras, bem como, ser a responsável exclusiva das funções de polícia judiciária da União (artigo 144, parágrafo 1.º, incisos I, II, III e IV da CF/88).

Constitui como atribuições da polícia rodoviária federal o patrulhamento ostensivo das rodovias federais e da polícia ferroviária federal o patrulhamento das ferrovias federais (artigo 144, parágrafo 2.º e 3.º da Constituição Federal). Quanto às polícias civis, a carta magna define como atribuições as funções judiciárias e as apurações de infrações penais, exceto nos crimes militares, já as polícias militares estão incumbidas das atividades de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (artigo 144, parágrafos 4.º e 5.º da CF/88).

Com a aprovação da Emenda Constitucional, n. 104, de 04 de dezembro de 2019, criou-se a polícia penal a qual, até então, vinha sendo desempenhada por carcereiros e agentes penitenciários. Com essa emenda os servidores da segurança dos presídios foram reconhecidos constitucionalmente como policiais penais, ingressando na constituição com *status* e prerrogativas da força policial. Deste modo, cabe aos policiais penais, por força da Constituição Federal vigente, a segurança dos estabelecimentos penais (artigo 144, parágrafo 5.º-A).

Essa estrutura organizacional, a primeiro modo, aparenta ser bastante abrangente, porém, trata-se de uma reprodução das constituições anteriores, com poucas alterações normativas no que tange à segurança pública. A violência presente nas forças policiais decorre, em parte, da ausência de uma reformulação legal onde esteja presente o papel social da polícia e alterações na formação das carreiras policiais e valorização desses profissionais (DIAS; CARVALHO, 2012).

De acordo com Rafael Dias e Sandra Carvalho (2012), em texto aprovado na conferência de Direitos Humanos, o problema na segurança pública decorre do fato das negligências ocorridas por sucessivos governos. A ausência de uma

reforma no modelo atual, de integração e valorização profissional, ocasiona o colapso hoje vigente. Deste modo:

Temos uma polícia violenta, responsável por cerca de 1/5 dos homicídios nacionais e que está envolvida com grupos de extermínio. Outro dado assustador é a crescente participação de agentes públicos em grupos armados que fazem controle econômico de territórios, conhecidos popularmente como milícias (DIAS; CARVALHO, 2012).

Existem ainda muitas críticas ao modelo de militarização das polícias:

Do ponto de vista institucional, vemos uma forte hierarquização na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros que não lembra em nada as funções civis da segurança pública. Esse formato cria instituições pouco propensas à democracia interna e externa e que tratam os movimentos sociais e defensores de direitos humanos como inimigos a serem combatidos. Estamos falando, precisamente, do processo de militarização da segurança pública e da sociedade em que o BOPE é o paradigma máximo (DIAS; CARVALHO, 2012).

Visando esse problema cada vez mais recorrente, o Senado Federal aprovou no dia 30 de novembro de 2016 o Projeto de Lei n. 554 de 2011, que instituiu a Lei 12.403/2011 a qual regulamentou a audiência de custódia no Brasil. Neste sentido, a Lei 12.403/2011 alterou a redação do altera o parágrafo 1.º do artigo 306 do Código de Processo Penal, ficando estabelecido no CPP o seguinte:

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§ 1.º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

Neste caso, a autoridade avalia a legalidade da prisão e a integridade do preso, fazendo-se respeitar as normas referentes à dignidade da pessoa humana. Em 2017 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ fez um levantamento

de 258.485 audiências de custódia, sendo que delas 115.497 resultaram em liberdade, 142.988 resultaram em prisão preventiva, 12.665 foram alegadas violência no ato da prisão e 27.669 dos casos foram encaminhados para a assistência social (KAMILA VENANCIO, 2019).

O Conselho Nacional de Justiça emitiu em maio de 2021, um relatório intitulado “Audiência de Custódia 6 anos” visando como um retrospecto desse instituto legal, esclarecendo que a audiência de custódia além de ser uma proposta de avanço social que visa respeitar os direitos fundamentais e a dignidade humana, trata-se de uma “ocasião imprescindível para dar visibilidade ao problema estrutural da violência policial no Brasil” (CNJ, 2021, p. 7).

Os argumentos favoráveis à realização dessas audiências de apresentação não se restringem à integridade física da pessoa presa e ao cerceamento da violência policial, mas também, à garantia processual, a celeridade nesse processo, a aplicação imediata de medidas diversas à prisão, quando cabíveis, redução da superlotação carcerária, entre outros benefícios. Deste modo:

Os argumentos positivos à audiência se baseiam no compromisso do Brasil em assegurar a proteção dos Direitos Humanos em todas as circunstâncias possíveis, evitando situações de abuso de poder por parte do policial. Há também a questão da celeridade que o instrumento gera, evitando a judicialização do conflito. Isto é, como a audiência desenvolve-se logo após a apresentação do autuado ao juiz, o procedimento se encaminha de forma mais rápida, o que contribui com a instituição de práticas restaurativas, que são maneiras de solucionar o conflito de forma comunicativa e pacífica, evitando a instauração de processo em juízo. Além disso, colaboram para desafogar o judiciário. Outro argumento defendido é o combate à superlotação carcerária, permitindo que a autoridade judicial aprecie a efetiva legalidade da prisão, dando ao preso a garantia do contraditório (VENÂNCIO, 2019).

Atos de qualquer tipo de violência deslegitimada e desproporcional por parte dos representantes do Estado, os quais deveriam proteger a sociedade e, assim, cumprir o pacto social, viola os princípios constitucionais, as liberdades individuais, as garantias fundamentais, os direitos humanos, bem como, ameaça o Estado democrático de direito. O Brasil tem caminhado lentamente no sentido de provocar mudanças significativas ao enfrentamento à violência

institucional, e, para tanto, torna-se necessária a análise da readequação da estrutura organizacional e formação das carreiras policiais.

4 Políticas e alternativas apresentadas para o enfrentamento à violência institucional na Segurança Pública

Diante desse problema tão difícil de solucionar na segurança pública, foram criadas políticas públicas no intuito de minimizar e até extinguir a presença da violência dentro dessas instituições. Tanto os Poderes Executivo e Legislativo se encarregaram de debater essas questões no Programa Nacional de Direitos Humanos e na criação de legislações que visavam preencher as lacunas que fomentam e propiciam a truculência policial, quanto o Poder Judiciário, através do Conselho Nacional de Justiça, atuou através de levantamentos e manuais que servem de diretrizes para a observância, investigação, punição e coibição da violência cometida contra pessoas presas pela força policial.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, através do Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3 (2009) trouxe como quarto eixo orientador “Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência”, apresentados com diretrizes, entre outras, a democratização do marco normativo do sistema de segurança pública, transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal, combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.

Deste modo, o Plano Nacional de Direitos Humanos (2009), criado pelo Decreto n. 7.037 de 21 de dezembro de 2009, um importante mecanismo de construção de políticas públicas, trouxe em um de seus eixos temáticos a necessidade de propor o combate da violência institucional através da democratização da segurança pública, participação popular e redução da brutalidade e hostilidade policial mediante o fortalecimento dos mecanismos de controle estatais, padronização nos procedimentos do sistema de segurança pública e a erradicação da tortura e quaisquer outros meios cruéis ou degradantes (PNDH 3, 2009).

Nesta esteira, o Poder Judiciário, através do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após levantamento realizado em que foi constatada a existência de quarenta e dois mil casos de relatos de tortura ou maus-tratos, desenvolveu o “Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos para Audiência de Custódia”. Essa política de prevenção e combate à violência estatal foi desenvolvida pelo CNJ em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e

Crime (UNODC), no intuito de estabelecer diretrizes nacionais a partir de jurisprudência e normas legais que versem sobre o tema, a fim de dar suporte aos magistrados no controle da legalidade das prisões, bem como, nas medidas de providências quanto à apuração junto aos órgãos de investigação responsáveis nos casos em que houverem indícios de trulência e violência perpetrada por agentes públicos (MANUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA E MAUS TRATOS PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, 2021, p. 39).

De acordo com as juristas Arterina Silva, Patrícia Bertolin e Cláudia Luna (2020) é importante para o enfrentamento à violência na segurança pública, que haja a responsabilização desses agentes públicos que violem os direitos e garantias das pessoas, em virtude de violência cometida em razão do cargo e função que ocupam. Assim, elas fundamentam que:

A visibilização do cometimento institucional dos tipos de violência referidos e o descortinamento de como ocorrem, em meios de comunicação de massa confiáveis, as denúncias via representação, levadas ao conhecimento das corregedorias institucionais nacionais, e a divulgação de estudos acadêmicos qualiquantitativos sobre o tema são formas de máxima relevância para que se possa, no mínimo concretamente intentar a operacionalização da possibilidade de manter acesa a esperança de se poder preservar o Estado democrático de Direito no Brasil, diante da violação institucional de direitos humanos [...].

A organização não governamental CONECTAS, faz parte de um movimento global pela igualdade de direitos humanos e defende na publicação “Controle das forças de segurança e uso da força” uma mudança estrutural no sistema de segurança pública, mais especificamente no que tange aos controles interno e externo. Desta maneira, a reestruturação iniciaria com a criação de corregedorias e ouvidorias independentes e externas, as quais trariam suporte ao controle realizado pelo Ministério Público, o qual atua como fiscalizador das violações institucionais. Além disso, a organização defende a reforma do modelo policial atual, mediante a desmilitarização e carreira única (CONNECTAS, 2017).

Das políticas apresentadas, insta salientar que, a audiência de custódia é um importante instituto de prevenção à tortura e maus tratos no momento da prisão, uma vez que permite a condução imediata de presos à autoridade judicial, tendo em vista que:

Ao permitir a condução imediata de presos e presas à autoridade judicial, a audiência de custódia é tida como um dos meios mais eficazes para prevenir e reprimir a prática de tortura e maus-tratos no momento da prisão e na detenção policial subsequente, assegurando, portanto, o direito à integridade física e psicológica das pessoas submetidas à custódia estatal. Entretanto, verifica-se que, no âmbito da audiência de custódia, a identificação e o devido encaminhamento para apuração das alegações e outros indícios de tortura e maus-tratos feitas em audiência de custódia ainda se mostram frágeis e limitados diante do contexto de forte violência policial e institucional no país (MANUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA E MAUS-TRATOS PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, 2020, p. 19).

Em síntese, atualmente existem muitas propostas, estudos e discussões em andamento, as quais estão sendo difundidas no sentido de garantir a integridade e dignidade das pessoas em razão da força policial. Essas propostas visam a garantia de um Estado Democrático de Direitos, que exerça suas funções sem violentar as garantias e liberdades individuais. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que a violência presente na segurança pública está enraizada na cultura brasileira, e, conforme mostrado, vem ocorrendo desde o Brasil Colônia. Assim, a segurança oferecida pelo Poder Público tem evidenciado, desde o período colonial, a finalidade de proteger os interesses dos governantes e o poder econômico da classe rica, intervindo perante a população pobre com violência e mediante atos que corroboram a ausência de uma preocupação com a proteção aos direitos humanos.

5 Conclusão

A violência presente nas carreiras policiais decorre da ausência de um viés social em sua formação de base. As origens da criação das polícias no Brasil já mostram agentes públicos voltados para a proteção dos interesses dos governantes e a opressão às massas marginalizadas e grupos em vulnerabilidade social.

Com o golpe militar de 1964 a situação da segurança pública só piorou, tendo sido promulgada uma constituição autoritária onde as forças da segurança pública foram utilizadas como meio do governo se manter no poder, mediante perseguição e tortura de seus opositores. Com o implemento da Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, houve uma ampliação

dos direitos sociais, porém, pouco se alterou no que concerne à estrutura das carreiras policiais, mantendo-se uma polícia violenta e opressiva.

Por outro lado, é importante ressaltar que não se pode confundir polícia arbitrária e abusiva com policiamento ostensivo, haja vista que se deve considerar todo um conjunto onde apenas uma parcela comete violência institucional. Além disso, o crime organizado e as facções necessitam de uma resposta ostensiva do Estado, devendo a polícia estar preparada para combater o crime onde as facções criminosas, muitas vezes, possuem um grande aparato bélico, necessitando de uma polícia preparada para sua repressão, visando assim, a preservação da ordem pública.

Em síntese, é necessário que o Estado ofereça uma polícia que traga segurança e não medo à sociedade, na medida em que proteja a população, em especial aos grupos em vulnerabilidade social, ao invés de oprimi-la. Para isso, é necessária uma reforma da estrutura das carreiras policiais, um viés social na formação de base desses agentes públicos e uma maior humanização das forças de segurança pública.

Referências

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. Violência Institucional. Folha informativa. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/folhas_informativas/fi_violencia_institucional.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal Penal Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Manual de prevenção e combate à tortura e maus-tratos para audiência de custódia**. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime: coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_tortura-web.pdf Acesso em: 06 jan. 2022

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Audiência de custódia: seis anos. **Relatório**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-6-anos-audiencia-custodia.pdf> Acesso em: 01. jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3**. Disponível em: <http://dhnet.org.br/pndh/> Acesso em: 05 jan 2022

BRUTTI, Roger Spode. Segurança Pública e sua historicidade. **Âmbito Jurídico**, abr. 2009. Direito Constitucional. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/seguranca-publica-e-sua-historicidade/> Acesso em: 26 ago. 2021.

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Controle das forças de segurança e uso da força**. Disponível em: <https://www.conectas.org/acoes/controle-da-atividade-policial/> Acesso em: 17 ago. 2021.

DIREITOS HUMANOS NA INTERNET (DHNET). **Programa Nacional de Direitos Humano PNDH 3**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/pndh/iinteracao/index.htm>. Acesso em: 03 jan. 2022


DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. Segurança Pública e Violência Institucional: a “crise do modelo de segurança” e as propostas do movimento de direitos humanos. **Justiça Global**, s.d. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/seguranca-publica-e-violencia-institucional-a-crise-do-modelo-de-seguranca-publica-e-as-propostas-do-movimento-de-direitos-humanos/> Acesso em: 26 ago. 2021.

GUERRA, Maria Pia; MACHADO FILHO, Roberto Dalledone. O regime constitucional da segurança pública: dos silêncios da Constituinte às deliberações do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Informação Legislativa**, v. 55, n. 219, p. 155-181. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/219/ril_v55_n219_p155.pdf Acesso em: 05 jan. 2022.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Breve histórico da segurança pública no Brasil**: do período colonial ao século XXI. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/breve-historico-da-seguranca-publica-no-brasil-do-periodo-colonial-ao-seculo-xxi/61703> Acesso em: 25 ago. 2021.

SILVA, Artenira da Silva e; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; LUNA, Cláudia Patrícia. A violência institucional e a violência por poderes no sistema de Justiça brasileiro. **Revista Consultor Jurídico**: 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-28/opiniao-violencia-institucional-violencia-poderes> Acesso em: 17 ago. 2021.

VENANCIO, Kamila. Oito questões fundamentais para entender a Audiência de Custódia. **Politize!**, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/audiencia-de-custodia/> Acesso 04 jan. 2022



OS ATAQUES MISÓGINOS REPRODUZIDOS PELOS DISCURSOS DE ÓDIO NAS MÍDIAS DIGITAIS: UMA REALIDADE DA SOCIEDADE PATRIARCAL¹

Jaqueline Carvalho Quadrado²

Bárbara Dutra Fonseca³

Mylenna Machado Barcelos⁴

Thabata Vieira Arechavalleta⁵

1 Introdução

A internet está sendo uma grande ferramenta para o empoderamento feminino, com redes de blogs e sítios virtuais feministas e campanhas de conscientização, por outro lado, há um crescente ataque, através de discursos de ódio e violências virtuais contra mulheres.

1 Artigo originalmente apresentado na Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) 2021.

2 Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política-GEEP/CNPq. Correio eletrônico: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br (EXEMPLO)

3 Graduanda do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. Correio eletrônico: barbarafonseca.aluno@unipampa.edu.br

4 Graduanda do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. Correio eletrônico: mylennabarcelos.aluno@unipampa.edu.br

5 Graduanda do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. Correio eletrônico: thabataarechavalleta.aluno@unipampa.edu.br

Com o avanço da tecnologia, "a vida real" e virtual estão cada vez mais conectadas, o que faz com que esses discursos e violências virtuais (como ameaças, *cyberbullying*, *revenge porn* etc.) tenham uma amplitude que não fica restrita apenas a um lugar, pois a internet é também atemporal, qualquer conteúdo publicado, ainda que seja excluído hoje, pode voltar, com força total, amanhã ou depois, e fazer ainda mais estrago.

A misoginia que atravessa a *internet* é de fato um reflexo dessa tendência, apesar de a literatura acadêmica nos fazer lembrar que a *internet* não opera num vazio social, espelhando antes as sociedades *off-line* em que vivemos. Significa que os espaços virtuais recriam e reencenam estruturas sociais normativas, por vezes sob o manto de promoção de uma aparente emancipação.

Nesse propósito, foram realizados estudos bibliográficos, nos quais se propõe como tema de discussão o sistema patriarcal e a articulação midiática. Logo fez-se estudo documental em sítios virtuais e *blogs*, como instrumento de produção e reprodução de misoginia e discursos de ódio. Assim, o texto orienta-se na discussão sobre os processos de acesso à rede digital como instrumento de extensão das violências contra as mulheres, contudo também aponta para as medidas de proteção às mulheres acerca dos ataques cibernéticos.

E por fim, apresenta a Lei n. 13.642/2018, a Lei Lola, contextualizando sua criação, apontando aspectos jurídicos relevantes para melhor entendimento da referida lei e, ainda, apresentando possíveis contribuições a partir da promulgação da referida Lei.

2 O patriarcado como berço da desigualdade de gênero

Historicamente, patriarcado refere-se a um sistema social organizado, político e econômico no qual o homem mantém o poder em todas as esferas, inclusive no âmbito familiar, exercendo seu domínio sobre crianças e mulheres. Literalmente, significa "a regra do pai" e vem do grego *πατριάρχης* (*patriarkhēs*), "pai de uma raça" ou "chefe de uma raça". O patriarcado pode ser entendido como um sistema de estruturas sociais que se relacionam entre si e que propiciam que os homens explorem as mulheres. Saffioti (2004, p. 58), por seu turno, entende que elas são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras".

Compreender como o patriarcado se manifesta atualmente é entender seus reflexos na estrutura social, política e econômica de cada Estado. Segundo Saffioti (1986), entender os papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução está relacionado à formação econômico-social que vem se constituindo há mais

de quinhentos anos neste país. De acordo com a autor, o sistema capitalista limitou a realização plena da mulher, seja no aspecto trabalhista, seja enquanto portadora de características que subprivilegiam o sexo feminino.

Assim, segundo DaMatta (2001), o estigma de que a mulher precisa se dedicar à família, aos serviços domésticos, a favores sexuais de seus parceiros e ao poder-dever da maternidade resume bem o pensamento da sociedade brasileira, a qual os encara como virtudes somente pertencentes às “mulheres de bem”. Da mesma forma, as que não seguem esse padrão de comportamento, cultuado pelo sistema patriarcal, são consideradas indignas de fazer parte de um seio familiar, sendo muitas vezes recriminadas e julgadas como não merecedoras de respeito e direitos. Essa ideia de superioridade masculina e submissão feminina é o que foi denominado de machismo. Esse termo passou a ser empregado por feministas latino-americanas a partir do Movimento de Libertação Feminista, entre 1960 e 1970, relacionando-o às mais diversas formas de violência contra a mulher. Poderíamos dizer, então, que o machismo é a consequência de milhares de anos em que o sistema patriarcal reinou — e reina — até hoje, baseado na supervalorização de características masculinas, bem como na inferioridade e submissão feminina (SAFFIOTI, 2001).

Todavia, na literatura atual, é comum o uso das expressões patriarcado, machismo e misoginia como sinônimas. De fato, a diferença entre elas é uma linha muito tênue. Segundo Cisne (2015), ao nos referirmos ao patriarcado, estamos apontando as relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres. Ou seja, o patriarcado nomeia as desigualdades que marcam as relações sociais de sexo em vigor na sociedade. O machismo, apesar de ser constantemente relacionado na mídia à criminalidade e à violência contra mulher (o que, de fato, é uma consequência), pode ser mais bem entendido como a crença de que os homens são superiores às mulheres, como algo que é repassado de geração a geração, sem que tenham, obrigatoriamente, a consciência dessas atitudes. A misoginia, no entanto, vai mais além. Ela prega o ódio ou a aversão às mulheres.

Sentimentos de repulsa, ódio e aversão, os quais culminam no cometimento de delitos, são alimentados pelo próprio machismo. É um círculo vicioso. Enquanto perdurar o fruto do sistema patriarcal na nossa sociedade, haverá a prática de crimes dessa natureza, ao passo que esta prática faz perpetuar a ideia, os pensamentos e as atitudes que discriminam, oprimem, menosprezam e subordinam a mulher.

Mesmo com todas as conquistas deste século e do passado, o caminho para a igualdade de gênero ainda é muito distante, tendo em vista a concepção de família presente no Brasil, que segue a ideologia dominante branca, machista e cristã, e reforça o papel socialmente atribuído à mulher no patriarcalismo. O capitalismo é permeado por essa ideologia, reforçando o sistema de opressão e objetificação das mulheres. Saffioti (2004) reflete que o patriarcado é um caso preciso das relações de gênero, em que estas são divergentes e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero aceitaria então o controle e exploração das mulheres pelos homens, concebendo a opressão feminina. A autora defende que, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação conservam poder, mas de maneira heterogênea. Segundo Silveira (2008) essas formas de dominação sobre as mulheres se expressam na sociedade desde o nascimento, a partir das hierarquias familiares, onde o pai é a figura essencial da família, e, a identidade feminina de seus papéis, são de figura passiva e submissa, cria o espaço propício para o exercício da opressão masculina.

Saffioti (2004) usa o termo patriarcado porque acredita que é o que melhor define as relações sociais, pois representa uma hierarquia, e, que não é algo privado de algumas famílias, mas sim um modelo seguido por toda uma sociedade. E ainda concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres a partir de uma objetificação-dominação e, além disso, configura estrutura de poder com base a ideologia e a violência.

Com essa ideologia machista, sexista e preconceituosa que a sociedade brasileira e o Estado ficam impregnados e essa manipulação tem gênero, cor e orientação sexual, tendo em vista que não existem somente discriminação de gênero, inclui neste combo também a discriminação de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Saffioti (2004) acrescenta que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo conjunto do patriarcado, racismo e capitalismo. Esses eixos demonstram uma estrutura social que comporta relações sociais. Mas tendo em vista todo um processo histórico, ninguém consegue fugir dessa ordem de gênero patriarcal, “O direito patriarcal perpassa não só a sociedade civil, como também o Estado. A estrutura de poder patriarcal foi absorvida pela religião e pela cultura. Com base nessa estrutura, toda a esfera social é perpassada pela oposição binária entre homens e mulheres” (SILVEIRA, 2008, p. 2).

É de fato que fica explícito que quem é mais afetado por essas contradições fundamentais entre patriarcado, capitalismo e racismo são as mulheres. A mulher já é discriminada pelo fato de ser mulher, como se fosse condição para

torná-la incapaz, ineficiente ou incompleta. Se não for branca, sofrerá ainda mais discriminação e preconceito. As heranças históricas do racismo ainda são muito latentes na sociedade atual, e que a cor da pele muitas vezes irá definir caráter. Da mesma forma que as mulheres, com situações econômicas mais desfavoráveis, mais discriminadas se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder aquisitivo (SILVEIRA, 2008).

Para Saffioti, não há essa separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista:

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. Alternam-se os termos, para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

A despeito dos avanços femininos na busca por espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, ainda, em sua maioria que assume este papel é a mulher, sendo a principal responsável pelos cuidados do lar e da criação de seus filhos. Essa concepção ainda é muito presente na sociedade, por isso a dificuldade que os homens têm de assimilar funções domésticas que culturalmente estão destinadas às mulheres. Ao mesmo tempo, elas encontram dificuldades na conquista de espaço no âmbito público.

Essa contradição entre público e privado nas vidas das mulheres ainda é muito presente, se dividindo em duas esferas [...] muitas vezes, para alcançar o sucesso profissional a mulher precisa renunciar à vida doméstica; ao mesmo tempo, ao se dedicar ao lar esta não tem condições de adentrar no espaço público (SILVEIRA, 2008, p. 3).

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva foram fatores que influenciaram para o aumento das desigualdades sociais, principalmente em relação à pobreza, e por isso na sociedade atual todos os membros da casa tem de se inserir no mercado de trabalho para a subsistência familiar, e com isso o papel de provedor do homem aos poucos vai se modificando. Outro fator são

as famílias monoparentais femininas, onde a mulher é considerada chefe e a provedora da família, o que vai fazer com que tenha mais interação com a esfera pública. Ao mesmo tempo, grande parte do gênero feminino tem se inserido nos âmbitos acadêmicos em busca da qualificação profissional, o que possibilita a homens e mulheres competirem pelos mesmos cargos e funções, mesmo que a diferença entre os salários ainda seja frequente (SILVEIRA, 2008). No entanto, apesar de ser uma contribuição a ideologia patriarcal, o capitalismo não deixa de contribuir, mesmo minimamente, com a introdução das mulheres no mercado de trabalho, por meio de do reforço da individualidade e da competição de todos contra todos.

3 Misoginia: uma expressão da violência de gênero presente na sociedade patriarcal

A misoginia, em pleno século XXI, tem se mostrado cada vez mais presente em discursos difundidos na web, sejam através das redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, por exemplo, ou por meio de sítios virtuais, blogs e, principalmente, em fóruns anônimos, popularmente denominados de *chans* (AGUERO, 2016).

Conforme foi abordado no item 1, Safiotti (2004) afirma que o sistema patriarcal presente na sociedade corroborou para que as desigualdades de gênero se intensificassem, desta forma superando os aspectos centrados apenas nas questões biológicas, em consequência disso a dominação, opressão e exploração masculina sobre o sexo feminino fortaleceu-se. As práticas machistas, resultantes desse sistema patriarcal apoiado na ideia de que homens são superiores às mulheres, naturalizou-se e perpetuou-se ao longo dos anos, o que gerou, em determinadas situações, atitudes que chegam ao grau mais extremo das práticas machistas: a misoginia que segundo Escobar (2019) consiste em sujeitos que possuem ódio ou aversão às mulheres.

De acordo com Escobar (2019) a misoginia é o fio condutor que fornece legitimação das práticas de opressão vitimando as mulheres inseridas em sociedades patriarcais, visto que o patriarcalismo reproduz historicamente a hegemonia masculina, reforçando o pensamento valorativo de hierarquização de gênero que se apoia na ideia de subalternizar as mulheres em relação aos homens, essa concepção está diretamente ligada com a gênese da misoginia, destaca-se que a misoginia manifesta-se das mais variadas formas, por meio de violência física, moral, psicológica e contemporaneamente por meio de discursos de ódio propagados na internet.

4 Os discursos de ódio e intolerância presentes nas mídias digitais como reprodutores da violência de gênero

Segundo Quadrado e Ferreira (2020) a sociedade e a tecnologia avançaram e estão presentes na vida humana, em consequência disso, os seres humanos desejam tais produtos eletroeletrônicos, isso possibilitou a interação global, sendo possível ter acesso a diversos posicionamentos e principalmente políticos. Diante disso, tornam-se possíveis interações, relações, debates e crimes cibernéticos em forma de discursos de ódio, agressão verbal, psicológica, *fake news* e ameaças. Com o domínio das redes sociais digitais tornou-se possível a proliferação de ódio e intolerância nas redes e esses casos de crimes cibernéticos de ódio tem como características principalmente ataques às minorias na forma de xenofobia, racismo, homofobia etc.

Os termos “crimes de ódio” e “discurso de ódio” têm ganhado cada vez mais notoriedade atualmente, sendo constantemente reportados através da mídia e reiteradamente presentes em sistemas de registros policiais, doutrina e jurisprudências pátrias. Todavia, apesar da constância em que essas expressões são proferidas diariamente, é possível afirmar que o conceito desse tipo de conduta ainda é pouco desenvolvido pela literatura nacional. A imprecisão e abrangência da palavra “ódio” é justamente o motivo de críticas de estudiosos do tema, uma vez que, na maioria das vezes, esses crimes são resumidamente definidos como motivados pelo preconceito, cometidos quando o autor do crime seleciona intencionalmente a sua vítima em função de esta possuir características — reais ou percebidas — de determinado grupo (CRAMER, 1999). Todavia, segundo Ray e Smith (2001), esse tipo de violência é derivado de práticas institucionais segregacionistas a determinados grupos, e não a atos específicos individuais, baseados em preconceitos pessoais ou subjetivos. Assim, o sujeito, baseado na intolerância, seja ela racial, nacional, sexual ou qualquer outra forma de preconceito, divulga e/ou propaga mensagens que estimulam o ódio a determinado grupo, com o intuito de privar ou extinguir direitos dessas minorias.

Segundo Rosenfeld (2001) o discurso de ódio, atualmente está amplificado pelas redes sociais digitais e ganha grande elevação a partir do aumento de *haters speed*, o autor explica que *haters speed* são sujeitos que propagam mensagens preconceituosas, geralmente contra as minorias sociais. O autor afirma que podemos classificar manifestações odiosas nas redes sociais digitais como uma modalidade velada de discurso de ódio.

Quando nos referimos ao discurso de ódio, estamos tratando de questões que envolvem o conflito entre liberdade de expressão e o princípio da dignidade do ser humano, sendo este último o fundamento do Estado Democrático

de Direito e base dos demais princípios fundamentais existentes em nosso ordenamento. Segundo Sarlet (2009), a dignidade pode ser entendida como uma “qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade” (SARLET, 2009, p. 67).

De acordo com informações do Dossiê da intolerância do sítio virtual Comunica Que Muda (CQM) ele apresenta a importância de analisar o ódio e a intolerância a partir do materialismo histórico e dialético, compreendendo assim os indivíduos nas suas condições concretas de vida, o CQM fez nos meses de julho a setembro de 2017 um monitoramento nas redes sociais digitais, foi coletado dez tipos de comentários diferentes relacionados como intolerante sendo eles: em relação à aparência das pessoas as classes sociais, às deficiências homofobia, misoginia, política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia. Vale expor que em 2016 também ocorreu a primeira edição de monitoria e no ano seguinte em 2017 foi possível executar o acompanhamento dos comentários no período de três meses, sendo capturadas 220 mil menções.

Afirma o Dossiê (2016) do sítio virtual Comunica Que Muda (CQM) que esse documento traça um panorama para trazer atenção de como ocorre o discurso de ódio na internet brasileira, e que é uma ferramenta fundamental para entendermos como acontece a intolerância na internet e como podemos relacionar a semelhança de uma reprodução fascista e misógina conforme implantada na sociedade:

Dentro e fora do Brasil, todos os dias nos deparamos com histórias que exibem a escalada da intolerância entre nós. Os casos acima tomaram grandes proporções, ora por seus protagonistas ilustres — tanto do lado agressor quanto do agredido —, ora por causar a amarga sensação, conhecida por todos nós, de estarmos próximos ao limite da convivência pacífica. Ainda assim, para cada caso repercutido pela grande mídia, há inúmeros outros que, nas redes sociais, ofendem e agridem sem espectador nem testemunha (COMUNICAQUEMUDA, 2016, p. 5).

Segundo Dossiê (2016) do sítio virtual Comunica Que Muda o acesso a um canal de comunicação amplo e disponível para todos, com uma ideia distorcida e velada do que é liberdade de expressão faz com que muitas pessoas intolerantes se sintam livres e confortáveis para manifestar preconceitos que na vida real fora da internet não encontram tal liberdade, então as redes sociais digitais se tornaram uma arma para cometerem esses ataques cibernéticos,

afirmam também que existem dois tipos de intolerância, a intolerância visível e explícita, direto do agressor para a vítima específica ou para uma figura pública, e também a intolerância invisível que se esconde em casos cotidianos:

Uma professora manda um bilhete para a mãe de uma de suas alunas negras dizendo que a garota ficaria mais bonita se “abaixasse” o cabelo. O jovem diz para uma pessoa mais velha que ela “já não tem mais idade para certas coisas”. O homem que atravessa a rua ao ver mendigos na sua frente. Quem diz que Bolsa Família é esmola. Os pais que não querem que seu filho brinque com uma criança adotada por homossexuais (COMUNICAQUEMUDA, 2016, p. 21).

Fica nítido que a intolerância visível ou invisível está presente no nosso cotidiano, nas relações de trabalho e consumo e nos estereótipos que a mídia nos impõe, e assim como diz no Dossiê (2016) da CQM, [...] estruturada em um Estado que pune os mais pobres, implícita em discursos de líderes religiosos, explícita em projetos de lei que querem abolir a discussão de gênero na educação (e a lista, infelizmente, só cresce) (COMUNICAQUEMUDA, 2016, p. 21).

Ao analisar os trechos de mensagens, pode-se constatar que os autores ao proferirem palavras de cunho discriminatório, incitando ou induzindo a prática dos mais diferentes crimes contra as mulheres, tiveram o intuito de atentar contra o gênero feminino de uma forma ampla. Ainda que essa manifestação do preconceito fosse dirigida a uma parcela do grupo ou pessoa específica deste, se o autor possuísse o objetivo de discriminar, diminuir ou menosprezar o sexo feminino, atingindo-o total ou parcialmente, tratar-se-ia, também, de discurso de ódio.

De tal forma, apesar de parecer, por vezes, que esse tipo de discurso odioso é dirigido a determinado indivíduo, é, na verdade, a manifestação de um ódio social canalizado para todo o grupo, numa clara exteriorização de repúdio e aversão a este. Em um processo contínuo de retroalimentação e extensão das violências contra a mulher, estabelecido entre o sistema patriarcal e a internet.

5 A reprodução dos ataques misóginos nas mídias digitais

A constante luta pela igualdade de gênero, direitos das mulheres e emancipação, embora necessite de um longo caminho a ser percorrido, já obteve significativas vitórias, elas são resultantes dos movimentos feministas, em consequência disso as mulheres estão cada vez mais ocupando diversos espaços na nossa sociedade, se despidendo do papel socialmente atribuído

às mulheres que alega que elas devem se restringir apenas ao ambiente doméstico.

Diante disso, a internet tem sido utilizada como uma ferramenta para disseminação de ódio contra diversos grupos subalternizados, sobretudo as mulheres, de acordo com Escobar (2019) a internet auxilia para a reprodução dos discursos de ódio por meio de *blogs*, sítios virtuais ou redes sociais vitimando esses sujeitos, visto que elas a partir das experiências estão produzindo um processo de ruptura com a sociedade patriarcal, sendo assim, alguns homens se sentem insatisfeitos com a perda de poder e acabam utilizando a *web* para praticar ataques misóginos.

Um caso de misoginia que aconteceu na internet é o da blogueira feminista Lola Aronovich, professora da Universidade Federal do Ceará e autora do *blog* “Escreva Lola, escreva”, em 2012 um grupo de “mascus” estava em um sítio virtual *chans* (fóruns anônimos) estava defendendo a legalização do estupro e o estupro como forma coerciva para lésbicas, Lola realizou uma denúncia contra o sítio virtual, desde então a mesma foi vítima de diversas ameaças de morte e estupro que aumentavam gradativamente com o decorrer dos dias:

Ao todo, Lola já prestou 11 (onze) boletins de ocorrência, tendo apenas um deles chegado à fase de inquérito policial na Delegacia da Mulher de Fortaleza, resultado de longas 5 (cinco) horas de depoimento que, segundo ela mesma, só foi possível depois de muita pressão de um grupo de defensores de direitos humanos. Todavia, os ataques não cessaram (ESCOBAR, 2019, p. 50).

Além disso, em 2014, dois anos depois do episódio de 2012, Lola após fazer uma publicação em seu *twitter* dizendo que teria voltado de uma viagem, recebeu diversas ligações lhe ameaçando de morte, por ser uma mulher com destaque na mídia e na luta pela emancipação das mulheres, a professora sofre ataques misóginos desde 2008, ano em que seu *blog* foi criado, percebe-se que a misoginia presente na sociedade se reflete no meio virtual:

As manifestações de ódio saíram das redes, e Lola passou a receber telefonemas e cartas em sua casa, uma vez que integrantes dos “mascus” haviam descoberto seu endereço residencial e telefone, divulgando, inclusive, fotos da fachada da sua casa para quem quisesse ir até seu encontro matá-la (ESCOBAR, 2019, p. 50).

Cabe ressaltar que os ataques às mulheres feministas não se restringem apenas ao ambiente virtual, pelo contrário, esse ambiente é só mais um dispositivo para a reprodução da misoginia, do racismo, da homofobia e de inúmeras opressões presentes em nossa sociedade:

Sem saber a quem recorrer, Lola entrou em contato com a polícia federal, recebendo a resposta de um dos superintendes, via correio eletrônico, afirmando não poder investigar os ataques e ameaças sofridas contra ela, uma vez que “a Polícia Federal só pode agir nos casos de crimes em que o Brasil é signatário internacional, como pedofilia e racismo, por exemplo” (AGUERO, 2018, p. 50).

Percebe-se que a vítima ficou totalmente desprotegida, visto que, a lei estava delimitada apenas para crimes onde o Brasil é signatário internacional, diante disso, de acordo com Escobar (2019) a mesma resolveu que monitoraria os grupos dos “mascus”, pois estes lhe enviavam *links* por correio eletrônico dos sítios virtuais em que eles praticavam os ataques misóginos contra a ativista.

6 A Lei Lola como mecanismo de proteção aos ataques misóginos praticados na *internet*

A partir do caso de Lola Aronovich, surgiu o PL 4612/2016 (projeto de Lei Lola) de autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), a mesma evidenciou que a violência contra a mulher é um fenômeno que ocorre regularmente no Brasil, sendo assim, as mulheres vivenciam uma realidade permeada por violência doméstica, sexual e contemporaneamente diversas injúrias e ofensas no cenário virtual vivenciadas diariamente, em consequência disso, é de extrema relevância medidas de combate a essas *práticas* virtuais, em 2018 foi sancionada a Lei 13.642/2018 que alterou a Lei 10.446/2002:

Foi nesse contexto, então, que a Lei 13.642 foi publicada em 3 de abril de 2018, ampliando o rol já previsto pelo artigo 1.º da Lei 10.446/2002, acrescentando a esta o inciso VII atribuindo à Polícia Federal, pois, a possibilidade de investigar, sem prejuízo das demais polícias. (ESCOBAR, 2019).

Lola ressalta que um dos determinantes para realizar a denúncia dos ataques misóginos e ameaças de morte que ela estava sendo vítima, foi a

dificuldade em realizar as denúncias, em razão de nem todas as cidades possuírem delegacias capacitadas para atender os crimes cibernéticos, conforme afirma Escobar (2019):

[...] de acordo com Lola, as que existem não estão preparadas para combater crimes de ódio no meio virtual, posto que lidam mais frequentemente com a prática da pedofilia e crimes contra o patrimônio. As delegacias da mulher, por sua vez, limitam-se a tratar de casos de violência doméstica, ou seja, se a vítima não possuir relação com o autor, como nas situações previstas pela Lei Maria da Penha, aquela não poderia ser atendida no local (ESCOBAR, 2019, p.51).

Apesar de o caso Lola ser um dos casos com mais repercussão a respeito de práticas misóginas na internet, esse caso não é um fato isolado, o número de mulheres acometidas pela violência na *web* cresce gradativamente, pelo fato de haver uma grande dificuldade em registrar as denúncias e de ser instaurado processos de investigação e punição, essa lei se faz de extrema importância para proteger as mulheres nas mídias digitais.

7 Considerações finais

Mediante uma breve análise da sociedade a qual estamos inseridos, foi possível observar que apesar das mulheres terem conquistados alguns direitos, ainda vivenciamos diversas atitudes que inferiorizam as mulheres, o patriarcado historicamente propiciou uma hierarquização de gênero pautado na ideia de que as mulheres devem ser submissas aos homens, os papéis sociais e econômicos das mulheres são reflexos de estarmos inseridos em uma sociedade machista na qual se reforça o papel socialmente atribuído ao sexo feminino, essa ideologia propicia algumas pessoas a acreditarem que os homens são superiores em relação às mulheres, concepção reproduzida durante séculos e perdura até os dias atuais.

Verificou-se também que a misoginia é uma categoria oriunda da sociedade patriarcal, as mulheres sofrem ataques de ódio apenas por serem mulheres, pela ideia de superioridade dos homens que o patriarcado reforça, alguns acreditam que as mulheres não devem e não são sujeitos de direitos, entretanto, com os movimentos feministas as mulheres estão cada vez mais produzindo consciência das violências que sofrem, do potencial que possuem

e de que podem conquistar sua própria independência. A misoginia além de estar presente no cotidiano das mulheres, contemporaneamente aderiu um novo ambiente, essa aversão contra as mulheres é reproduzida nas mídias digitais através dos discursos de ódio e intolerância e justificado como liberdade de expressão, entretanto, quando a nossa opinião inferioriza o outro, ela deixa de ser uma liberdade de expressão e passa a ser uma violência.

Ademais, constatou-se que uma grande conquista a respeito dos direitos das mulheres, foram alcançados com a implementação da Lei Lola, dado que, pela primeira vez o conceito de misoginia foi abordado em nossa legislação, o que gerou mais discussão sobre a temática a fim de propiciar processos de resistência e proteção das mulheres.

Referências

AGUERO, Dolores. **Três notícias sobre o estupro**. , 2016. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/search?q=tio+astolfo>. Acesso em: 25 jul. 2021.

AGUERO, Dolores. **A Lei Lola foi aprovada hoje**. 2018. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/12/lei-lola-foiaprovada-hoje.html>. Acesso em: 28 jul. 2021.

AGUERO, Dolores. **Ameaças dos Mascus Sanctos a Joice Hasselmann**. 2016. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2016/12/ameacas-dos-mascus-sanctosjoice.html>. Acesso em: 28 de jul. 2021.

AGUERO, Dolores. **Chans, espaços nefastos que devem ser combatidos**. 2016. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2016/09/chansespacos-nefastos-que-devem-ser.html>. Acesso em: 12 mar. 2020

AGUERO, Dolores. **Guest Post: sororidade, um esboço**. Escreva, Lola, Escreva, 2014. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2014/09/guest-post-sororidade-um-esboco.html>. Acesso em: 13 mar. 2020.

AGUERO, Dolores. **O masculinismo como ele é**, 2012. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2012/05/o-masculinismo-como-ele-e.html>. Acesso em: 12 mar. 2020.

AGUERO, Dolores. **Odiada na nação**, 2017. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/11/odiada-na-nacao.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ANTONIOLI, CODE, Lorraine. **Encyclopedia of Feminist Theories**. Londres: Routledge, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.642**, de 3 de abril de 2018. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

DAMATTA, Roberto. Sobre comidas e mulheres. *In: O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOSSIÊ intolerâncias: visível e invisíveis no mundo digital. **Comunica que muda**. [São Paulo]: Nova/sb [2016].

ESCOBAR, Patrícia. **Misoginia e Internet**. A manifestação do ódio contra mulheres no ambiente virtual e as possíveis implicações da Lei n. 13.642/2018. João Pessoa: *s.n.* 2019.

QUADRADO, Jaqueline C.; FERREIRA, Ewerton S. Ódio e intolerância nas mídias digitais. **Katál**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, set.-dez. 2020. ISSN 1982-0259.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 115-136, 2001.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda. **Patriarcado e Capitalismo**: Binômio Dominação-Exploração Nas Relações De Gênero. 2008.

ROSENFELD, M. **Hate speech in constitutional jurisprudence**: a comparative analysis. **Law Research Paper**, New York, n. 41, abr. 2001.

SANTOS, M. A. SILVA, Mônica Tereza Mansur. **Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais**. São Paulo: *s.n.*, 2013, p. 82-99.



FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DEMOCRACIA E DIVERSIDADE

Andréa Becker Narvaes¹

Daniel Romario Soares Martins Junior²

Rafa Ella Brites Matoso³

1 Introdução

A revisão de literatura que aqui apresentamos expressa um momento prático da Iniciação Científica, encarada como processo formativo de graduandos enquanto pesquisadores. Como parte fundamental do trabalho investigativo, a revisão de literatura permite que os pesquisadores tomem conhecimento do que já foi produzido em relação ao seu tema, para que os resultados do seu trabalho se coloquem na perspectiva de mais uma contribuição ao campo. O projeto de pesquisa intitulado *Imaginários, Formação e Políticas de Democratização da Educação*, vem sendo realizado pelo Grupo

1 Doutora em Educação (UFMS), Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus São Borja. Correio eletrônico: andreanarvaes@unipampa.edu.br

2 Bolsista voluntário. Discente do curso de engenharia de telecomunicações na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Alegrete, Brasil. Correio eletrônico: danielsoares.aluno@unipampa.edu.br

3 Bolsista PRO-IC (Unipampa), de 2021-2 à 2022-1. Discente do bacharelado em Ciência Política na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Correio eletrônico: rafa.ella.britesmatoso@gmail.com.

de Estudos e Pesquisas em Imaginário Social e Educação (GEPEIS) em forma de rede, entrelaçando corações e mentes de pesquisadoras de diferentes instituições de educação superior gaúchas. O objetivo central do projeto é traçar um panorama da interpretação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015), principalmente, no que toca à incorporação do princípio de respeito e valorização da diversidade, nas propostas e experiências formativas de algumas licenciaturas comuns entre as Universidades e os Institutos Federais do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Entendemos que a educação para a diversidade, dentre outros, é um princípio fundamental para um currículo voltado para a formação da cidadania democrática.

Este texto apresenta uma revisão de literatura a respeito das temáticas da diversidade e da democracia na pesquisa sobre formação de professores. Selecionamos os artigos da Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores: Formação Docente que, nos últimos anos (2015-2021), trouxeram ao debate, as questões da democracia e da diversidade. Buscando pelos temas democracia e diversidade, foram achados quatorze artigos e selecionados seis para a composição deste artigo. Trata-se de uma atividade de Iniciação Científica que constituiu um dos momentos do desenvolvimento do projeto de pesquisa Imaginários, Formação e Políticas de Democratização da Educação que, desde 2019, vem sendo realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS), sediado na UFSM.

2 Diversidade e formação

A diversidade se apresenta como um contraponto estando atrelada em diversos contextos da sociedade moderna no embate à supremacia da homogeneidade. No Brasil, há uma constante caminhada na construção de coletivos engajados que mobilizam políticas públicas para o reconhecimento da diversidade.

A educação pública em meio a uma disputa de poder, vem tensionando ideais que visam à formação do cidadão como massa unificada e que pregam a erradicação da diversidade e grupos de ativistas, pesquisadores e docentes que buscam o reconhecimento e valorização da diversidade.

Por volta dos anos 1990 e 2000 diversos fatos históricos de natureza diversa contribuíram para determinada pressão. Ações afirmativas foram alternativas criadas para o interesse do bem comum, ainda que controladas pela soberania nacional. Uma vez que políticas de diversidade acessam as esferas da sociedade, adentram brechas da justiça chegando ao pico da educação.

Ao longo desses mais de trinta anos vigentes foi possível verificar e acompanhar a proliferação de fóruns, conselhos, comitês, bem como políticas e programas que, nos distintos e sucessivos governos, abriram canais institucionais acessíveis para a expressão política de atores sociais e segmentos da sociedade civil. O processo de democratização que vinha incluindo as pautas da diversidade nas políticas públicas, vem sofrendo retrocessos nos últimos anos.

Pesquisamos na revista *Formação Docente*, dos anos 2015 a 2021, textos que discutem a questão da diversidade e formação. Foram encontrados sete artigos, dos quais três foram selecionados para compor uma síntese de suas abordagens quanto à diversidade, como exposto logo a seguir.

Baptista e Santos (2019) apresentam o resultado de um estudo que tinha o objetivo de analisar os efeitos de uma experiência de monitoria para a formação de uma identidade docente sensível às questões da diversidade cultural. Um estudo de natureza qualitativa, com uso do método autobiográfico.

Uma estudante de licenciatura em Ciências Biológicas da UEFS, foi escolhida para ser sujeito da pesquisa cuja orientação estava a cargo da docente do componente: Pluralidade cultural e inclusão escolar, que visa, entre outros objetivos, promover o diálogo intercultural no ensino da biologia na escola básica.

Os resultados e discussões geraram temáticas importantes como: a reformulação necessária dos planejamentos de aula para que eles atendessem as necessidades dos alunos da turma; a importância e o papel da afetividade no processo de aprendizagem; a dinâmica promovida pela fusão de teoria e prática na formação de professores; empatia do professor pela sua carreira quando requer de si preconizar a construção da identidade docente como plena no seu sentido ermo, uma vez disposta a aceitação do seu papel como educador; as questões de raça, sexualidade, gênero e inclusão, corroboram a legitimidade do contributo das ciências quando de seu ensino é possível extrair algo como alterização científica considerando fatores como a marginalização de grupos sociais e culturais:

A monitoria constitui uma entre as inúmeras possibilidades de formação do professor, para o desenvolvimento afetividade pela docência, no sentido de projetar-se como professora de ciências sensível à diversidade cultural, além de outros aspectos. Ser monitor, nesse sentido, é empenhar-se ao máximo para auxiliar o professor/orientador a compreender as realidades, necessidades e anseios dos demais licenciandos, auxiliando-os nas suas aprendizagens (BAPTISTA e SANTOS, 2019)

Outro texto revela que as discussões que chegam ao centro da conversa tocam em questões que em certos momentos e espaços, inclusive os escolares, não poderiam sequer ser mencionadas, como as questões que envolvem gênero e sexualidade, mas que agora estão rondando as esferas educacionais e, algumas vezes, assustam educadoras e educadores (LOURO, 2018).

Dois deles são conceitos, outrora pouco mencionados, que hoje popularizaram-se, aplicados nos mais distintos contextos, são compreendidos como sinônimos onde podem estar articulados. Para além do léxico, gênero e sexualidade envolvem ações muito mais contundentes. Diferentes de indissociações conceituais, suas asserções destoam do cerne do seu significado e adotam um caráter humanista para a desmistificação de noções limitadas que passam despercebidas para uma normalidade contemplativa. Os efeitos políticos sob noções desse tipo são inexoravelmente importantes para que possam ser descartados preconceitos.

A ideia conceitual de gênero foi instituída partindo da proposta de distinção com a sexualidade em contraponto a sua articulação. A necessidade de ressaltar o caráter eminentemente social das diferenças notadas entre os sexos apontava para a incerteza de se ancorar no sexo (visto de modo estreito como características físicas e/ou biológicas dos corpos) desigualdades e diferenças testadas pelas mulheres em relação aos homens. A proposta defende que tornar-se feminina supõe uma construção no âmbito da cultura com especificações de cada uma. Logo, as marcas de feminilidade são distintas de uma cultura para outra. No corpo, falar sobre elas também influencia em mencionar a masculinidade. Sendo assim, a potencialidade do conceito vigora na construção cultural contínua, fazendo com que esteja em constante evolução, inconclusa e relacional.

Quando se fala da sexualidade, estudiosos versam que ela está incondicionalmente atrelada a uma construção cultural. Isso ingressa ao entendimento como uma dificuldade quando a sexualidade é apenas vista sob o olhar de natureza e biologia que aderem uma competência de hegemonia. Em contraponto, para Weeks (*apud* LOURO, 2018) “as possibilidades eróticas do animal humano, sua ternura, intimidade e prazer nunca podem ser expressadas ‘espontaneamente’, sem transformações muito complexas”. Ou seja, linguagens, jeitos, códigos, enfim todos os recursos são usados para expressar os sentimentos.

Gênero e sexualidade trazem consigo sua historicidade e são culturalmente construídos, sendo assim, aprende-se a ser um sujeito do gênero feminino e masculino, heterossexual, homossexual e bissexual, expressar desejos por

gestos, seja em casa, na rua, ou na televisão, nas redes sociais, dispositivos móveis, meio religioso ou em prol da saúde. É o que corrobora “pedagogias de gênero e sexualidade”.

No entanto, as diferentes sociedades, designam significados diferenciados às posições de gênero, à masculinidade, à feminilidade e às mais variadas expressões da sexualidade. Logo percebe-se que sublinham relações de poder, o que resulta em supostas hierarquias, subordinações, relações abusivas, segregações. E aí nasce a noção de diferença. Quais critérios são utilizados para remontar as diferenças? O qualificativo acusa na atribuição, uma comparação.

A diferença está sempre associada e nomeada no cerne de uma cultura em detrimento de uma posição que se toma como referência. Na sociedade brasileira, conforme o decorrer de sua história fora construída e constituída uma máxima a partir do homem branco, heterossexual, pertencente a classe média urbana e cristão. Assim desembarcou nos trópicos o dito modelo a ser seguido, o “exemplo”, a identidade referência, aquela inquestionável, patriarcal, legisladora da beleza estética, das políticas, do papel sexual, retratada nas ciências e nas artes dentre outros privilégios a ela oferecidos.

Então os “outros”, “diferentes”, “alternativos”, “problemáticos” são categorias impostas às mulheres, pessoas não-brancas, não-heteros, ou não-cristãos. Mapeando os sujeitos diferentes, é possível destacar indicadores simbólicos, materiais e sociais. Modos comportamentais, locais, carreiras, atividades e sentimentos que permeiam sobre os quais também são categorizados para gays e não para héteros. E a diferença vira algo comum, intrínseca aos corpos, os sujeitos contemplativos dessa razão aceitam-na concordando com o sigilo das relações de poder que a constitui.

A escola, como agente transformador, tem a apreensão do papel de colaborar para a discussão dessas questões examinando indicativos como meios históricos, regimes políticos, sistemas econômicos e culturais que elegeram uma identidade determinada como legítima e não problemática em comparação às demais, diferentes ou desviantes.

No ambiente escolar há um receio muito comum por parte de educadores e pais ao se depararem com a discussão do tema. Tratando-se de homossexualidade, a preocupação que demonstram é medo que os seus filhos se tornem gays, lésbicas e transexuais. Uma característica dessas pessoas é optar pela abstenção quando o tema aparece, procuram não saber ou dizer que nada sabem a respeito, provocando uma ignorância sobre as várias questões que envolvem gênero e sexualidade.

Hoje, transitar em um espaço de questionar a diversidade, o gênero e a sexualidade, está aquém da capacidade de ressaltar soluções de harmonização na sociedade aos mesmos. Considera-se uma discrepância ao se admitir que há outras formas de se viver as sexualidades e os gêneros, assim como eles se “propagam”, que existem sujeitos capazes de resistir os limites biológicos, rompendo as barreiras dos corpos e se aglutinando a elas, marcando como um registro a masculinidade ou feminilidade de seus corpos, marcas que carregam uma ambivalência. A Educação levanta a bandeira da igualdade para que se extermine o conceito de diferença, mas eis que há um porém: Qual maneira de defender este ideal? A autora aponta para a consideração das identidades como múltiplas, variáveis, provisórias, não definitivas e não opostas e excludentes.

Os estudos multi e interdisciplinares que se articularam aos movimentos sociais e políticos de gênero e sexualidade trazem questões contundentes capazes de gerar mais conhecimentos como: estudos feministas, gays, lésbicos e queer. Estes estudos trazem provocações e reflexões, quando desvinculadas da supremacia masculina, branca e hétero, se mobilizam a tratar com reconhecimento a diversidade de sexualidade, gênero, entre outros marcadores da diferença.

O artigo publicado por Valentim e Leal (2019), a partir de uma proposta de pesquisa sobre a influência de um curso de formação continuada: Grupos de Trabalho: Educação para as Relações Étnico-raciais, nas práticas pedagógicas dos professores da Rede Municipal de Educação de Contagem (MG), no período de 2012 a 2016 propõe uma discussão sobre formação, docência e práticas pedagógicas antirracistas. O resultado de tal investigação aponta para contribuição de um projeto formativo que, por seu caráter colaborativo, a partir de variadas metodologias, contribuiu para ampliação de conhecimentos e experiências sobre a temática étnico-racial, oportunizando aos docentes participantes ressignificar saberes que resultaram em práticas pedagógicas antirracistas.

3 Sobre democracia e democratização da educação

A democratização da educação, especialmente da educação pública, é uma pauta que não deixa de aparecer, mesmo que à margem, nas linhas gerais das grandes discussões e debates educacionais. Uma de suas possíveis chaves de leitura se dá por meio da gestão democrática da escola básica. A ideia se baseia no princípio da participação (social, popular, política e comunitária) como pilar de organização da escola.

Há diversos conceitos de democracia e democratização em voga em áreas das ciências humanas e sociais. A ciência política, por exemplo, apresenta uma gama de possibilidades, variando de acordo autorias e perspectivas teóricas e metodológicas. Aqui consideramos o entendimento de Maria José Ruiz e Anieli Sandaniel (2014) de democratização da gestão escolar como maior participação dos agentes da escola em seus processos decisórios e educacionais. Ruiz e Sandaniel (2014) afirmam ainda ser a coordenação pedagógica a principal responsável pela articulação dos elementos de ensino-aprendizagem, do currículo e suas implicações, de todos os sujeitos da escola, bem como os ambientes e processos participativos da instituição.

Tamanha importância da coordenação pedagógica a coloca sob holofotes de atenção. Kuenzer (2002; *apud* RUIZ; SANDANIEL, 2014) alerta para o projeto social da classe dominante que se impõe via educação e projetos educacionais que alguns docentes têm aderido. Ainda segundo Kuenzer (2002; *apud* RUIZ; SANDANIEL, 2014), a divisão do trabalho pedagógico advém da divisão técnica do trabalho. Tal afirmação remete à separação entre teoria e prática (ou práxis) no fazer pedagógico, especialmente na relação ensino-aprendizagem, que se coloca como abstração acima ou separada da ação real ou concreta.

Essa visão (e cisão) tem permeado a atuação institucional de agentes educacionais. Coordenadores pedagógicos passam a atuar como fiscais ou inspetores de seus colegas, sem uma perspectiva ampla e integrada dos processos, sequer um horizonte de maior articulação entre tais sujeitos. Tais visão e cisão também têm permeado a formação de professores. A separação entre pensar e fazer fortalece a perspectiva pedagógica e educacional criticada anteriormente: não agrega na intenção e na organização de um pensar-fazer escolar integrado e participativo — logo, democrático, na lente aqui abordada.

A formação para coordenação pedagógica, então, ganha novos enclaves e desafios no sentido de orientá-la à gestão democrática. Para além da questão de quem veio primeiro, se o ovo, se a galinha, se faz necessário se questionar se há como formar docentes para gestão democrática em instituições de ensino que não contam com tal prática.

Ampliando a perspectiva — e sem responder à pergunta anterior —, Falcão Filho (1990; *apud* RUIZ; SANDANIEL, 2014) defende três competências para a formação docente: a competência política, a competência humana e a competência técnica, que juntas formam a competência profissional. Uma formação calcada em tais princípios deve, ainda segundo o autor, contemplar diferentes aspectos: o aspecto técnico-operacional e o aspecto sociopolítico.

Ambos os aspectos, não se prendendo à visão dicotômica e maniqueísta possivelmente imediata, podem ser considerados ou apreendidos em seus sentidos amplos e aplicados. O primeiro sentido de uma forma mais alinhada ao contexto de cada escola, de cada grupo docente, discente, de demais trabalhadores em educação, da comunidade. O segundo ligado ao fazer curricular e didático, à convivência e às atividades escolares extraclasse, pensando no desenvolvimento humano e nas suas relações intrínsecas.

A formação para a coordenação pedagógica deve considerar, segundo Ruiz e Sandaniel (2014) o seu caráter político. É a coordenação pedagógica, na argumentação das autoras, que articula e integra os elementos democratizantes das instituições e relações escolares, pois conjuga relações de trabalho, conteúdos, corpos docentes, discentes, comunidade, ações, pensando tudo de forma ampla e conjunta.

As formas de participação escolar foram construídas, a muitas mãos, pelos trabalhadores em educação. Segundo Veiga (2007), os órgãos colegiados são formas possíveis de participação da comunidade nas instâncias escolares. Ainda citando, podemos elencar Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil — que são espaços de formação socio-política. Segundo Gohn (2001), são espaços importantes para a consolidação da escola regulada e constituída pela participação social. Pensar a formação docente para democratização da educação a partir da gestão democrática é luta histórica dos trabalhadores em educação. Instâncias participativas foram sendo construídas ao longo dos anos e de cada passo dado na construção das políticas educacionais.

A década de 1990, segundo Ruiz e Sandaniel (2014), contou com reformas do Estado que diminuiriam este como principal provedor das políticas públicas. Junto à adoção de consensos internacionais, a construção das políticas, nelas incluídas as políticas educacionais, foram guiadas por princípios como produtividade, eficiência e qualidade; ou privatização, publicização e terceirização.

O processo de feitura do Plano Nacional de Educação era tensionado sob a chave da falta de participação das bases (RUIZ; SANDANIEL, 2014). Ainda segundo as autoras, os CONEDs, da sociedade civil, se mobilizaram para pressionar o governo a deixar o PNE mais acessível e participativo. O governo cria o CONAE e, apesar das mobilizações, o PNE resultante é entendido, pela sociedade civil e representantes da classe docente, como gerencialista.

Mesmo diante de resistências dos governos, trabalhadores em educação conseguiram resguardar, nas estruturas da educação, espaços e instâncias de

participação, tomada de decisão e de gestão que possibilitam efetuar uma gestão democrática para democratização da educação, especialmente a pública. Retomando a questão de mirar a formação de coordenadores pedagógicos para gestão democrática, ao que tudo indica, o ovo e a galinha evoluíram e se ajudaram mutuamente.

Erisvaldo Santos e Ludmilla Costa (2019) enfatizam a dimensão racial da problemática educacional recortada na educação infantil. O estudo, realizado com professoras municipais de Governador Valadares (MG), apontou para a dissonância, no âmbito das relações étnico-raciais, entre os marcos legais e teóricos e as realidades e práticas escolares do cotidiano. A pesquisa aponta que “as relações étnico-raciais são invisibilizadas em práticas do dia a dia” (SANTOS; COSTA, 2019, p. 17). As autoras destacam ainda que a formação de professores para a educação das relações étnico-raciais tem como um dos seus desafios desencadear a desconstrução crítica do “mito da democracia racial, pois se trata de um forte dispositivo ideológico” que, conforme observado na pesquisa ainda habita o imaginário social e escolar no Brasil. Indicadores apontam que é abissal essa questão e a democracia racial deve prevalecer não obstante às motivações terrenas de sobrevivência: renda, acesso à informação e ao conhecimento, escolarização, emprego e propriedade. Se uma nação entrega índices díspares entre negros e brancos nos tópicos apresentados acima, não se deve admitir que nesse país há democracia racial.

O maior desafio da formação de professores infantis, segundo a perspectiva dos autores, é a apropriação adequada e qualificada. A discussão apresentada neste trabalho parte dos marcadores sociais como mediadores e inevitáveis, estando a dimensão racial ou a dimensão participativa, como salvaguardas necessárias à sobrevivência.

É passível de absoluta verdade no que espelha a estéril jornada de construção de uma qualificação educacional ampla aos profissionais que dessa área fazem parte. A formação de docentes trilhou suas asserções juntamente com a integração das atividades pedagógicas às ações sócio-políticas pertinentes no Brasil República, cuja influência vinha da Europa, mas que na prática não havia fomento.

Além disso, outras dificuldades existem, como por exemplo, se a formação é capaz de manter aquele profissional ou se até mesmo terá ele condições de compreender a cognição de seus alunos. É sumariamente uma questão política e está para o Estado como uma participação social fundamental onde a elaboração das bases educacionais sejam contundentes e eficazes. Seja por meio acadêmico, ou na duração e modelos formativos, o

profissional prossegue neste caminho quando dele faz seu ofício e torna-se vítima da política educacional.

4 Conclusão

No caminho da aproximação possível entre formação, diversidade e democracia este trabalho de revisão bibliográfica aprofundou e enriqueceu nossa perspectiva sobre a temática. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2015) a diversidade constitui-se em um princípio formativo básico para a formação inicial e continuada de professores que tem como uma das finalidades a “melhoria e democratização da gestão e do ensino.” A concepção de diversidade da normativa incorpora ao debate as questões de gênero, sexo, raça, etnia, geração e religião nos currículos de formação para a docência. Sabemos o tamanho do desafio dessa proposição, por isso prosseguimos com a pesquisa sobre ela.

A revisão de literatura nos leva a reforçar o dilema que enfrentam todos os que seguem com a disposição pedagógica e política de democratizar a educação escolar e conhecer e reconhecer a diversidade que nos caracteriza como humanidade. Pois, nos textos selecionados, vários apontam para o desconhecimento e receio, muito comum entre docentes, ao enfrentar as questões da diversidade e da democracia na escola. A valorização e o respeito à diversidade demandam projetos de formação docente para que possam ser traduzidas em conteúdo do currículo escolar para a educação básica como proposto por algumas normativas e pelos movimentos sociais. Por outro lado, afirma-se que a democratização da educação é um processo que se aprofunda na medida em que se amplia e qualifica a participação nas instâncias de gestão da educação e que se difunde conhecimentos teóricos e práticos para a adoção de uma perspectiva inclusiva nos currículos.

Referências

BAPTISTA, G. C. S.; SANTOS, L. C. Monitoria como espaço de formação docente inicial em Biologia sensível à diversidade cultural. **Formação Docente-Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 11, n. 22, p. 95-110, 2 dez. 2019.


IULIANELLI, J. A. Formação de professores como objeto de estudo da política educacional: contribuições da democracia deliberativa para uma análise da meta 15 do PNE 2014-2024. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 8, n. 14, p. 135-148, 30 jun. 2016.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 25 maio. 2018.

VALENTIM, S. DOS S.; LEAL, J. A. Formação continuada para a diversidade étnico-racial: repercussões nas práticas pedagógicas dos professores da rede municipal de educação de Contagem/MG. **Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 11, n. 22, p. 31-44, 2 dez. 2019.

RUIZ, M. J. F.; SANDANIEL, A. Formação docente e democratização da gestão na escola pública. **Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 6, n. 10, p. 111-124, 30 jun. 2014.

SANTOS, E. P. DOS; MEIRA, L. C. Os desafios da educação das relações étnico-raciais e a formação de professores para a educação infantil. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 11, n. 22, p. 13-20, 2 dez. 2019.



O CONCEITO DE FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONSERVADORA: EM PAUTA A FAMÍLIA HOMOAFETIVA

Nizar Amin Shihadeh¹
Jamille Freire Luz Benevides²

1 Introdução

Propõem-se através do trabalho refletir sobre as relações homoafetivas e a sua interlocução com a sociedade conservadora, podendo assim responder o seguinte problema de pesquisa: “Como as famílias homoafetivas interagem com a sociedade patriarcal?”. Salienta-se que o trabalho tem cunho qualitativo, baseado no método dialético-crítico e suas categorias (historicidade, totalidade e contradição).

Desta forma, é possível afirmar que o artigo visa fazer uma reflexão a respeito da concepção sobre a família e seus conceitos, dando início na

1 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Mestrando em Serviço Social pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC. Correio eletrônico: nizdu@hotmail.com

2 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA. Correio eletrônico: mille_benevides@hotmail.com

primeira seção com a ramificação de família, entre eles o arranjo matrimonial tipo familiar que se refere ao matrimônio, ou seja, que decorre do casamento.

Enquanto a família homoafetiva é quando se retrata de uma união de duas pessoas do mesmo gênero, como por exemplo, mulher com mulher, homem com homem, etc. Já a família monoparental é aquela constituída por apenas um dos pais e seus filhos, tendo em vista, que com o passar do tempo intensificou-se a quantidade de famílias deste tipo e a família extensa é caracterizada segundo o artigo 25 do ECA³ como aquela além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

A segunda seção aborda sobre as relações homoafetivas e sua interlocução com o conceito de família na atualidade que tem apresentado novas configurações e mudanças importantes na sociedade contemporânea e os valores postos pela sociedade. Assim como também avanços importantes para a garantia de cidadania e acesso aos direitos bem como a efetivação de políticas públicas para esse segmento da sociedade.

Logo, ressalta-se que a análise foi realizada a partir da sistematização do referencial teórico com as principais categorias analíticas: família; conceito de família, arranjos familiares, relações homoafetivas e sua relação com a família, através de alguns autores de referência, como: MIOTO (1997); CASTRO, ALMEIDA (2021); CARVALHO (2002), sem prejuízo de outros.

2 Famílias e seus conceitos: ramificações de famílias

Quando se fala em família, estamos considerando um grupo social, entretanto, vale ressaltar que este termo, bem como o seu conceito foi modificado, isto porque anteriormente a sociedade brasileira seguia na perspectiva do modelo patriarcal. Este modelo se caracteriza pelo homem sendo o principal representante, juntamente com sua mulher e seus filhos (CARVALHO, 2002). Porém, nos dias contemporâneos, não se utiliza mais a expressão família, mas sim famílias, justamente por abranger pessoas independentemente de seus laços consanguíneos, tendo em vista, que são baseados pelo afeto (BENEVIDES, ALMEIDA, 2021). Além disso, quando se aborda família e/ou famílias temos que considerar que ela/elas é/são um tipo de instituição social, conforme discute Saraceno, que é,

3 Estatuto da Criança e do Adolescente.

“[...] o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assuma formas diversas nas várias sociedades” (1997, p. 14).

Diante disso, pode-se compreender que famílias retratam da questão histórica do indivíduo, pois é por meio dela que se adquire os valores, competências, como devemos nos comportar com a sociedade em geral, etc. Porém, antes de nos adentrarmos nos conceitos de cada configuração familiar, vale frisar que as famílias têm funções básicas que são, “[...] prover a proteção e a socialização dos seus membros, constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal, além de mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais com o Estado” (BRASIL, 2004, p. 35).

Logo, é perceptível que o Estado tem como dever proteger os membros familiares, promovendo a integridade, segurança, ou seja, sendo o centro de apoio para cada pessoa que pertence ao núcleo familiar. Salienta-se também que as famílias são aquelas que convivem por meio do cuidado e do compromisso recíprocos (SZYMANKI, 2002).

Além disso, é importante destacar que as configurações familiares adquiriram novos arranjos, tendo em vista a sua extensão, as mudanças estruturais e as ampliações do núcleo familiar (ANTONI, KOLLER, 2000). Este pensamento vai ao encontro do que Lossaco aborda que é:

[...] a família deixa de ser aquela constituída unicamente por casamento formal. Hoje, diversifica-se e abrange as unidades familiares formadas seja pelo casamento civil ou religioso, seja pela união estável; seja grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteira, seja pela união de homossexuais [...] (2005, p. 64).

Sendo assim, pode-se afirmar que com o passar dos anos, a discriminação referente aos arranjos familiares vai diminuindo. Exemplos desses novos arranjos familiares são a família matrimonial, a família homoafetiva, a família monoparental e a família extensa, conforme vai ser conceitualizado posteriormente:

3 Família matrimonial

Este tipo de arranjo familiar se refere ao matrimônio, ou seja, que decorre do casamento. Vale frisar que antigamente, o objetivo do casamento era

apenas para fins reprodutivos, isto é, para a aquisição de filhos, ressaltando que não era respeitado a liberdade sexual de cada indivíduo, principalmente a mulher, uma vez que o homem que comandava o relacionamento baseado na moralidade (NOBRE, 2014).

Desta maneira, é visível que o machismo era mais predominante anteriormente, apesar que ainda se faz presente em alguns relacionamentos amorosos, principalmente em famílias que seguem a perspectiva patriarcal. Este machismo tem como definição:

[...] o preconceito que exerce uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres, inferiorizando-as com a finalidade de controlar comportamentos e subjugar sua existência, para que a apropriação do tempo, do corpo e do trabalho delas seja mais eficaz e lucrativa nessa sociedade. Funda-se em relações sociais estruturais de opressão-exploração-dominação que organizam a sociedade. (CFESS, 2019, p. 7)

Sendo assim, pode-se interpretar que é uma forma de preconceito, que segue uma perspectiva cultural, onde o objetivo é difamar e humilhar a mulher, lembrando que isto surgiu através do patriarcado.⁴

4 Família homoafetiva

Já ao se falar em famílias homoafetivas estamos retratando a união de duas pessoas do mesmo gênero, como por exemplo, mulher com mulher, homem com homem etc. Destaca-se que esta configuração familiar é considerada uma das que mais sofrem discriminação, justamente por conta das reproduções dos pensamentos patriarcais que existem ainda no cotidiano, conforme aborda Santos e Santos:

As famílias homoafetivas na contemporaneidade sofrem com todos esses conceitos construídos socialmente através do tempo, ainda assim, no Brasil temos como base o modelo de família patriarcal, que só reforça o preconceito, pois esse tipo de família estabeleceu papéis sociais definidos para casais formados por homens e mulheres. Deste modo casais compostos por pessoas do mesmo sexo são discriminados e excluídos do meio social. (2016, p. 30)

4 O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres (DELPHY, 2009, p.173).

Este preconceito existente, acaba provocando diversas situações de violência, levando muitas vezes a casos de mortes. Entretanto, vale salientar que não é apenas de circunstâncias ruins que vivemos, uma vez que desde 2011 alguns avanços começam a se efetuar conforme relata o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Ressalta-se que este plano foi elaborado pela Comissão Técnica Intermistrial e também pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República em busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida.

Além disso, a partir da implementação deste documento, é possível destacar e perceber o fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004, como o:

Reconhecimento por novos arranjos familiares, tais como as uniões homoparentais e os pares homoafetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social; A Criação de dispositivos legais e jurídicos que garantam o direito do casal homossexual de adotar filhos, garantindo inclusive que o registro civil seja feito em nome do casal, bem como garantir o pleno direito de adoção as pessoas LGBT's, individualmente ou em parceria homoafetiva; A Inserção nos livros didáticos a temática das famílias compostas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando recortes de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e socioeconômica, os novos modelos de famílias homoafetivas, com ênfase nos recortes de raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero. (BRASIL, 2009).

Ainda há muito que avançar em termos de garantia de direitos, proteção, ampliação e responsabilidade do Estado, sobre a população LGBTQIA+, mas é importante reconhecer que são passos dados para o avanço de criação de mais políticas públicas que possam contribuir para a efetivação da cidadania e da democracia participativa.

Logo, pode-se compreender que isto é uma maneira de enfrentar as indiferenças e assim, promover a conscientização dos gestores públicos, fortalecendo os exercícios de controle social, com a garantia de direitos com maior equidade e mais condizentes com o imperativo de eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma consistente cultura de paz, buscando erradicar todos os tipos de violência.

5 Família monoparental

Conceitua-se como família monoparental aquela constituída por apenas um dos pais e seus filhos, tendo em vista, que com o passar do tempo intensificou-se a quantidade de famílias deste tipo. Segundo a Constituição Federal de 1988, entende-se como, “Art. 226, parágrafo 4.º - [...] entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2022).

Diante disso, vale destacar que perante os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo Censo 2010, só de responsáveis sem cônjuge com filhos no Brasil são equivalentes à 87,4 % (IBGE, 2010). Ou seja, é notável o quanto é crescente o percentual sobre as pessoas que tem filhos e não tem companheiro.

Além disso, ressalta-se que as famílias monoparentais se dividem em vários tipos, dentre elas, estão: “pais viúvos, pais solteiros que criam seus próprios filhos ou filhos adotados, mulheres que utilizam de técnicas de inseminação artificial e por fim, pais separados ou divorciados” (WITZEL, ALVARENGA, 2022, p.4).

Já o IBGE⁵ considera este modelo a mulher sem cônjuge com filhos, mulher sem cônjuge com filhos e com parentes, homem sem cônjuge com filhos, homem sem cônjuge com filhos e parentes, dentre outros. Logo, compreende-se que para se tornar esta configuração familiar, ela pode se fragmentar em diversas categorias, assim como foi dito anteriormente.

Além do mais, é perceptível também que é um público mais sensível às situações de vulnerabilidade social, assim como descreve Castro e Almeida:

[...] a vulnerabilidade social atinge mais fortemente as formações familiares monoparentais em razão do acúmulo concentrado dos trabalhos domésticos e dos cuidados com os filhos e atividades profissionais em somente uma figura, o que exige um exercício da responsabilidade parental de forma isolada e exclusiva (2021, p. 78).

Desta maneira, pode-se entender que quando se fala em vulnerabilidade social, está abordando em um acúmulo intenso de trabalho em apenas uma só pessoa, que muitas vezes, tem que se obrigar a trabalhar tanto fora de casa como também dentro de casa, tendo que cuidar de filhos e parentes.

5 Censo Demográfico de 2010.

Por fim, salienta-se que a maioria pertence ao núcleo essencialmente feminino, onde são expostas às desigualdades e opressões, evidenciando cada vez mais a desigualdade de gênero no Brasil em seus variados âmbitos (CASTRO, ALMEIDA, 2021).

6 Família extensa

A família extensa é caracterizada segundo o artigo 25 do ECA como aquela “além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (BRASIL, 1990).

Diante disso, pode-se citar tias(os), padrinho, madrinha, irmãs(ãos), porém vale lembrar que não precisa ter vínculo consanguíneo, contanto que exista vínculo formal de parentesco e afinidade e afeto com o outro (OLIVEIRA, 2020). Destaca-se querer classificar o que é família na atualidade, uma vez que é algo complexo diante da forma como elas se estruturam, promovendo assim estudos com o intuito de discutir/problematizar.

Como assinala Miotto (1997, p. 115), pelo fato de família fazer parte do mundo das pessoas e estar “perpassada fortemente por valores morais, religiosos e ideológicos”, pode-se imaginar que as discussões “estão assentadas sobre bases comuns”, mas, seu significado exige uma construção e reconstrução cotidiana, “a busca desse novo desenho familiar perpassa pela necessária superação da herança colonial clássica que a vê através de lentes abstratas descoladas da práxis social” (FACHIN, 2009, p. 316).

Ou seja, a configuração familiar, avança com a dinâmica do mundo moderno, com pensamentos, atitudes, ações, normas, princípios morais, éticos, a economia acaba dando um novo formato de família. Para Miotto (1997, p. 117), a família está numa dinâmica social, construída no decorrer de sua vida, como espaços de desenvolvimento ou não para seus membros.

7 As relações homoafetivas e a sua interlocução com o conceito de família na sociedade conservadora

Conceituar família na atualidade tem se configurado em mudanças importantes na sociedade contemporânea e os valores postos pela sociedade, isso porque tem surgido novas identidades e comportamentos, como os exemplos de configurações familiares que se formaram, não sendo mais a composição tradicional dita como a única aceitável na sociedade.

Esta composição era formada apenas por homens e mulheres héteros que se unem afetivamente, passando a desconsiderar outras configurações familiares como a homoafetiva, que por muito tempo e ainda atualmente passam sofrendo discriminação e rejeição social mesmo depois de assegurado legalmente.

Salienta-se que o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, reconhece, por unanimidade, união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Assim, homossexuais podem ter os mesmos direitos previstos na lei 9.278/1996, a Lei de União Estável, que julga como entidade familiar “a convivência duradoura, pública e contínua”.

Ementa:

Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Explicação da Ementa:

Altera a redação do artigo 1.723 da Lei n. 10.406/02 (Código Civil) para reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família; altera a redação do artigo 1.726 da referida Lei para prever que a união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração, produzindo efeitos a partir da data do registro do casamento. (BRASIL, 2021)

Diante disso, pode-se afirmar que não é o suficiente para romper com o preconceito existente na sociedade, o que tem demandado a necessidade de lutas para efetivar as conquistas dos casais homoafetivos, como as que possibilitaram o avanço no que diz respeito a sua constituição como família. O que tem contribuído para esse cenário violento de família diversa é o forte preconceito religioso que condena e reprova a união por pessoas do mesmo sexo, uma vez que essa união é vista como pecado e uma ameaça ao modelo tradicional de família.

Já essa forma de família tradicional é baseada no modelo patriarcal, constituída por homem (pai) o chefe da família, mulher (mãe) a dona de casa que acaba tendo dupla jornada de trabalho para atender a casa, comida, marido e filhos e a procriação com descendentes diretos gerados dessa união. Sendo que esse modelo elevado a base verdadeira de família na sociedade, contribui

desta forma para a rejeição a outras configurações, mas ainda assim nenhum dos modelos de famílias existentes até então, passa por tanta rejeição e em muitos casos de perseguição quanto à homoafetiva.

Mesmo que se diga que vivemos num país democrático e laico, o conservadorismo é muito presente nas tomadas de decisão e comportamental na sociedade brasileira, pois tem se infiltrado nos espaços de poder, formando barreiras para a liberdade e a diversidade e causando danos às vidas que não se encaixam no padrão heteronormativo, patriarcal e tradicional.

Segundo Mioto (1997), a família é uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diversos lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo.

Logo, esta percepção leva a pensar nas famílias sempre numa perspectiva diversa, plural, sem um modelo pré-estabelecido. Contudo, perceber a concepção de família livre, sem rótulos, onde cada membro que a compõe deve ser respeitado, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido, e são transmitidos os valores e condutas pessoais, sem esquecer das relações interpessoais e diversidades culturais que são criadas.

Mas, ainda que com o passar dos tempos vários novos enlances familiares foram sendo estabelecidos exigindo o reconhecimento e respeito sociais, os movimentos conservadores foram também reagindo mais intensamente, por muitas vezes as famílias foram se tornando objetos de reações conservadoras, preconceituosas e, não raro, violentas.

Há exemplo disso o Projeto de lei n. 6583/13, denominado Estatuto da Família, que após tramitar na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial destinada a proferir o referido projeto, no final de 2014 foi arquivado. Porém no início de 2015 tal projeto foi desarquivado e se fosse aprovado os casais homoafetivos seriam os mais prejudicados, visto que, fugindo completamente da realidade social atual, prevê em seu artigo 2.º que: “Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

O Projeto de Lei 6583/2013, enquadra-se como um discurso reducionista, uma vez que pretende legalizar a família heterossexual como única constituição familiar admissível e protegida pelo ordenamento jurídico pátrio, anulando assim a pluralidade familiar e as garantias sociais e fundamentais conquistadas ao longo dos anos, especialmente, pelos grupos de pessoas homossexuais.

Importante destacar que o PL se presta a interesses ideológicos de um grupo minoritário, uma vez que pretende legalizar um conceito de família inflexível e exclusivista. Portanto, pode-se dizer que é algo incompatível com a atualidade, onde diversos núcleos familiares e em especial homoafetivos, têm se constituído, previsto no Estado Democrático e Laico que não pode admitir discursos ideológicos e parciais na regulamentação da sociedade e nos princípios da dignidade da pessoa humana.

O princípio da dignidade da pessoa humana, previsto constitucionalmente, bem como em documentos de âmbito internacional, estão postos para garantirem a efetivação dos direitos humanos e com isso defender a existência e a constituição dessas famílias sem um padrão estabelecido, sejam mães ou pais solteiros; uniões estáveis; produções independentes; uniões entre casais do mesmo sexo; pessoas casadas que não dividem o mesmo lar; indivíduos vivenciando o segundo matrimônio com filhos de uniões anteriores; humanos com seu animal de estimação, enfim, inúmeras são as novas situações existentes que também podem configurar uma família.

Mas, é preciso reconhecer, que a conformação familiar que ganhou espaço nas discussões jurídicas e visibilidade na sociedade foram as homoafetivas. Ainda que, por muito tempo, vem sendo alvo e marginalizada, sofrendo relutância e sendo negligenciada pelo Estado, uma vez que a Constituição Federal de 1988,⁶ ao ter concedido legitimidade apenas para uniões estáveis entre homem e mulher, deixou de albergar a figura daquelas uniões formadas por pessoas do mesmo sexo.

Essa resistência, perpassou pelo âmbito jurídico, que diante da realidade social, pressionou o que passou a gerar inúmeros embates jurídicos, resultando por parte do STF⁷ reconhecimento a união homoafetiva como legítima, equiparando-a à união estável constituída.

8 Considerações finais

Quando falamos em famílias, estamos nos referindo à uma instituição social, bem como a um núcleo de pessoas independente dos laços consanguíneos,

6 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1º mar. 2022.

7 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Supremo reconhece união homoafetiva. STF, Notícias STF, 5 maio 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 1. mar. 2022.

uma vez que o mais importante é o afeto que há entre eles. Ressalta-se que erroneamente ainda se utiliza o termo família, mas o correto é famílias, uma vez que nos dias atuais existem diversas configurações familiares, dentre elas a família homoafetiva.

Por meio do estudo, foi possível compreender que cada configuração familiar tem um conceito e uma característica completamente diferente, nos levando a questionar e tentar responder a seguinte pergunta: “Como as famílias homoafetivas interagem com a sociedade patriarcal?”. Para isso, foi necessário utilizar o método dialético-crítico e as categorias historicidade, totalidade e contradição, tendo em vista, que este método nos leva a ter uma compreensão melhor e crítica marxiana.

Diante disso, através da pesquisa foi notório o quanto que vivenciamos numa sociedade patriarcal, machista e conservadora, acarretando atos violentos contra o público LGBTQI+, e não apenas contra eles, mas também contra quem pertence a famílias monoparentais, que se caracterizam em sua maioria em mulheres com filhos(os)sem companheiros.

Por fim, vale destacar que as famílias homoafetivas já tiveram diversas conquistas no âmbito da cidadania, entretanto, a luta contra o conservadorismo e o machismo deve ser contínua, pois a violência ainda permanece perante a sociedade brasileira, principalmente quem é mulher e/ou LGBTQI+.

Referências

ANTONI, Clarissa De; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 347-381, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n2/a04v05n2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BENEVIDES, Jamille Freire Luz; ALMEIDA, Andreia Cristina da Silva. A violência intrafamiliar e os danos na vida do adolescente: aproximações com o ato infracional. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10. 2021. São Luís (MA). **Anais eletrônicos [...]**. São Luís (MA): UFMA, 2021. p. 1-15. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_d_1185_1185612e8c14d66fb.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1. mar. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 612**, de 2011. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>. Acesso em: 28 fev.2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF n. 132/RJ**. Relator: Ministro Ayres Britto. Publicado no DJ e n. 198 de 13 out. 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/20627227>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 6583/2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 5-21.

CASTRO, Thamís Dalsenter Viveiros de., ALMEIDA, Vitor. Famílias monoparentais: vulnerabilidade social e cuidado. **Revista Brasileira de Direito Civil**, Belo Horizonte, v. 28, p. 77-96, abr.-jun. 2021. Disponível em: <https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/07/626-2194-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Série assistente social no combate ao preconceito: machismo**. Brasília, 2019. Caderno 6. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: EdUNESP, 2009, p. 173-179.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: estatísticas de gênero. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=15,16,53,54,55,17,18,128&ind=4704>. Acesso em: 02 mar. 2022.

LOSSACO, Sílvia. O jovem e o contexto familiar. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 63-76.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social: contribuições para um debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, 1997.

NOBRE, Rodrigo Igor Rocha de Souza. **Os novos arranjos familiares**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29978/os-novos-arranjos-familiares>. Acesso em: 02 mar. 2022.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **Princípio da prioridade relativa da família natural**: diretrizes para as soluções de conflitos e para o legislador. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, out. 2020. (Textos para Discussão n. 287) Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td287>. Acesso em: 04 mar. 2022.

SANTOS, Aline Joana Alves; SANTOS, Gilmar Otavio dos. **Adoção por casal homoafetivo**: ramificações de família e a nova demanda para o serviço social. Orientadora: Vera Núbia Santos. 2016. 68 p. Trabalho de Conclusão I – Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8884/2/Aline_Joana_Alves-Santos.pdf. Acesso em: 02, mar. 2022.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 1997.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

WITZEL, Ana Claudia Paes.; ALVARENGA, Maria Amalia de Figueiredo Pereira. **Análise da família monoparental como entidade familiar após o advento da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/stae/eixo5_003.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.



A FUGA CÉREBROS NO BRASIL PANDÊMICO

Daniel da Rosa Eslabão¹

1 Introdução

Pretendemos apresentar dados atualizados de duas situações sociológicas, uma de cunho epidêmico e outrarelativa a diáspora de cientistas, emigrados em um contexto sincrônico. Ou seja, a fuga de cérebros (JOHNSON, 1965, GRUBEL; SCOTT, 1966), em um contexto, no qual a aplicação do conhecimento, se faz especialmente necessária e um diferencial vital, haja vista o grave quadro da saúde, causado pela disseminação do vírus covid-19. Buscaremos em um segundo plano, enfocar as causas deste movimento migratório, em face à situação da Ciência em geral. Apresentaremos, neste caso, o resultado de estudos recentes, bem como a posição qualificada de atores envolvidos. Entendemos que as sociedades modernas possuem como principal motor do desenvolvimento econômico, as capacidades decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico. Este, deve ser gerado internamente, ou atraído de outras nações, que acabam por ver seu valioso recurso em capital humano evadir ao estrangeiro. As nações

¹ Doutor em Sociologia (Universidade do Porto, Portugal). Doutorando em Filosofia (UFPel). Bolsista CAPES. Correio eletrônico: sociologiabrasil@yahoo.com

capitalistas desenvolvidas, se aperceberam deste processo, das migrações de trabalhadores altamente qualificados ou *High Skill Workers*, ainda no início da década de 1960. Houve, desde então, um longo debate acadêmico nos campos da economia e da sociologia a estudar o tema, que passou a ser designado: *Brain Drain*, ou *fuga de cérebros* (BEINE; DOCQUIER; RAPOPORT, 2001). Havendo consenso teórico, segundo o qual os países que recebem estes trabalhadores e cientistas, auferem vantagem aos seus sistemas produtivos e de bem-estar, enquanto aqueles que os perdem, retraem suas capacidades locais de produção de riqueza e prestação de serviços, essenciais e por vezes, já exíguos, como podemos observar no presente quadro pandêmico, no qual em muitos locais verificou-se a insuficiência quantitativa de profissionais de saúde, com efeitos deletérios em termos de perdas de vidas humanas em escala abrangente. No caso brasileiro atual, a se aproximar de setecentos mil óbitos, causados pela pandemia de covid-19, mas também em decorrência da ausência de recursos tanto de medicamentos, hospitalares e vacinais, quanto de ausência de profissionais preparados em quantidade suficiente, em face ao quadro inesperado.

Segundo a teoria do capital humano (BECKER, 1993), desenvolvida por economistas e sociólogos norte-americanos há mais de meio século, duas variáveis se mostraram efetivas e recorrentes em termos de fatores que desencadeiam o desenvolvimento humano, seja ele medido em termos de agregação bruta de valor econômico, seja na elevação de índices tais como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), utilizado largamente como critério e padrão comparativo das sociedades ao redor do mundo. Estes dois fatores são: (1) investimentos em educação, formação de quadros qualificados para a ciência, tecnologia e o trabalho e (2) elevação do padrão de saúde global. Havendo teóricos que afirmam, ser o crescimento econômico a decorrência inevitável destas duas variáveis. De fato, muitas sociedades têm demonstrado o quanto esta premissa se mostra verdadeira e um caso clássico e comparativo foi o caso de países como Japão e Coréia do Sul, ou Alemanha e Itália, arrasados por conflitos altamente destrutivos e que em poucas décadas tornaram-se nações líderes em diversas áreas científicas, capazes de proporcionar aos seus habitantes padrão consumo, renda e IDH líderes na atualidade. Sendo esta uma fórmula simples: recursos direcionados a (1) educação e (2) saúde, produz, inevitavelmente (3) desenvolvimento econômico e social.

Algumas das sociedades protagonistas em termos de sua liderança global, tais como os países do G-7, o grupo dos países detentores dos maiores PIBs (Produto Interno Bruto) mundiais, possuem políticas de atração e retenção de

cientistas e pessoal dotado de altas especializações, sejam elas em atividades tradicionais ou em campos inovadores. Havendo ainda, situações nas quais um sistema de pontos (*Point Base System*), incluem além da qualificação acadêmica, o domínio do idioma nacional e idade. O que torna patente o interesse em receber e favorecer a emigração de jovens qualificados na plenitude de sua capacidade produtiva e adaptável à integração imediata às atividades econômicas, sempre carente destes trabalhadores. Um caso ilustrativo acerca de como os recursos humanos são indispensáveis para a alavancagem econômica é o do Vale do Silício nos Estados Unidos. Neste sentido, Saxenian recorda, que entre a década de 1970 e 1990 “As companhias tecnológicas do Vale do Silício, criaram mais de 150 mil novos empregos e a população de nascidos no estrangeiro mais do que dobrou, para quase 350 mil” (SAXENIAN, 1999, p. 11). Lembrando ainda, que em 1990, mais de vinte por cento da população da principal cidade deste pólo de desenvolvimento tecnológico norte-americano (Santa Clara, Califórnia), possuía quase um quarto do seu volume total de trabalhadores, originários de países estrangeiros (Saxenian, 1999). Não é necessário dizer o quanto empresas da *Nova Economia*, como a *Amazon*, *Microsoft*, *Google* ou *Facebook* se tornaram representativas, algumas delas tendo seu *valor de mercado* superior ao conjunto de todas as riquezas produzidas anualmente por qualquer país da América Latina. Nos dias atuais, mesmo no *centro* do sistema mundial moderno, há muitos postos de trabalho a esperar por profissionais de novas e antigas profissões, desde analistas de dados a programadores. Sendo o capital humano o mais valioso insumo para o progresso em todas as áreas. Lamentavelmente, os países que mais necessitam dos mesmos, tornaram-se pouco atrativos e menos ainda hábeis em mantê-los. Na próxima seção, abordaremos os dados mais recentes acerca da situação atual do Brasil pandêmico, desde os últimos dois anos, no qual a “tempestade perfeita”, colocou em evidência o quadro dramático das carências nacionais em áreas estratégicas e fundamentais ao país do futuro: saúde e educação.

2 Dados do Brasil pandêmico

Iniciaremos esta seção a apresentar alguns dados recentes acerca da situação da estrutura econômica do Brasil atual, sua posição nos índices globais de educação e aprendizados. Em seguida, apreciaremos dados estatísticos do quadro pandêmico. Em um terceiro momento, elencamos o escólio de artigos científicos e de órgãos ligados ao desenvolvimento e educação brasileiro sobre o tema da *fuga de cérebros* e os fatores estruturais envolvidos.

Segundo o Boletim epidemiológico número 15 (2022), divulgado pelo Ministério da saúde brasileiro, que, analisou os dados referentes a décima quinta semana da disseminação do covid-19 em território brasileiro no ano corrente, até a data de 16 de abril (2022); foi verificado que haviam sido detectados mais de trinta milhões de infectados em território nacional. O que situava o Brasil em terceiro lugar no número de infectados, mas em segundo lugar em óbitos, atrás dos Estados Unidos, que naquela data ainda não havia completado a cifra de um milhão de óbitos. Enquanto a Índia estava em terceiro lugar com pouco mais de meio milhão de falecimentos em decorrência desta pandemia (BRASIL, 2022). Apesar dos números excepcionais, tanto em termos de mortes, quanto de seres humanos infectados, que atingiu, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, mais de meio bilhão de pessoas acometidas pela doença (OPAS, 2022), houve excepcional empenho no campo científico para produzir uma vacina eficiente em um curtíssimo período. O que demonstra o poder de resposta adequado, quando há investimentos na área do conhecimento. Obviamente, os países produtores de tecnologias vacinais, tendem a possuir melhores condições de proteger suas populações em casos como os da presente pandemia. Na qual, o poder econômico também teve seus efeitos, uma vez que, em sua fase inicial, houve grande disputa global por recursos escassos, desde respiradores até médicos e medicamentos. Neste caso, em específico, a vantagem econômica e o desenvolvimento científico fizeram a diferença para milhões de vítimas. Havendo desigual distribuição de recursos, verificados tanto em termos regionais em um mesmo país, quanto em termos globais entre nações e continentes (OMS, 2022; OPAS, 2022). Em termos mundiais, mais de meio milhões de infectados e até a data de 06 de junho do presente ano, cerca de 6,29 milhões de mortes, é o saldo atual da pandemia (OMS, 2022). Evento inesperado, com resultados desiguais em termos de atendimento de saúde e distribuição de recursos médicos em geral. A privilegiar as sociedades mais ricas e com melhores recursos de ciência e tecnologia.

O efeito positivo da vacinação no atual quadro é reconhecido em relatório recente da Fundação Oswaldo Cruz, nos seguintes termos:

De fato, com a ampliação da vacinação, principalmente após junho de 2021, houve uma redução gradual da mortalidade, que reflete a menor gravidade dos casos. Esse efeito foi também sentido na menor taxa de ocupação de leitos de UTI em hospitais. A partir de janeiro, se estendendo até março de 2022, a introdução no país da variante Ômicron fez aumentar a incidência de novos casos e possivelmente o adoecimento de pessoas que haviam se infectado por variantes

anteriores. No entanto, é marcante a redução da letalidade da doença após a vacinação. (FIOCRUZ, 2022, p. 06)

Concluimos que, apesar dos efeitos danosos de grande magnitude, em termos de vítimas e resultados fatais, a disponibilidade de recursos foi fator diferencial no atendimento às vítimas e atualmente, na eficácia em termos de controle do próprio quadro pandêmico, havendo a expectativa de que se possa reduzir o status da mesma para situação endêmica. Portanto, menos grave, graças aos esforços vacinais. Estes efeitos podem ser percebidos em Relatório produzido pela Fundação Oswaldo Cruz, segundo o qual: “Mesmo com uma alta incidência provocada pela Ômicron e pela exposição a situações de risco no verão de 2022, não houve um aumento proporcional de óbitos por covid-19” (FIOCRUZ, 2022, p. 06). Em termos simples, no caso em análise, podemos afirmar que “ciência é vida”.

Vejamos então, o que dizem os representantes qualificados e reconhecidos da comunidade científica brasileira acerca do fenômeno da fuga de cérebros verificada em nosso país. Em artigo publicado há dois anos, no jornal Monitor Mercantil e depois reproduzido pelo Jornal da USP, o Doutor Isaac Roitman, professor e pesquisador emérito da Universidade de Brasília e membro da Academia Brasileira de Ciência, comenta o quanto a emigração de quadros altamente qualificados está a ser danoso, pois, segundo o próprio título já afirma: “Fuga de Cérebros, uma calamidade para o Brasil” (ROITMAN, 2020). Destaca, que em termos comparativos, o conjunto das nações desenvolvidas associadas à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), possui uma taxa média de 1,1 % de sua população com instrução doutoral, enquanto no Brasil, este percentual mal atinge 0,2 %. Menos que um quinto, em relação àquelas nações. Esta discrepância evidencia a falta de investimento na produção de recursos humanos em nosso país. Segundo ele:

Vivemos uma realidade econômica desfavorável. Equivocadamente, em vez de aumentarmos os investimentos em Ciência e Tecnologia, como instrumento para superarmos a crise, os investimentos têm sido cortados. Universidades e centros de pesquisas tentam dar continuidade aos seus projetos. Apesar disso, muitos foram interrompidos. Os jovens pesquisadores desencantados começam a emigrar para países onde a Ciência e Tecnologia são valorizadas (ROITMAN, 2020).

Esta evasão de mentes, em nosso entendimento, poderá ser comprometedor, não apenas em termos competitivos, como também para a

simples manutenção das estruturas hoje existentes. Recordamos que este artigo foi publicado há um par de anos, período no qual já era evidenciado a insuficiência dos recursos disponíveis para o setor educacional e de formação brasileiro. Afirma o autor, “A comunidade acadêmica e científica, através de suas organizações [...] têm alertado para essa verdadeira calamidade que comprometerá a qualidade de vida das gerações futuras” (ROITMAN, 2020). Complementa, ao afirmar a relevância de restaurar as verbas disponibilizadas no orçamento público para as agências de fomento. Salientamos, que em 2022, o quadro parece ser ainda pior que o de 2020, quando Isaac Roitman, escreveu o artigo acima citado. Pois, na atualidade, foram anunciados cortes que afetam a própria manutenção do sistema de base de formação científica, que são as universidades públicas (FONTE). Em um dos textos acadêmicos mais recentes, vemos o quanto a mão-de-obra, formada com o sacrifício de escassos recursos no Brasil, têm obtido êxito em projetos pessoais de se estabelecer no estrangeiro. Uma vez que lá, encontram condições de desenvolvimento profissional e valorização em políticas de atratividade destes trabalhadores, “Quando estudamos o fenômeno migratório a partir das motivações que lhe deram origem, chamamos de migrações [...] impulsionadas pela busca de melhores condições econômicas e oportunidades profissionais são conhecidas como migrações econômicas ou trabalhistas” (BÓGUS; MORINI, 2022, p. 72). As autoras chamam a atenção para a diferenciação entre aquele tipo de migração forçada, causada por fatores políticos e econômicos da emigração com fins de desenvolvimento profissional. Comentam, que o governo do Canadá, costuma patrocinar palestras de divulgação daquele país em busca de trabalhadores cujo perfil se apresenta restrito aos quadros qualificados que necessita. Estes mecanismos de apresentação e convite, podem ser entendidos como verdadeiro labor de recrutamento, nos quais fatores ausentes em nossa sociedade atual, como: um sistema público e eficiente de saúde, segurança, renda, dinamismo e estabilidade econômica podem se tornar fortes atrativos. As autoras também comentam, o quanto o fenômeno da emigração Sul-Norte, de países da América Latina, se insere em um quadro de competição global decorrente das políticas neoliberais vigentes (BÓGUS; MORINI, 2022, CASTLE, 2010). Observam que: “O desenvolvimento dos países que perdem seus profissionais qualificados pode ficar comprometido e torna-se necessário elaborar estratégias que estimulem a circulação e trocas cerebrais [...] em substituição à fuga de cérebros. (BÓGUS; MORINI, 2022, p. 74). Sendo que esta sugestão, em favor do Brain Circulation, já é apontada por outros autores, sendo um desafio aos países periféricos atrair de volta seus quadros emigrados (PELLEGRINO, 2011). A literatura

demográfica, observa que apesar de, por muito tempo, o Brasil haver sido um país receptor de emigrantes, desde a década de 1980, ocorre um movimento de emigração brasileira em direção aos países centrais, tendo como destino, inicialmente os Estados Unidos (PATARRA, 2005), e nos anos recentes países Europeus, em destaque a Portugal (LARA, 2022). Esta migração recente pode ser observada nos dados oficiais, como no caso de concessão de vistos para brasileiros residirem no Canadá, que saltou de 844, no ano 2000, para 3695 em 2020 (BÓGUS, MORINI, 2022).

Segundo dados oficiais do Itamaraty (Ministério das Relações Internacionais do Brasil), há atualmente um total de 4,2 milhões de brasileiros vivendo no estrangeiro. Sendo a região global na qual sua presença é maior, a América do Norte, com cerca de 1,9 milhões de brasileiros; seguido da Europa, com 1,3 milhões (ITAMARATY, 2021). Estes dados, atualizados até o ano de 2020 demonstram o crescimento da comunidade brasileira a viver no estrangeiro, tendo mais do que dobrado desde o ano de 2012, no qual os dados apontam para pouco menos de 1,9 milhões no total. Hoje, este é o número de cidadãos brasileiros residentes apenas em uma região mundial, a América do Norte (ITAMARATY, 2021). Segundo a mesma fonte, somente em Portugal, residiam oficialmente no ano de 2020, cerca de 276 mil brasileiros (ITAMARATY, 2021, p. 21). Presenciamos, atualmente, verdadeira diáspora de cidadãos nacionais a buscar espaço em países estrangeiros, grande parte dos mesmos dotados de diplomas e investimentos prévios realizados pelo Estado brasileiro e seu sistema de educação, capaz de produzir cientistas, mesmo que em quantidade abaixo do desejável, mas não os tem retido, por fatores diversos que as ciências sociais começam a identificar. Veremos, em sequência, pareceres de cientistas brasileiros ligados à Academia Brasileira de Ciências (ABC). Teremos em conta duas matérias de divulgação oficial desta entidade, a primeira datada de 09 de fevereiro de 2022 e a segunda, com as últimas atualizações, do dia 03 de junho de 2022. Um dos indicadores seguros para mensurar a valorização da formação científica em qualquer país é o valor investido neste setor estratégico. Conforme informações divulgadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), através de artigo da ABC:

O orçamento para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) caiu de R\$ 5,13 bilhões em 2012 para R\$ 2,48 bilhões este ano. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro bloqueou outros R\$ 802 milhões. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) perdeu a metade da verba que teve

dez anos atrás, passando de R\$ 2,04 bilhões para R\$ 1,02 bilhões. (ABC, 2020a)

Conforme podemos observar, uma defasagem de 50 %, não descontada a inflação, é um bom indicador da ausência de prioridade política ao setor. Pois, a composição do orçamento é no caso nacional, composto pelo poder executivo e aprovado pelo legislativo. Em nosso entendimento, o decréscimo que observamos é, talvez, decorrência de uma visão imediatista dos governantes, uma vez que os frutos da ciência costumam ser colhidos no médio e longo prazo. Segundo informações do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), atualmente há cerca de três mil cientistas brasileiros a viver no estrangeiro (ABC, 2022a). Não apenas jovens pesquisadores ou doutorandos, alguns dos nomes relevantes, inclusive pesquisadores de ponta na área da saúde. Segundo o artigo em análise:

Na pandemia, importantes nomes no combate à covid-19 acabaram deixando o país. Alvo de hostilidade de negacionistas, a microbiologista Natália Pasternak, por exemplo, foi para Columbia, nos EUA, pesquisar desinformação em ciência. Já Pedro Hallal, responsável pelos maiores inquéritos sorológicos no Brasil durante a pandemia, foi dar aulas na Universidade da Califórnia. (ABC, 2022a)

Notamos, que os pesquisadores brasileiros, que não encontram recursos ou valorização no seu país, são, por vezes, avidamente disputados no estrangeiro. Lembrando: a baixa desvalorização da ciência, inicia com a remuneração insuficiente na formação de quadros, desde a iniciação científica nas Universidades, até a formação *stricto sensu*, em programas de mestrado e doutoramento. Dois exemplos de cientistas em formação ilustram o quadro acadêmico em face ao desestímulo programado, da atualidade, recordando que o valor atual de uma bolsa de doutoramento CAPES, no país, é de 2200 reais. No primeiro caso, vejamos as palavras de uma estudante de mestrado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE):

Com esse dinheiro, não posso morar sozinha, não posso juntar dinheiro. Não estou mais jovem para ficar morando em república. Não quero mais ter essa vida de universitário. Quero começar minha vida. Não é nem o piso salarial de ninguém com graduação e não conta para aposentadoria, não tem férias, FGTS, nada — afirma Sabrina Paes Leme, mestranda do Inpe em sensoriamento remoto

que já conseguiu financiamento para estudar em universidades na Austrália e na Holanda (ABC, 2022a).

Sabendo que, o custo de vida é maior justamente nos grandes centros urbanos, que abrigam as mais renomadas instituições, o valor atual, ao qual se somam exigências de produção e dedicação exclusiva, podem ser insuficientes ao mínimo da subsistência, refletimos. A pesquisadora Ana Maria Carneiro, que coordena o Laboratório de Estudos da Educação Superior da UNICAMP, relata o caso de um estudante nacional que com apenas vinte e dois anos de idade foi “Aceito para fazer doutorado em Yale e na Universidade de Nova York com uma bolsa do governo americano que financia novos cientistas” (ABC, 2022a). Mestrando em Neurociência e Biologia Celular, que destaca o atual estágio de “sucateamento”, do setor científico brasileiro como a razão de sua partida. Observamos que a perda da competitividade registrada atualmente, irá se refletir na redução das capacidades científicas futuras do país, aumentando assim o “gap” da dependência nacional, que dependerá no futuro da importação de produtos tecnológicos estrangeiros em esteira contínua aos recursos humanos evadidos.

A Academia Brasileira de Ciências, tem atuado no Brasil como um veículo de comunicação entre a comunidade de investigadores e pesquisadores de diversas áreas e a sociedade civil em geral. Atuando, neste caso, como importante veículo de divulgação e debate ao redor do tema de interesse comum. Uma vez que, os resultados tecnológicos produzidos resultam potencialmente em retorno à própria sociedade que a patrocina, com a inversão dos seus impostos. Em matéria recente, apresentando uma nota internacional, de autoria de Renata Fontanetto, comenta o quanto a política de cortes do atual governo impactará sobre o desenvolvimento científico nacional (ABC, 2022b). Tragicamente, uma parte destes efeitos perniciosos deverá atingir parte do alunado, a base fundamental, estudantes das universidades brasileiras, afetando até mesmo os programas de custeio das Instituições de Ensino Superior. O que poderá impactar, por exemplo, nas políticas de assistência estudantil; essenciais para que estudantes de baixa renda se mantenham no sistema de ensino. Notamos, que estes cortes poderão afetar não apenas as bolsas de apoio acadêmico, como serviços indispensáveis, tais como os restaurantes universitários (ABC, 2022c). Segundo declaração, ao sítio virtual da Associação Brasileira de Ciências, afirma o presidente da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), tais políticas de cortes nos recursos destinados à investigação científica e a educação irão proporcionar: “*Impacto direto sobre os alunos mais pobres*”; afirmou o Doutor Marcus David (ABC, 2022c).

3 Considerações finais

Neste artigo, de revisão bibliográfica, buscamos atualizar o debate e a análise acerca de dos fenômenos relativos a campos que se justapõe: (1) o presente quadro pandêmico, brasileiro e global; (b) os cortes e desestímulo a ciência e a educação observada no sistema de cortes e reduzidos financiamentos públicos e (3) a evasão de cientistas brasileiros ao estrangeiro, em um momento crítico de crise na saúde.

Tendo em vista a investigação bibliográfica analisada, podemos concluir o quanto o desenvolvimento científico e tecnológico, que inicia pelas inversões na área da educação, são fundamentais para o progresso econômico de qualquer sociedade. Havendo estudos, que comprovam este vínculo de correlação há mais cinquenta anos (BECKER, 1993 [1964]). Entendemos que está a ocorrer no Brasil do século XXI, verdadeira *fuga de cérebros*, através da emigração de quadros altamente qualificados. Alguns deles, cientistas de ponta, que se tornaram publicamente conhecidos, por haverem contribuído, de diferentes formas para o enfrentamento do quadro pandêmico atual. Sendo a ciência um dos fortes instrumentos a reduzir para seu estado de relativo controle, com a redução dos casos de infecção e morbidade. Percebemos, em nosso entendimento, uma situação grave, que se faz sentir no presente e se projeta no futuro. Vemos, em nossa perspectiva, um quadro de baixa valorização da ciência a repercutir em cortes não apenas nas pesquisas em curso, como também no desestímulo à continuidade dos estudos de discentes de pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, que estão a ser aproveitados e valorizados em países que facilmente os recrutam. Ressaltamos, que não obstante o quadro crítico observado, a comunidade científica organizada e os profissionais dirigentes da educação se mostram atentos em apresentar dados e alertar o público e os representantes políticos da gravidade da situação atual. Este estado de pronto alerta crítico pode ser confirmado através do acompanhamento das manifestações em veículos digitais de ampla divulgação, que têm elencado vivamente atores de grande relevância, com décadas de experiência e dedicação à causa da ciência nacional, como vimos. Compilamos, neste estudo, informações quantitativas e qualitativas, declarações dos mais eminentes representantes da comunidade científica nacional. Todos convergem em sintonia ao denunciar os casos de insuficiente investimento na área científica e educacional, bem como este fator político do orçamento de Estado, está impactando negativamente. Concluimos, ainda, a possibilidade de reversão da atual *fuga de cérebros*, desde que as políticas públicas de investimento

nas áreas da educação, da investigação e retenção dos quadros acadêmicos de alta qualificação sejam alteradas. Neste caso, o retorno dos cientistas e pesquisadores que se evadiram ao estrangeiro poderá mesmo contribuir para uma positiva circulação acadêmica, tornando o que até agora se verifica, um *quadro trágico*, em mais-valia. Em um Estado democrático é facultado ao povo construir e alterar os rumos da sua própria história. Mesmo que estas condições não partam de um status por ele mesmo escolhido.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Com verba cada vez menor para pesquisa, Brasil vê fuga de cérebros se intensificar e virar “diáspora”**. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2022/02/09/verba-menor-pesquisa-brasil-fuga-de-ce-rebros-diaspora/>. Acesso em: 04 jun. 2022a.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Brasil: drástico bloqueio a orçamento anual de ciência**. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2022/06/03/brasil-drastico-bloqueio-a-orcamento-anual-de-ciencia/>. Acesso em: 04 jun. 2022b.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Corte de verba pelo governo afeta bolsas e assistência estudantil nas universidades, dizem reitores**. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2022/06/02/corte-de-verba-pelo-governo-afeta-bolsas-e-assistencia-estudantil-nas-universidades-dizem-reitores/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BECKER, Gary. **Human Capital: a theoretical and empirical analyses, with special reference to education**. New York: Columbia University, 1993.

BEINE, Michel; DOQUIER, Frédéric; RAPOPORT, Hiller. Brain Drain and economic growth: theory and evidence. **Journal of Development Economics**, Providence, v. 64, p. 275-289, 2001.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; MORINI, Ana Maria. Migração Qualificada: profissionais brasileiros qualificados no Canadá. **Travessia**, ano 35, n. 93 jan.-abr., 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**, v. 53, n. 15, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2022/boletim-epidemiologico-vol-53-n015.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

FIOCRUZ. **Observatório da covid-19**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível: https://portal.fiocruz.br/sítios virtuais /portal.fiocruz.br/files/documentos_2/boletim_covid_2022-se18-19_o.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

GRUBEL, Herbert B.; SCOTT, Anthony D. The International Flow of Human Capital. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 56, n. 1, p. 268-274, 1966.

ITAMARATY. **Relatório Comunidade Brasileira no Exterior**. Brasília: Itamaraty, 2021.

JOHNSON, H. G. The economics of the brain drain: the canadian case. **Minerva**, Bielefeld, mar., v. 3, n. 3, p. 299-311, 1965.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo – volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

LARA, Glauca Muniz Proença. Vozes e olhares de migrantes brasileiros na Europa. **Alfa**, São Paulo, v. 66, e13961, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Painel da OMS sobre Coronavírus (covid-19)**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Folha informativa sobre covid-19 Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 29 maio 2022.


PELLEGRINO, A. Éxodo, movilidad y circulación: nuevas modalidades de la migración calificada. **Notas de Población**, Santiago de Chile, año 26, n. 73, p. 129-162, sep. 2001.

ROITMAN, Isaac. Fuga de Cérebros, uma calamidade para o Brasil. **Monitor Mercantil** Disponível: <https://monitormercantil.com.br/fuga-de-cerebros-uma-calamidade-para-o-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SAXENIAN, Ana Lee. **Silicon Valley's: new immigration entrepreneurs**. San Francisco (CA): Public Policy Institute of Califórnia, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World Capitalist**. Cambridge: Cambridge, 2002.

WALLERSTEIN. **Análisis de Sistema-mundo: una introducción**. México: Siglo Veinte Uno, 2005.



REVERBERAÇÕES DE UM CASO DE FEMINICÍDIO DO SÉCULO XIX EM SÃO BORJA

Renata Gonçalves Carvalho¹
Eloisa Joseane da Cunha Klein²

1 Introdução

Este trabalho estuda o modo como textos publicados na internet se referem à Maria do Carmo Fagundes, jovem mulher assassinada em 1890, vítima de feminicídio, na cidade de São Borja. O texto aqui apresentado faz parte das pesquisas iniciais para o Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, que resultará em um livro reportagem sobre casos de feminicídio cometidos em São Borja. Para o livro reportagem, temos o objetivo de contar a história destas mulheres, a partir de estratégias de escrita do jornalismo literário. No recorte aqui proposto, nosso objetivo é compreender como acontece a midiaticização destes casos e a rememoração deste tipo de acontecimento trágico. Para tanto,

1 Discente do Curso de Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA. Correio eletrônico: renatacarvalho.aluno@unipampa.edu.br

2 Docente do Curso de Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA. Correio eletrônico: eloisaklein@unipampa.edu.br

tomamos especificamente o caso de Maria do Carmo Fagundes, dada sua importância para o imaginário da cidade de São Borja e região.

Para esta análise inicial, consideramos textos publicados no Portal das Missões, que tem uma quantidade expressiva de visitas, devido ao foco de divulgador dos pontos turísticos da região das missões e proximidades, no Rio Grande do Sul. Também consideramos um artigo publicado no congresso Intercom, um Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Unipampa, uma tese de doutoramento pela UFSM e um artigo apresentado no Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unipampa (2018).

A partir destes trabalhos, nos concentramos na história reverberada acerca de Maria do Carmo Fagundes, esforço que é necessário para compormos a produção do livro reportagem que será feito durante o Trabalho de Conclusão de Curso. Ao lermos estas histórias, notamos que há uma repetição de perspectivas alimentadas pelo relato popular, com o que a maioria dos materiais aqui abordados memetizam os mesmos aspectos abordados. Com isso, observamos que ao longo dos anos houve uma cristalização de certas referências à Maria do Carmo, ligadas à ideia de prostituição, vulgarização, “costumes inadequados”. A observação deste elemento de repetição das noções acerca da personagem histórica Maria do Carmo nos instiga, em uma dimensão futura do trabalho, a percorrer sua história de uma maneira diferenciada para a escrita do livro reportagem.

2 Aspectos da construção do imaginário religioso

O imaginário em torno de figuras tomadas como santa tem vinculação aos locais de acontecimentos socialmente testemunhados. Adam e Pires (2021) analisam como os locais em que foram encontrados os pedaços da imagem de Nossa Senhora foram elemento central na constituição da devoção à Nossa Senhora Aparecida. Outro aspecto que impulsionou o crescimento da devoção, neste caso, é o fato de a imagem ter a pigmentação preta, proporcionando uma identificação com as pessoas da comunidade. O caso de Nossa Senhora Aparecida também envolve uma imagem já conceituada institucionalmente na Igreja Católica e que já agregava um reconhecimento oficial.

Os aspectos de associação a acontecimentos marcantes, locais específicos de vivência deste acontecimento e, também, objetos que o rememoram estão presentes em vários casos de imaginário religioso popular, mesmo em torno de figuras que não chegam a fazer parte de um reconhecimento institucional

oficial por religiões estabelecidas. Maia (2015) analisa como “devoção popular” estes casos de reconhecimento de figuras associadas ao imaginário religioso mesmo quando não assumidas por alguma instituição. A autora analisa três casos de devoção popular no Ceará e observa a morte violenta como um componente unificador dentre as narrativas que passam a tornar a pessoa uma presença vívida na devoção popular.

No caso de Maria do Carmo, observam-se os mesmos componentes que constituem o imaginário popular: a morte violenta, a existência de lugares em que esta morte é rememorada (o local de festa, a proximidade com a instituição em que trabalhava o assassino, que é o quartel, o local da morte, o local onde foram deixados os restos mortais), a existência de objetos pelos quais se rememora sua morte e devoção (quando a narrativa sobre seus hábitos se torna uma forma de homenagem popular a partir de objetos, como cigarro, batom e bebida).

Embora a narrativa sobre devoções populares esteja presente em várias culturas, notamos na repetição da história de Maria do Carmo como permanece a desqualificação do popular, uma vez que a devoção é associada aos termos profanos e prostituta com bastante frequência. Também notamos um reforço da rememoração sexista, ao usarem-se termos derivados dos relatos orais para compor características cristalizadas sobre o comportamento de Maria do Carmo.

3 Síntese sobre a história de Maria do Carmo a partir dos materiais disponíveis na *internet*

Muitas lendas são criadas em municípios, pode se dizer que quanto menor a cidade for, mais chances há de isso acontecer. Com São Borja não é diferente, a cidade situada no extremo oeste do Rio Grande do Sul é cheia de lendas e de mitos. Uma das mais interessantes talvez seja a de Maria do Carmo, uma mulher que foi vítima de feminicídio em 1890 e era tão querida pelo povo que foi considerada uma santa popular no município.

Maria do Carmo Fagundes, segundo os indícios, é natural de Bagé e durante a guerra do Paraguai acabou indo para São Borja, não se sabendo ao certo se foi sozinha ou com a família. Antes de ser considerada santa, Maria era só uma mulher, que queria viver sua vida da forma que mais lhe agradava, sem se importar com o julgamento machista que julga até hoje sua história. Ela gostava muito dos bailes que ocorriam em sua cidade, e lá, foi onde encontrou o homem que tirou a sua vida. Muitos locais o tratam como um homem

ciamento, que foi um crime passional. Os mesmos que tentam sempre dar visibilidade para aparência ou moda de vida de Maria do Carmo.

Baiano foi um homem com quem Maria se relacionou, quase como uma relação casual, entretanto o militar não aceitava Maria como a conheceu, queria que ela seguisse suas expectativas de padrões machistas. Se incomodava que ela não queria estar só com ele, a ponto de decidir que a vida dela valia tão pouco, a enganou dizendo que iria lhe acompanhar até em casa. No meio do caminho a abordou já com raiva, querendo saber o porquê ela não deu tanta atenção para ele na festa, típico homem com o ego maior que tudo, mal a deixou responder e a matou de forma brutal.

A morte de Maria foi sentida por toda comunidade, ela era amada e bem vista por muitos, não queriam aceitar que aquela mulher que era tão boa poderia haver sido morta de uma forma tão sem escrúpulos como foi feita. Maria do Carmo foi esquartejada, seu corpo foi devorado por cães e uma mulher que tinha tanto a viver pela frente, teve sua vida tirada pela metade por um homem egoísta e cruel.

Ao encontrarem seu corpo, guardaram os restos mortais encontrados e foi criado para ela, no local de sua morte, um santuário. Agora Maria do Carmo era uma Santa Popular de São Borja. Em seu túmulo, existem muitos presentes, como bebidas e cigarros, pois faziam parte de seus gostos enquanto vivia. Também agradecimentos por realizar a prece das pessoas que utilizam o batom vermelho pois era a cor que mais gostava de usar.

Análise de termos qualificadores e adjetivos utilizados recorrentemente nas narrativas sobre Maria do Carmo.

Em nossa leitura de materiais de pesquisa e de sítios virtuais locais sobre a personagem histórica Maria do Carmo, vítima de feminicídio em 1890, nos deparamos com a recorrência aos termos “santa prostituta”, “santa profana”, aos hábitos incomuns para a época e a ausência de descrição do responsável por sua morte. Os termos principais foram organizados conforme a tabela a seguir.

4 Tabela analisando artigos sobre Maria Do Carmo – Santa Popular

Iremos abordar os resultados da análise de acordo com cada texto analisado, tendo as seguintes classificações: “Como é tratada a referência de ‘santa popular’”, ou seja, como ela é chamada. Após ela, vem a “como tratam ela como mulher” e por último “como chamam o crime e o tratamento que o homem recebe.”

Tabela 1: Análise de textos sobre Maria do Carmo disponíveis na internet

TABELAS DE ANÁLISE
COMO É TRATADA A REFERÊNCIA DE SANTA POPULAR

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5
santa prostituta, santa profana	santa popular, santa profana,	"santa profana"	"santa profana"	"santa profana" "santa prostituta"

Fonte: Renata Carvalho

Tabela 2: Análise de textos sobre Maria do Carmo disponíveis na internet

TABELAS DE ANÁLISE
COMO É TRATADA COMO MULHER

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5
"chamava a atenção dos homens pela sua beleza e sempre estava acompanhada por um amante diferente a cada dia"	"mulher bonita, valdosa, cobigada pelos homens." "entre perfumes e batons Maria do Carmo se enfeitava para chamar atenção de seus amantes."	"MÁRIA DO CARMO FOI UMA MULHER SIMPLES, HUMILDE, FESTEIRA SENSUAL, QUE TINHA O HÁBITO DE FUMAR, BEBER E AJUDAVA AS PESSOAS NECESSITADAS. ERA CONHECIDA POR TER MUITOS AMANTES. ATITUDE QUE, PARA A ÉPOCA, AFRONTAVA A MORAL VICIENITE E, POR ESSA RAZÃO, MÁRIA DO CARMO PASSOU A SER CONSIDERADA PROSTITUTA."	"MÁRIA DO CARMO VIVEU EM SÃO BORJA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA GUERRA DO PARAGUAI, ERA MORENA, TERA ALTURA MEDIANA, CABELOS CASTANHOS LONGOS E CHAMAVA A ATENÇÃO DOS HOMENS QUE VISUM NA REGIÃO, POR NÃO SER ADPTIA AOS PADRÕES DE COMPORTAMENTO DA ÉPOCA, GOSTAVA DE FESTEJAR, FUMAR, BEBER E SE RELACIONAR COM MAIS DE UM HOMEM. A MOÇA ERA TACHADA DE PROFANA."	"MÁRIA DO CARMO FAGUNDES, UMA MULHER QUE, APESAR DE SUA VIDA DESREGRADA PARA A ÉPOCA, É CONSIDERADA SANTA PELA POPULAÇÃO MUNICIPAL. "MÁRIA DO CARMO ERA MUITO BONITA (...), NÃO ERA UMA BÉBADA CONTINUAZ, MAS GOSTAVA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, DE CIGARROS E REUNIÕES PROMISCUAS. " "PARA ALGUNS ERA PROSTITUTA E GANHAVA A VIDA PELO COMÉRCIO DE SEU CORPO, PARA OUTROS ERA SIMPLEMENTE PROMISCUA, TEVE VÁRIOS AMANTES."

Fonte: Renata Carvalho

Tabela 3: Análise de textos sobre Maria do Carmo disponíveis na internet

TABELAS DE ANÁLISE				
COMO É TRATADO O CRIME E O HOMEM QUE O COMETEU				
TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5
"UM DELES, PORÉM, ESTAVA CEGO DE CIÚMES E DE PAIXÃO POR AQUELA MULHER LIVRE E INDEPENDENTE."	"O MILITAR QUE A COBIÇOU E A TEVE NOITE PASSADA ESTAVA CEGO DE PAIXÃO. NO BAILE É SURPREENDIDA POR UM DE SEUS AMANTES E POR LÁ FICA. E SEU AMANTE DA NOITE PASSADA ACABA FICANDO PARA TRÁS, SENDO DOMINADO PELO ÓDIO DE UM HOMEM TRAÍDO E TROCADO." "MARIA DO CARMO FOI VÍTIMA DE UM AMOR NÃO CORRESPONDIDO."	"A TRÁGICA MORTE DA SANTA PROFANA FOI CAUSADA POR UM DE SEUS INÚMEROS AMANTES."	"A LENDA CONTA QUE AO SE ENCONTRAR COM UM HOMEM, UM EX-AMANTE REJEITADO, O QUAL ERA MUITO CIUMENTO E APAIXONADO, SEGUIU A NOITE SE DIVERTINDO NO EVENTO EM QUE SE ENCONTRAVA."	"ASSASSINADA E ESQUARTEJADA PELO SEU AMANTE EM 1890, POR MOTIVOS PASSIONAIS, SEGUNDO AFIRMAÇÕES DO POVO." "AS VERSÕES MAIS CONSTANTES SOBRE SEU ASSASSINATO INDICAM QUE O AUTOR DO CRIME FOI SEU ÚLTIMO AMANTE."

Fonte:Renata Carvalho

Iremos abordar os resultados da análise de acordo com cada texto analisado, tendo as seguintes classificações: “Como é tratada a referência de ‘santa popular’”, ou seja, como ela é chamada. Após ela, vem a “como tratam ela como mulher” e por último: “como chamam o crime e o tratamento que o homem recebe.”

No texto 1, o primeiro tópico analisado, que é “como é tratada a referência de “santa popular”, encontramos os seguintes nomes: “santa profana” e “santa prostituta”. A vulgarização da mulher e adjetivos moralistas criam um imaginário de uma mulher que vendia seu corpo, o que não existe registros. E a utilizam do nome “profana” que segundo o dicionário pode ser entendido como: “Oposto ao respeito devido ao que é sagrado.” Ou seja, utilizam-se de ideais machistas que vieram através do imaginário social da época.

Ainda na análise do texto 1, iremos para o segundo item que é: “como tratam ela como mulher” e temos os seguintes resultados: “Chamava a atenção dos homens pela sua beleza e sempre estava acompanhada por um amante diferente a cada dia”. A construção dessa mulher é voltada para sua aparência, mas salientando que aquela beleza chamava atenção dos homens, que ela era mulher desejada. Também traz à tona sobre as relações que Maria do Carmo tinha com um teor moralista.

E o último tópico analisado no texto 1 é como chamam o crime e como é o tratamento masculino. Para esta, encontramos o seguinte resultado: “Um deles, porém, estava cego de ciúmes e de paixão por aquela mulher livre e

independente.” A construção masculina deste homem é levada para o lado da perda do controle, o exagero de sentimentos, trazendo mais uma vez características de Maria do Carmo que tentam convencer o leitor de que aquele homem perdeu a cabeça por causa dela.

No texto 2 iremos utilizar os mesmos critérios de análise e os mesmos tópicos. Portanto, nele temos a referência de santa popular como: “história da “santa profana”, como ficou conhecida, foi pouco registrada oficialmente em documentos da época, embora seja amplamente reconhecida popularmente pela comunidade são-borjense.” No texto, os nomes referenciados são: “santa prostituta”, “santa profana” e “santa popular”. Algumas vezes para retratar como a Maria do Carmo é conhecida, outras para nomeá-la.

Ainda no texto 2, temos a análise do segundo tópico que é: “como ela é tratada como mulher.” Para isto temos a seguinte frase retirada do texto: “mulher bonita, vaidosa, cobiçada pelos homens.” Mais uma vez temos a construção dessa mulher a qual a aparência a fazia ser desejada pelos homens, e logo em seguida temos: “entre perfumes e batons Maria do Carmo se enfeita para chamar atenção de seus amantes.” Onde pode-se compreender que além dela ser desejada pelos homens, ela fazia isso de propósito. Essas duas fases contribuem para a construção de um imaginário já tão definido, onde trazem essa mulher como alguém capaz de mexer com as emoções masculinas.

E o último tópico analisado no texto 2 é “a forma que retratam o crime e o homem que o cometeu.” Na seguinte frase temos: “o militar que a cobiçou e a teve noite passada estava cego de paixão”. Mais uma vez, notamos nesta construção masculina os sentimentos daquele homem exacerbados. E para continuar temos: “no baile é surpreendida por um de seus amantes e por lá fica, e seu amante da noite passada acaba ficando para trás, sendo dominado pelo ódio de um homem traído e trocado”. Mais uma vez os sentimentos deste “personagem” vêm sendo trazidos à tona, coisa que notamos até agora não haver sido feita ao falar de Maria do Carmo. Ele recebe os títulos de “homem traído e trocado” quase como uma justificativa para o crime que cometeu. E neste texto, quando falaram do crime vem a seguinte frase: “Maria do Carmo foi vítima de um amor não correspondido.” Numa ideia de que ela foi morta por não ter ficado com aquele homem, como se ela tivesse apenas duas opções.

No texto 3 segue a análise, para o primeiro tópico temos os nomes referenciais de: “santa profana”, onde na frase salienta que este nome vem dos seus costumes em vida, corroborando com o imaginário que está sendo construído desde 1890 que foi o ano desta trágica história. Os nomes utilizados em uma

narrativa são de importância, porque é a partir deles que montamos a história que estamos lendo a respeito.

Ainda no texto 3 temos a análise do segundo tópico que é: “a forma que ela é tratada como mulher.” Para isso, analisamos a seguinte frase: “Maria do Carmo foi uma mulher simples, humilde, festeira, sensual, que tinha o hábito de fumar, beber e ajudava as pessoas necessitadas. Era conhecida por ter muitos amantes, atitude que, para a época, afrontava à moral vigente e, por essa razão, Maria do Carmo passou a ser considerada prostituta.” Mais uma vez, temos na construção desta mulher seus hábitos em vida, o número de amantes com quem se relacionava. Não temos nada a respeito sobre seus sentimentos, e é possível perceber a utilização mais uma vez de uma conotação sexual sobre ela e a sua aparência quando encontra-se a palavra sensual para defini-la.

E por último da análise do texto 3, vamos ter o tópico de “como tratam o crime e o homem que o cometeu”. Temos a seguinte frase retirada do texto: “A trágica morte da Santa Profana foi causada por um de seus inúmeros amantes”. A palavra “inúmeros” traz de novo a construção de uma mulher que tinha muitas relações, ao invés de ter o nome do sujeito que ocasionou o crime, temos ele escondido dentro desta palavra. Mais uma vez contribuindo para um imaginário de mulher vulgar.

No texto 4 no primeiro tópico, a referência utilizada é “santa profana”. Temos a seguinte frase: “Atualmente, a história da Santa Profana se encaixaria perfeitamente no contexto cultural do feminismo, salientando uma mulher não adepta aos padrões femininos da sociedade em que viveu e que, causava declínio no universo machista da época.” Portanto, o texto traz uma contextualização de gênero, entretanto mesmo na temática de feminismo não utiliza do termo “santa popular”.

No segundo tópico abordados “como a tratam como mulher” temos a seguinte frase na análise do texto 4: “Maria do Carmo viveu em São Borja no contexto histórico da Guerra do Paraguai, era morena, tinha altura mediana, cabelos castanhos longos e chamava a atenção dos homens que viviam na região. Por não ser adepta aos padrões de comportamento da época, gostava de festejar, fumar, beber e se relacionar com mais de um homem. A moça era tachada de profana.” Neste trecho, temos a narração de sua aparência e a problemática que traz ela ser julgada pelos hábitos que tinha, entretanto, ainda temos a construção da mulher desejada e que chamava atenção dos homens.

E finalizando o texto 4, temos o último tópico de análise que é “como tratam o crime e o homem que o cometeu” e podemos encontrar: “A lenda conta que ao se encontrar com um homem, um ex-amante rejeitado, o qual era

muito ciumento e apaixonado, seguiu a noite se divertindo no evento em que se encontrava”. Aqui é possível observar mais uma vez a construção dos sentimentos deste homem, que são em maioria, provocados por Maria do Carmo.

E finalizando as análises feitas, partiremos para o texto 5, onde analisamos o primeiro tópico “como é tratada a referência de santa popular”, onde encontramos: “santa profana” e “santa prostituta”. Não é encontrado em nenhum momento o termo “santa popular”, portanto corroborando com o imaginário social que carrega.

Na análise do tópico 2, temos no texto 5 a seguinte frase: “Maria do Carmo Fagundes, uma mulher que, apesar de sua vida desregrada para a época, é considerada santa pela população municipal”. Ao utilizar que tinha uma vida desregrada para a época, leva apenas em consideração morais machistas, uma vez que os comportamentos narrados pela população sobre Maria do Carmo não seriam notáveis se ela fosse homem. Segue a outra frase analisada: “Maria do Carmo era muito bonita [...], não era uma bêbada contumaz, mas gostava de bebidas alcoólicas, de cigarros e reuniões promíscuas”. Mais uma vez há uma construção desta personagem da vida real, que se relacionava com homens, que bebia. Sempre trazendo uma ideia de vulgarização ou até mesmo a vilanização da mesma. E no texto 5 ainda neste tópico complementa-se: “Para alguns era prostituta e ganhava a vida pelo comércio de seu corpo, para outros era simplesmente promíscua, teve vários amantes”. Não há registros sobre a profissão de Maria do Carmo, portanto, ela não era uma trabalhadora do sexo.

E finalizando as análises, temos o último tópico “como chamam o crime e o homem que o cometeu” no texto 5: “assassinada e esquartejada pelo seu amante em 1890, por motivos passionais, segundo afirmações do povo.” Mesmo baseando-se em afirmações do povo “motivos passionais” não é mais configurado como crime, hoje em dia o termo correto é feminicídio, não tem nada de passional em matar alguém. E por último temos: “As versões mais constantes sobre seu assassinato indicam que o autor do crime foi seu último amante”. O assassino poucas vezes tem seu nome mencionado, e como na frase anterior, geralmente é atrelado a ela.

5 Considerações finais

A partir da análise feita sob quatro artigos e uma publicação em um sítio virtual famoso da região das Missões, consegue-se compreender a construção pautada sob estereótipos femininos. A partir do momento que Maria do Carmo não exerce os comportamentos aceitáveis para uma mulher dentro

da sociedade, ela é taxada de “profana” ou de “prostituta.” Sua aparência é diversas vezes relatada, sempre com um adendo a sua sensualidade ou até mesmo sobre sua aparência “mexer” com os homens. Criando uma construção narrativa de que era uma mulher perigosa, afinal, ela poderia fazer um homem perder a cabeça.

A seguinte construção continua aliada a proteção masculina, se de um lado temos uma narrativa onde traz Maria do Carmo fora de todos os estereótipos femininos “adequados” dentro de uma sociedade patriarcal, temos uma grande compreensão e vitimização do homem assassino. Seus sentimentos são constantemente trazidos à tona, e todos eles são causados por Maria do Carmo, desde o ciúmes até a rejeição.

Portanto, o imaginário popular cria uma ideia que é perpassada até os dias atuais de que o que houve com Maria do Carmo apesar de brutal, foi um crime passional. Uma narrativa que é quase intrínseca a uma sociedade onde a culpabilização da mulher é contínua. Portanto, é possível compreender nestas análises que para a inocência masculina ser preservada, é necessário vilanizar uma mulher, mesmo que ela tenha sido vítima daquele homem.

Referências

ADAM, Felipe; PIRES, Guilherme de Paula. De santa à Padroeira: a reinterpretação do imaginário popular na biografia Aparecida. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO, 8., 2021, Niterói. Universidade Federal Fluminense. **Anais [...]**. Disponível em: http://designnaleitura.net.br/8sipmc/files/gt4_127_18130.pdf

DECONTO, Janete Maria. **Representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS**. 2012 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2012. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0597-1.pdf>.

GRECO, Karen. OLIVEIRA, Leandro. AUSTRIA, Josenia. ALMEIDA, Cristovão. **A Construção do Mito e do Imaginário Social nos Processos Culturais**: “Túmulo do Anjinho” e “Maria do Carmo”. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Universidade Federal do Pampa, Santa Cruz do Sul (RS), 2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0597-1.pdf>.

MARIA do Carmo, Santa Missioneira e Profana, da Terra dos Presidentes. **Portal das Missões**, 2017. Disponível em: <https://portaldasmissoes.com.br/sítio-virtual/view/id/1289/maria-do-carmo,-santa-missioneira-e-profana,-da-te.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MAIA, Michelle Ferreira. **Milagreiros**: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (MS), 2015.

Colofão

Este livro foi composto com as famílias das fontes Alegreya Sans e Signika
Impressão: capa em cartão supremo 250g/m² e miolo em papel offset 80g/m²
Tiragem: 150 exemplares
Impresso no Brasil: dezembro 2023